

SOCIOLOGIA

VOL. XXXVII | JANEIRO-JUNHO 2019

Ana Raquel Matos

Lúcia Fernandes

João Vasco Coelho

Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia

André Costa Pina

Cláudia Neves da Silva

Fábio Lanza

Ireneu de Oliveira Mendes

Sara Raquel dos Santos Rodrigues

Manaia da Silva

SOCIOLOGIA

UNIVERSIDADE DO PORTO

FACULDADE DE LETRAS

SOCIOlogia



REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

VOL. XXXVII • PORTO • 2019

DIRETOR:

Carlos Manuel Gonçalves, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

CONSELHO DE REDAÇÃO:

António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA.

CONSELHO EDITORIAL:

Alice Duarte, FLUP/IS-UP; Álvaro Domingues, FAUP/CEAU; Ana Maria Brandão, ICS-UM; Ana Nunes de Almeida, ICS-UL; Ana Paula Marques, ICS-UM; Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; Antonio Álvarez Sousa, Universidade da Coruña, Espanha; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Augusto Santos Silva, FEP/IS-UP; Benjamin Tejerina, Universidad del País Vasco (UPV)/Centro de Estudios sobre la Identidad Colectiva (CEIC), Espanha; Bernard Lahire, École Normale Supérieure de Lyon (ENSL)/"Dispositions, pouvoirs, cultures, socialisations" (Centre Max Weber), França; Chiara Saraceno, Università degli Studi di Torino, Itália/Social Science Research Center Berlin, Alemanha; Claudino Ferreira, FEUC/CES-UC; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Elena Zdravomyslova, European University at St Petersburg (EUSP)/Center for Independent Social Research (CISR), Rússia; Elisa Reis, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Frank Welz, Universität Innsbruck, Áustria; Hans-Peter Blossfeld, Otto-Friedrich-Universität Bamberg/Staatsinstitut für Familienforschung an der Universität Bamberg, Alemanha; Heitor Frugoli, Universidade de São Paulo (USP)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Hermes da Costa, CES; Hustana Vargas, Universidade Federal Fluminense (UFF)/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES), Brasil; Immanuel Wallerstein, Yale University, Estados Unidos da América; Inês Pereira, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; Jean Kellerhals, Université de Genève, Suíça; João Bilhim, ISCSP-UTL; João Sedas Nunes, FCSH-UNL/CESNOVA; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; José Resende, FCSH-UNL/CESNOVA/Observatório Permanente de Escolas (ICS-UL); José Soares Neves, ISCTE-IUL/OAC; Lígia Ferro, IS-UP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA; Luísa Neto, FDUP/CIJE; Margaret Archer, College of Humanities-École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Suíça; Maria Manuel Vieira, ICS-UL; Maria Manuela Mendes, FA-UTL/CIES-IUL; Mariano Enguita, Universidad de Salamanca/Centro de Análisis Sociales de la Universidad de Salamanca (CA-SUS), Espanha; Massimo Introvigne, Center for Studies on New Religions (CESNUR), Itália; Michael Burawoy, University of California, Berkeley, Estados Unidos da América; Michel Wieviorka, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, França; Patrícia Ávila, CIES-IUL; Pedro Abrantes, Universidade Aberta/CIES-IUL; Pertti Alasuutari, University of Tampere/Tampere Research Group for Cultural and Political Sociology (TCuPS), Finlândia; Piotr Sztompka, Jagiellonian University, Polónia; Ricca Edmondson, National University of Ireland, Irlanda; Rui Gomes, FCODEF-UC/CIDAF; Tally Katz-Gerro, University of Haifa, Israel/ University of Turku, Finlândia; Tina Uys, University of Johannesburg/Centre for Sociological Research, África do Sul; Vera Borges, ICS-UL; Vítor Kajibanga, Universidade Agostinho Neto, Angola/Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto/Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL; Vítor Ferreira, ICS-UL; Walter Rodrigues, ISCTE-IUL/DINÂMIA' CET-IUL.

COORDENAÇÃO E REVISÃO EDITORIAL:

Carlos Manuel Gonçalves, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

INDEXAÇÃO:

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto indexada em SciELO; DOAJ; European Index for the Humanities and the Social Sciences (ERIH PLUS); Fonte Académica (EBSCO Publishing); Redalyc.org; Google Scholar; CAPES Periódicos; Open Science Directory (EBSCO Publishing); Latindex; Sherpa / Romeo; Sociology Source Ultimate; EZB; Erih Plus; Ulrichsweb; Worldcat OCLC; Journals for Free; Academic Journals Database

TIRAGEM - 150 EXEMPLARES

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

EXECUÇÃO GRÁFICA - INVULGAR GRAPHIC - Penafiel

DEPÓSITO LEGAL N.º 92384/95

ISSN: 0872-3419

DOI: 10.21747/08723419/soc37

OS ARTIGOS SÃO DA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES.
OS ARTIGOS FORAM SUBMETIDOS A PEER REVIEW.

SUMÁRIO

EDITORIAL	7
ARTIGOS	
Quando nem a palavra é de prata, nem o silêncio é de ouro. Análise de conflitos sobre mineração em Portugal Ana Raquel Matos e Lúcia Fernandes	11
A perceção de justiça na avaliação do desempenho na Administração Pública e a produtividade Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia, Ireneu de Oliveira Mendes e Sara Raquel dos Santos Rodrigues Manaia da Silva	31
Ser (um) expatriado, numa empresa: uma obrigação, uma distinção, um parêntese João Vasco Coelho	55
A Bandeira Vermelha em números: uma análise sobre o semanário da Federação Maximalista Portuguesa (1919-1920) André Costa Pina	81
A intolerância religiosa à brasileira: estudo de caso na cidade de Londrina / Paraná Cláudia Neves da Silva e Fábio Lanza	97
ESTATUTO EDITORIAL	123
SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES	127
NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINALS	145

EDITORIAL

O número XXXVII da *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* apresenta um conjunto de textos que registam resultados de análise empíricas nacionais e internacionais. Mais uma vez damos espaço editorial a abordagens teórico-metodológicas diversas, mas sustentadas e validadas pela comunidade científica.

Ana Raquel Matos e Lúcia Fernandes centram-se nos movimentos de protesto às atividades de mineração em várias localidades de Portugal. Razões, desenvolvimentos e resultados dos protestos são três aspetos principais tratados, estabelecendo as autoras, para o seu equacionamento, a problemática mais ampla do território, nas suas múltiplas vertentes, e do ambiente.

Analisar os modos como os trabalhadores da Administração Pública percecionam a aplicação do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (vulgo SIADAP) é o objetivo central do contributo de Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia, Ireneu de Oliveira Mendes e Sara Raquel dos Santos Rodrigues Manaia da Silva. Mais concretamente, a abordagem direciona-se para as relações importantes que, inevitavelmente, se estabelecem entre a perceção de justiça de quem é avaliado por aquele sistema e como essa mesma perceção influencia a produtividade e a sua posição de satisfação, ou não, face ao próprio SIADAP.

Ainda tomando como campo analítico as estruturas organizacionais, João Vasco Coelho discorre sobre a situação dos expatriados ao nível empresarial. Observando um conjunto de empresas e de trabalhadores expatriados, especialmente as suas experiências de vida em tal situação, o autor concluiu pela existência de tipos: “o indivíduo-conforme, o indivíduo-trajetória, o indivíduo-em-suspensão”. Cada um deles com especificidades diferenciadoras em termos da sua ação laboral.

André Costa Pina reflete sobre um trecho histórico da I República (1919 a 1920), a partir do movimento editorial do periódico semanal *A Bandeira Vermelha* da Federação Maximalista Portuguesa. É um estudo de análise documental que carrega um conjunto de informações que possibilita, mais especificamente, compreender a emergência do Partido Comunista Português no início dos anos 1920 e, em paralelo

as condições de recepção e difusão do ideário bolchevique.

O último artigo, da autoria de Cláudia Neves da Silva e Fábio Lanza, foca-se na intolerância religiosa na cidade de Londrina (Brasil). Pretende desenvolver uma análise, situada temporal e geograficamente, que possibilita uma visão sobre a questão. Partindo de uma recolha de documentos da Igreja Católica e constitucionais da República Federativa do Brasil, os autores abordam, num enfoque mais particular, o caso Yá Mukumby, Mãe de Santo e liderança do Movimento Negro na cidade de Londrina.

O número XXXVII da *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* fecha com inventário dos últimos números da Revista, quer a coleção regular, publicada semestralmente, quer os números temáticos anuais.

Boa leitura

Carlos Manuel Gonçalves

ARTIGOS

Quando nem a palavra é de prata, nem o silêncio é de ouro. Análise de conflitos sobre mineração em Portugal

Ana Raquel Matos

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Lúcia Fernandes

Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações da Universidade de Lisboa Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Resumo

Este artigo analisa oito casos de conflitos de mineração em Portugal, destacando as ações de protesto desencadeadas e os impactos que produziram. Metodologicamente privilegia a análise documental. Os resultados revelam a ação pelo protesto como recurso para as populações afetadas transmitirem as suas perceções e argumentos sobre os problemas enfrentados e tornarem visíveis as situações vividas. Os protestos realizados produziram alterações legislativas, embora pontuais e específicas de certos casos, e conferiram maior visibilidade às particularidades de cada caso.

Palavras-chave: mineração; ação pelo protesto; conflitos ambientais.

When neither word is silver, nor silence is gold. Analysis of mining conflicts in Portugal

Abstract

This paper analyzes eight cases of mining conflicts in Portugal, focusing on the protest actions triggered, as well as the impacts they have produced. Methodologically, documentary analysis was undertaken. The results revealed collective action as the available resource for the affected populations to communicate their perceptions and arguments about the problems felt and to make their lived situations visible. Protest actions registered were able to produce legislative changes, even concerning specific situations, and gave visibility to the particularities of each case.

Keywords: mining; protest action; environmental conflicts.

Quand ni la parole est d'argent, ni le silence est d'or. Analyse des conflits dans l'exploitation minière au Portugal

Résumé

Cet article analyse huit cas de conflits miniers au Portugal. Le travail met en évidence les actions de contestation déclenchées et les impacts qu'elles ont produits. La méthodologie d'analyse documentaire a été privilégiée. Les résultats révèlent que la mobilisation collective est un moyen pour les populations affectées de transmettre leurs perceptions et arguments et pour rendre visibles les situations vécues. Les manifestations ont conduit à des changements législatifs, bien que ponctuels et spécifiques à certains cas, et ont rendu visibles les particularités de chaque conflit.

Mots-clés: mines; action par manifestation; conflits environnementaux.

Quando ni la palabra es de plata, ni el silencio es de oro. Análisis del conflicto sobre la minería en Portugal

Resumen

Este artículo analiza ocho casos de conflictos mineros en Portugal. El trabajo destaca las acciones de protesta desencadenadas y los impactos que éstas produjeron. Metodológicamente se privilegia el análisis documental. Los resultados revelan que la protesta colectiva es utilizada por las poblaciones afectadas para transmitir sus percepciones y argumentos sobre los problemas y hacer visibles las situaciones vividas. Las protestas realizadas confirieron mayor visibilidad a las particularidades de cada conflicto y produjeron cambios legislativos, aunque puntuales y específicos de ciertos casos.

Palabras clave: minería; acción por la protesta; conflictos ambientales.

1. Introdução

A mineração enquadra problemáticas relacionadas com o acesso, o uso, a distribuição e a apropriação de recursos e é legitimada por conhecimentos técnicos e científicos. Esta implica a abordagem a questões como governação dos territórios, saúde pública, gestão de riscos e incertezas que lhe são inerentes. Potenciadora de conflitos, cruza diferentes atores, interesses e visões num determinado território.

Com base em análise documental, este artigo analisa oito conflitos sobre mineração em Portugal, socorrendo-se de dados do projeto exploratório “Portugal: Ambiente em Movimento” (PAeM), o qual resulta da cooperação Portugal/Brasil e tem como parceiros o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal; o Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, Portugal e o Centro de Tecnologia Mineral, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Brasil. O PAeM

tem como objetivo geral identificar e mapear os principais conflitos ambientais em Portugal, contribuindo para a compreensão das oposições existentes, sobretudo ao nível das transformações ambientais e sociais.

Foram inventariados cerca de 130 casos de conflito e, sobre eles, compilados cerca de três mil documentos (artigos científicos, teses, relatórios técnicos, legislação, imprensa, blogs, documentários visuais). O site do projeto¹ reúne informação sobre 67 conflitos em diferentes áreas de atividade económica.² Estes conflitos foram classificados como sendo os de maior intensidade entre os 130 inventariados. Para tal desenvolveu-se uma grelha de critérios qualitativos, posteriormente aplicada a cada um dos casos para criar uma seriação quanto à sua intensidade: o tipo de ações desencadeadas e a sua escala (local, regional e/ou nacional); o envolvimento de diferentes protagonistas; a constituição de movimentos cívicos e o volume de notícias publicadas sobre os casos.

A abordagem aos casos parte da seleção, tratamento e interpretação de documentos, na sua maioria disponíveis *online*, designadamente: artigos científicos, relatórios, legislação, informação disponível na imprensa (notícias mais mediáticas em jornais nacionais e locais), blogs de discussão, assim como documentários audiovisuais sobre a temática.

O artigo analisa oito casos de conflito selecionados na área da mineração e que integram o inventário do PAeM. Sete iniciaram-se depois da Revolução de 25 de Abril de 1974 e apenas um caso é prévio (1836-1959). Decidiu-se, no entanto, enquadrá-lo na análise pela sua duração, riqueza e intensidade do conflito.

O trabalho realizado é baseado na *Grounded Theory* (Glaser e Strauss, 1995), a qual permite a discussão dos casos em articulação com o referencial teórico mais relevante e a produção de teoria a partir dos dados. A análise aqui realizada valoriza a ação pelo protesto enquanto expressão dos conflitos, designadamente a partir de práticas sociais de contestação, o que denominamos por conflitos da mineração.

O presente artigo estrutura-se da seguinte forma: i) breve contextualização da relação entre mineração, desenvolvimento e conflitos; ii) caracterização dos casos analisados; iii) identificação das razões geradoras de conflito e argumentos mobilizados; iv) as dinâmicas dos protestos sobre; v) impactos produzidos pela ação coletiva pelo protesto; vi) notas conclusivas.

¹ <http://www.ambientemovimento.org/>.

² Agricultura, indústria, mineração, energia, megaprojetos, resíduos e gestão de território.

2. Mineração, desenvolvimento e conflitos

A economia mundial tem vindo a recorrer, cada vez mais, a matérias-primas e energias, espoletando conflitos em torno da extração de recursos e da disposição dos resíduos resultantes dessas atividades (Özkaynak e Rodríguez-Labajos, 2012). No quadro dos recursos energéticos e das problemáticas associadas à sua exploração, a mineração assume um lugar central, enquadrando diferentes questões ligadas ao seu acesso, uso, distribuição e apropriação, logo, à governação dos territórios, à saúde pública e à gestão de riscos e incertezas inerentes a uma área de atividade legitimada por conhecimentos técnicos e científicos que se encontram em disputa (Bebbington, 2008; 2012). A mineração cruza ainda diferentes atores (trabalhadores, empresas de mineração, administração pública, *media*, populações locais), bem como, interesses, visões e projetos num determinado território, região ou país (Bebbington, 2008). Os impactos desta atividade afetam o ambiente (biodiversidade, poluição da água, solos, ar), a saúde e a qualidade de vida dos trabalhadores e das populações. Podem igualmente representar a perda do controlo e da gestão dos territórios por parte das populações locais que sentem os seus direitos básicos comprometidos ao perceberem a perda ou ameaça dos seus modos e meios de vida, das suas culturas e, em alguns casos, da própria vida (Martínez-Alier, 2001; Bebbington, 2008).

A contestação que surge associada a aspetos socio-ambientais está historicamente ligada a questões relacionadas com a classe operária – implicada nas suas condições de trabalho, remuneração, etc. – e, em alguns contextos, como nos Estados Unidos da América, a racismo ambiental e carga desproporcional de poluição nas comunidades mais vulneráveis e etnias minoritárias (Martínez-Alier, 2001). Na atualidade, a contestação emerge com contornos distintos em diferentes regiões do mundo, sobretudo na América Latina (Alimonda, 2011), mas também, por exemplo, no centro dos Apalaches, onde as mulheres se têm mobilizado contra os efeitos da mineração de carvão na saúde e nas montanhas, herança cultural e bem-estar dos índios Apalaches (Bell, 2013), ou no Perú, onde o direito à terra e à própria natureza tem sido colocado em discussão (Perreault, 2013).

Os argumentos avançados pela contestação têm-se sustentado na relação entre ambiente e defesa de direitos humanos básicos, numa resposta mais ou menos articulada aos desafios e aos custos sociais e ecológicos da globalização (Özkaynak e Rodríguez-Labajos, 2012). Os problemas ambientais, da escala local à global, afetam diferentes grupos humanos, áreas geográficas e ecossistemas (Fernandes e Barca, 2012). Neste contexto, as pressões dos processos de globalização têm impulsionado

o surgimento de formas de resistência e de construção de alternativas “de baixo para cima”, a cargo de novos atores coletivos que, muitas vezes, definem os seus objetivos e as suas identidades a partir dessas contestações (Santos e Nunes, 2004). Muitos destes casos são reveladores da capacidade de resistência contra-hegemónica que desafia as noções de imobilismo e passividade das populações e de dependência da mobilização coletiva de agentes externos (Silva, 2013: 27). Tais iniciativas, especificamente no que tange à contestação contra a exploração mineira, assumem assim um carácter eminentemente local (Bebbington, 2012).

Em Portugal, a participação pública, em particular em decisões ambientais, tem vindo a acontecer, sobretudo, fora dos espaços institucionalizados, ou seja, a partir da contestação como resposta possível quando certas decisões já estão tomadas a nível político-institucional (Rodrigues, 2002; Matos, 2012). A participação que se tem vindo a registar, dita *não convencional* (Della Porta, 2003), ganha forma em ações de protesto: manifestações de rua, petições e queixas junto dos canais institucionais. Estas formas de participação têm vindo a ser descritas como formas de protesto passivas, geralmente sem recurso à violência, caracterizando-se pelos fortes vínculos que mantêm com a comunidade local onde emergem (Kousis, 1999; Figueiredo *et al.*, 2001; Mendes e Seixas, 2005).

A maioria dos protestos ambientais – que acontecem antes das explorações serem aprovadas, após a sua aprovação formal, durante o seu funcionamento e após o seu encerramento – revela semelhanças com outros realizados no sul da Europa, designadamente pela ênfase que as populações locais colocam na reivindicação por mais informação sobre esses projetos ou por maior envolvimento e participação nos processos de tomada de decisão (Kousis, 1999).

3. Os casos de conflitos da mineração em Portugal: caracterização

Os casos analisados foram agrupados segundo o mineral e a localização da sua exploração. No universo de casos contemporâneos, o caso de mineração de caulinos na Região Centro abrange várias explorações previstas e conflitos distintos, embora ocorrendo na mesma região e em simultâneo. O caso histórico abordado abrange conflitos envolvendo a mineração de cobre, chumbo e prata, que também foram agrupados por se localizarem na mesma região e coincidirem no tempo.

A Tabela 1 condensa informação sobre os casos analisados, sua localização, período a que reporta e desenvolvimento de cada conflito. A Tabela 2 dá conta dos principais argumentos, ações de protesto realizadas e atores envolvidos no conflito.

Tabela 1
Caracterização dos casos de conflito da mineração

Mineral	Localização	Cronologia	Período	Caso na atualidade
Calcário	Algarve: Tavira (Santa Catarina da Fonte do Bispo)	2007: alterações ao PDM 2009: início da exploração 2010: fim da exploração	2000 - 2010	Fechado ^a Área desmatada sem recuperação ambiental
Caulino	Norte: Barcelos (Barqueiros, Vila Seca e Milhazes)	1968: início da exploração 2009: nova exploração 2011: acordo para mais 10 anos de exploração	1987 - 2014	Fechado ^a 2011: Projeto de interesse público para recuperação paisagística
Caulino	Centro: Coimbra (Cantanhede, Soure e Mira); Figueira da Foz (Ferreira-a-Nova e Bom Sucesso); Leiria (Pombal)	Desde 2013 que são solicitadas licenças de exploração	2013 - ----	Aberto ^b
Feldspato	Algarve: Monchique (Carapitotas, Corte Grande)	1996: proposta exploração 2011: ampliação da exploração	2013 - ----	Ativo ^c 2015 / 2016 : tentativa de início de atividade ilegal 2017: Estudo de Impacto Ambiental (EIA)
Ouro	Alentejo: Évora (Boa-fé, Serra de Monfurado)	2011: aprovada a licença, realizada pesquisa geológica 2012: EIA favorável	2014 - ----	Aberto ^b
Urânio	Centro: Viseu (18 concelhos)	1913: início da exploração de 61 minas 2001: fim da exploração 2009: selagem de 32 áreas	2004- ----	Ativo ^c 2009: fim da exploração Reabilitação ambiental em curso e compensação de trabalhadores e famílias
Urânio	Alentejo: Portalegre (Nisa)	2007: aprovada licença	2007 - ----	Aberto ^b
Cobre, Prata e Chumbo	Centro: Sever do Vouga (complexo minas de Braçal); Águeda (minas das Talhadas)	Concessões contíguas de mineração e metalurgia	1836-1959 (Braçal) 1889-1931 (Talhadas)	Fechado ^a Minas encerradas

Legenda: a - Fechado: cessou atividade ou não foi autorizado início da atividade; b - Aberto: licença de atividade mineira concedida, mas atividade não iniciada; c - Ativo: ações de protesto para impedir o início da mineração continuam.

Fonte: Elaboração própria a partir da análise documental.

Tabela 2
Casos de conflito na mineração: principais argumentos, ações e atores

Caso	Argumentos	Ações de protesto	Atores
Calcário	Poluição do aquífero; poeiras e ruídos; desvalorização de propriedades; destruição da paisagem típica; área REN	Manifestações de rua; contestação do projeto; petição; processo em tribunal	Associações ambientalistas; população de Sta. Catarina da Fonte do Bispo
Caulinos Barcelos	Impactos hidrológicos; efeitos negativos no aquífero/ lençóis freáticos; prejuízo para atividade agropecuária; área REN e RAN	Manifestações de rua e na Câmara de Barcelos; petição; providência cautelar; confronto entre manifestantes e intervenção policial	População local; associações ambientalistas; movimento cívico; políticos locais
Caulinos Região Centro	Impactos na área florestal; poluição dos cursos de água, lagoas, lençóis freáticos; ameaça à produção agrícola; área REN e RAN	Manifestações de rua e na Assembleia da República; cartas abertas aos ministérios que tutelam questões implicadas; petição	População local; associações locais; movimento cívico; políticos locais e nacionais
Feldspato	Área RAN, REN e Rede Natura 2000; ameaça para o sobreiro, espécies animais e aquífero; impacto na qualidade de vida e turismo	Manifestações de rua; petição; queixa junto dos órgãos competentes da Comunidade Europeia	População local; associação ambientalista; associação de moradores; políticos locais; agentes de turismo local
Ouro	Área ZPE Rede Natura 2000; ruído, poeiras, danos na fauna, flora, poluição do ar; contaminação dos solos e água	Manifestações de rua; blogue; ação popular	População local; associações ambientalistas
Urânio Urgeiriça	Mais de 100 casos de doença relacionada e morte de trabalhadores; passivo ambiental; risco para a saúde pública	Manifestações de rua e junto à AR e Palácio de Belém; bloqueio da saída camiões da exploração; vigílias; atos simbólicos no jardim do Palácio de Belém	Associações locais e nacionais; população local; antigos mineiros; familiares dos mineiros falecidos
Urânio Nisa	Área Geopark Naturtejo (UNESCO) e RN 2000; investimento no termalismo, produtos agrícolas e turismo prioritário; degradação ambiental; saúde pública	Manifestações de rua e marcha de indignação; petição; documentário; ato simbólico na exploração (cruzes em madeira)	Associações ambientalistas locais e nacionais; movimento cívico; políticos locais e nacionais
Cobre, Prata e Chumbo	Danos para a saúde; destruição das searas de milho; moléstias nas vinhas; esterilização dos solos; assoreamento dos rios e dos aquíferos; desaparecimento de peixes; danos na fauna e flora	Conflitos entre defensores da mina e população; invasão da mina; fogo posto em casas e pinhais; agressões físicas; destruição da maquinaria; comício e manifesto assinado por personalidades da época	População local; agricultores; Comissão de Defesa dos Campos de Águeda

Fonte: Elaboração própria a partir de análise documental.

4. Os protestos sobre a mineração em Portugal: as razões geradoras de conflito

Esta análise, com foco na conflitualidade gerada pela exploração mineira, coloca em perspetiva a relação entre movimentos de protesto e as estruturas político-institucionais.

Na generalidade dos casos analisados, os conflitos assentam numa variedade de razões, com impactos distintos nas localidades afetadas. Referem-se, em primeiro lugar, as razões relativas ao ambiente natural, uma vez que todos os casos apresentam argumentos em defesa do ambiente: água, solos, ar, floresta e biodiversidade, como constituintes de um património a proteger e de onde emerge a ideia de que a mineração não é uma atividade económica compatível com esta visão e para a sustentabilidade da economia local e tradicional. Não obstante, nenhum dos casos questionou o modelo de desenvolvimento em que o projeto de mineração está inserido, apesar de se ter invocado que a defesa da qualidade de vida local tem implicações com a dimensão económica.

Outra das razões geradoras de protestos prende-se com os efeitos nocivos das explorações na saúde das populações. Um dos casos que mais invocou este argumento é o da exploração de urânio na Urgeiriça, um mineral com elevados níveis de radioatividade e com consequências muito graves na saúde dos mineiros e das populações locais. A resistência popular à exploração de chumbo surgiu também fortemente sedimentada em argumentos em torno da saúde pública.

No caso da Urgeiriça, este argumento surgiu após o encerramento das minas, quando se tornaram irrefutáveis os impactos da exploração na saúde dos trabalhadores e da população local e outros riscos. Embora o perigo sempre tivesse estado presente, associado sobretudo ao radão e a poeiras radioativas provenientes do minério e às quais, de certa forma, toda a população esteve exposta, outros riscos passaram a fazer parte da vida da população da Urgeiriça – sobretudo da vida dos trabalhadores mineiros que durante muito tempo foram “vítimas do desconhecido” (Veiga, 2014: 122) – decorrentes do período de latência do urânio. Apesar de justificados, vários incidentes de saúde, e até mortes, foram sendo registados (relacionados com o gás sulfídrico e inalação de sílica), mas esta relação nem sempre foi totalmente esclarecida ou documentada cientificamente.

Outra ordem de razões que sustentou estes conflitos é de base territorial e foi invocada a partir das tipologias territoriais existentes que, pelo seu valor ou pela exposição e suscetibilidade perante os riscos naturais, foram objeto de proteção especial, acabando desrespeitadas ou “adulteradas”. São disso exemplo os casos com

implicação na Rede Ecológica Nacional (REN), Rede Agrícola Nacional (RAN) ou Rede Natura 2000, como na exploração de calcário em Tavira, de caulino em Barcelos e na Região Centro, de feldspato em Monchique e de ouro em Évora. Estes casos deram conta da alteração dessas tipologias em prol de interesses que passaram a sobrepor-se à agenda ecológica local/nacional. No caso do feldspato, essa situação condicionou a sua exploração na região em 2001, tendo-se reaberto o conflito em 2016, aquando da apresentação de novo requerimento para licença de exploração.

Associadas à questão territorial surgem razões de ordem jurídica. No âmbito dos conflitos, alguns Planos Diretores Municipais (PDM) foram alterados por forma a permitir o avanço das explorações, como no caso de Tavira, tornando possível a exploração de calcário na região, excluindo assim a área prevista para a exploração da REN. O mesmo aconteceu em Évora, o que permitiu aprovar a concessão de exploração de ouro em Zona Proteção Especial da Rede Natura 2000.

Importa fazer referência a situações de negligência de outros imperativos legais, como é o caso da luta pela aplicação do Decreto-Lei nº198-A/2001, que estabelecia a responsabilidade do Estado na remediação do passivo ambiental provocado pela indústria extrativa de Portugal, criando um programa específico – o PRAMD, Programa de Reabilitação de Áreas Mineiras Degradadas –, já que entre as áreas prioritárias deste plano estava a barragem de rejeitados da Urgeiriça (Barragem Velha) (Mendes e Araújo, 2010).

Também a questão em torno da (ausência de) participação cidadã, ou seja, de quem pode legitimamente interferir nas decisões, acabou implicada nestes conflitos. À semelhança de experiências internacionais que reportam “diferentes formas de dizer não” à mineração (Malerba, 2014; Bravin e Fernandes, 2017), também a expressão destes conflitos assumiu a forma de protesto coletivo. A análise evidenciou a forte capacidade de organização e de mobilização coletiva, registada nos locais afetados pelas explorações, sublinhando a necessidade de se abrirem mais espaços de diálogo, de partilha, de consulta e de participação cidadã no âmbito deste tipo de decisões.

A luta e resistência a partir da ação pelo protesto dão conta dessa exigência e muitos dos conflitos poderiam ter sido evitados se o diálogo, a consulta e a negociação tivessem precedido à decisão de avançar com as explorações mineiras. Todos os atores interessados nestes processos deveriam ter sido envolvidos na decisão como peritos da sua situação, expondo e interagindo em pleno nestes processos a partir dos seus conhecimentos situados (Haraway, 1988), fossem eles conhecimentos técnicos ou experienciados. Neste contexto, um conhecimento “racional” pressupõe um permanente processo de interrogação e de crítica, sempre aberto à contestação, à

tradução, à partilha e ao diálogo epistemológico e político (*Ibid.*)

Nos casos analisados, as narrativas leigas, por vezes, apresentaram competências científicas e técnicas que lhes permitiram rivalizar com o saber técnico dominante, ajudando a densificar argumentos e a manter certos conflitos como “braços de ferro” ao longo dos anos, como foi o caso de exploração de caulinos em Barcelos e na Região Centro e o das minas de urânio.

Um dos maiores desafios encontrados consiste, assim, na necessidade de alavancar processos dialógicos, cooperativos, que permitam apreender a multiplicidade de questões que constituem a complexidade presente nos riscos, nas aspirações e nas necessidades das populações.

5. As dinâmicas de protesto na mineração

A combinação de várias técnicas de protesto, identificada na análise, foi a estratégia usada nos conflitos analisados. Tal constatação vai ao encontro da perspectiva de Mendes e Seixas (2005), que associam essa combinação de diferentes formas de protestar à tentativa de maximização da eficácia da ação coletiva. Registaram-se, naturalmente, diferenças entre os repertórios de ação associados aos conflitos mais antigos quando comparados com os mais recentes.

No caso de Sever do Vouga (1836-1931) evidenciou-se um repertório de ação muito marcado pela revolta e violência dos agricultores, coincidindo com as formas de ação coletiva da altura (Palácio Cereales, 2011), designadamente a partir de episódios de invasão das minas, destruição da maquinaria, destruição, pelo fogo, de casas e pinhais do concessionário da exploração e agressões físicas aos mineiros, aos militares e outros homens armados que defendiam a mina, provocando a esperada paralisação dos trabalhos. Relativamente a este caso, os documentos analisados fazem referência a um manifesto, assinado por personalidades da época, contra a exploração mineira e à convocação de um comício, em 1924. Este exemplo, além de reportar a um período que justifica a falta de regulação da ação coletiva pelo protesto enquanto legítimo direito democrático, hoje regulamentado ao abrigo do direito de reunião e de manifestação (Sousa, 2012), dá já conta dessa tentativa de combinação de várias estratégias de contestação.

O caso de Sever do Vouga ilustra ainda as reivindicações dos “velhos movimentos sociais” em Portugal – movimentos surgidos em finais do século XIX, inícios do século XX, impulsionados pela reivindicação de direitos cívicos, políticos

e sociais (questões da classe operária), relacionados sobretudo, com questões laborais (Melucci, 1980; Martínez-Alier, 2001). As narrativas que documentam este conflito surgem, assim, associadas aos impactos negativos da exploração mineira na prática agrícola da região, que era garantia de subsistência para a maior parte da população local. Neste exemplo de contencioso de classes, os agricultores são mencionados, nos documentos analisados, como os agentes da sociedade civil que mais se mobilizaram contra a exploração.

Atualmente são os trabalhadores das minas de urânio da Urgeiriça que lutam para expandir o âmbito restrito da intervenção ambiental de forma a enquadrar no caderno reivindicativo direitos sociais e laborais (Mendes e Araújo, 2011), permitindo ainda articular ambiente natural, saúde e justiça. Casos como estes vão ao encontro do que Stefania Barca (2013) designa por “ambientalismo do trabalho”, já que enquadram as lutas pela saúde ocupacional e pela qualidade de vida dos trabalhadores, contribuindo para a valorização da experiência histórica da classe trabalhadora.

Atentando na cronologia dos conflitos mais recentes, o caso mais antigo remonta a 1987, a Barcelos, e ao que ficou conhecido como a “Guerra dos Caulinos”. Este caso corresponde à consolidação, mais tardia, em Portugal, da agenda dos “novos movimentos sociais” (Kousis, 1999), característicos da década de 1960, que vieram conferir força a uma nova e diversificada onda de reivindicações coletivas que emergiram das sociedades pós-industriais (Melucci, 1980), com destaque, entre outras, para a questão ambiental.

A evolução dos movimentos ambientalistas em Portugal pode, assim, ser dividida em três fases distintas (Figueiredo *et al.*, 2001; Rodrigues, 1995), que surgem associadas à história da democracia em Portugal, não invalidando, no entanto, a referência ao período pré-democrático, onde a ausência de grupos de defesa do ambiente se explica pela existência de um regime autoritário que eliminou qualquer tentativa de organização nesse sentido, impondo limites à circulação de informação e exercendo censura.

Os conflitos dos caulinos em Barcelos enquadram-se na designada “terceira fase” da evolução do movimento ambientalista português (1984-1988) (Figueiredo *et al.*, 2001), aquando da crescente estabilidade económica e social que contribuiu para uma maior sensibilização para as questões ambientais (Figueiredo e Martins, 1996). A entrada para a Comunidade Económica Europeia (1986) e a participação no Ano Europeu do Ambiente (1987) aceleraram o desenvolvimento de legislação ambiental³

³ Lei de Bases do Ambiente e da Lei das Associações de Defesa do Ambiente (1987).

(remontando a 1976 o direito ao ambiente e à qualidade de vida)⁴ e facilitaram ainda o aparecimento de novas estratégias organizacionais (locais e regionais), de informação, ação e pressão junto das autoridades políticas, reforçando a forma e o conteúdo da ação coletiva em torno das questões ambientais (Figueiredo *et al.*, 2001). Simultaneamente, surgiram novas ações ambientais, como o Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA) e a Quercus-Associação Nacional de Conservação da Natureza, que contribuíram para a emergência de instâncias de ação e de luta, registando-se o aparecimento de movimentos cidadãos, sobretudo de carácter local, contra situações ou ações envolvendo algum grau de injustiça ou violação de direitos ou bem-estar das populações (Santos e Nunes, 2004).⁵

No caso de Barcelos, os protestos que começaram com manifestações pacíficas acabaram pautados por momentos de grande violência, tendo-se registado a morte de um jovem em confrontos com as forças de segurança pública. A diversidade e combinação de várias técnicas de protesto, embora presentes neste caso, surgiram mais tarde, mas não se revelaram tão ricas como as que se identificam nos casos atuais, sendo a manifestação de rua a forma de protesto privilegiada.

A análise dos eventos de protesto revela, assim, que é nos casos mais recentes que se evidencia uma combinação fértil e criativa de várias formas de protestar, as quais surgem em simultâneo, juntando-se às tradicionais manifestações de rua, petições (exemplo dos caulinos na Região Centro, calcário em Tavira, feldspato em Monchique) e às ações judiciais, com destaque para a providência cautelar (exemplo dos caulinos em Barcelos e do ouro em Évora). A visibilidade em torno destas causas não se esgota, no entanto, no recurso a este tipo de ações. Este estudo revela um crescente investimento em ações criativas e o recurso ao simbólico como estratégia para chamar a atenção para estas lutas. A título exemplificativo, refira-se a colocação de pedras de calcário na porta da Câmara Municipal de Tavira quando o presidente recusou o debate público do assunto. Passivo de inerte de urânio foi deixado pelos manifestantes da Urgeiriça nos jardins do Palácio de Belém e corpos de manifestantes foram acorrentados aos portões do Palácio numa tentativa de chamar a atenção para

⁴ Artigo 66º da Constituição da República Portuguesa.

⁵ No período de consolidação da democracia em Portugal (1974-1976), a “1ª fase”, regista-se a ascensão e posterior desaparecimento de muitos grupos ambientalistas entretanto surgidos, situação justificada pelo facto de os portugueses estarem mais focados na resolução de questões essenciais à sua sobrevivência e na concretização de direitos elementares, com destaque para o que ficou conhecido como “pão, trabalho, habitação, saúde e educação” (Figueiredo *et al.*, 2001). A “segunda fase” (1976-1983) surge associada a protestos organizados contra a energia nuclear, marcados pelo radicalismo político e pelo surgimento, em 1982, da primeira organização política pró-ambiente (o atual Partido Ecologista “Os Verdes”), que ainda hoje articula com o Partido Comunista Português (Rodrigues, 1995).

esta causa. No caso de Nisa, cruces em madeira foram colocadas na jazida de urânio em sinal de protesto contra a intenção de avançar com a exploração.

Essa criatividade emergiu também como estratégia para seduzir os média e garantir cobertura noticiosa sobre estas questões. As estratégias adotadas na ação dos movimentos ambientais são cada vez mais determinantes, já que a atenção tende a recair nas ações onde drama e humor caminham lado a lado, sendo essas as que lhes garantem a dose necessária de problema, de incomum e de espetacularidade. São esses eventos de protesto emocionalmente satisfatórios que mais facilmente conquistam a notoriedade e o compromisso por parte dos média, já que o “ser visto” se torna indispensável ao sucesso da ação coletiva (Alinsky, 2009), permitindo que um determinado coletivo, ou seja, um “nós” afetado, se vá construindo, tornando-se conhecido e reconhecido.

As novas tecnologias de comunicação foram um recurso frequente, com destaque para os blogues de discussão criados para partilha de informação, permitindo mobilizar a população para petições *online*, entre outras ações de protesto.

Neste contexto analítico, exceto em casos pontuais, como o da Urgeiriça, cuja ação coletiva saiu da circunscrição local, marcada por várias ações realizadas em pontos estratégicos de confronto com o poder político central – assumindo como pano de fundo a reabilitação das minas de urânio na Região Centro e a compensação dos afetados⁶ – a maioria dos protestos confinou-se ao local do conflito. Corrobora-se aqui a ideia do demarcado localismo que caracteriza este tipo de ação em Portugal (Mendes e Seixas, 2005; Matos, 2012), mas também a realidade do contexto semiperiférico e sul europeu (Kousis, 1999; Figueiredo *et al.*, 2001), dando conta que os movimentos ambientais do Sul da Europa têm vindo a distinguir-se dos movimentos dos países centrais pela prevalência de um número crescente de organizações formais, mas sobretudo de estruturas organizativas de base comunitária, com caráter informal, geralmente grupos comunitários que mobilizam redes informais apenas enquanto dura o problema que afeta esse local ou antecipando problemas.

Os protestos, no entanto, não foram caracterizados pelos média como movimentos reativos do tipo NIMBY (*Not In My Backyard*), como foi o caso dos protestos contra a coincinação ou a localização de aterros sanitários nos anos 1990 (Nave, 2004). Muitos dos protestos aqui analisados correspondem a um processo argumentativo do tipo NIABY (*Not In Anyonone's Backyard*).

Apesar de desencadeados localmente, estes protestos abrem uma janela

⁶ Lei nº 10/2016 que garante o direito a uma compensação por morte provocada por doença profissional dos antigos mineiros.

para um processo de mudança, sustentado a partir da articulação entre casos, que ultrapassa largamente a localidade (Silva, 2013). Esta inter-relação tornou-se evidente nos protestos contra a exploração de caulinos na Região Centro, onde as populações se articularam com associações e políticos a nível local/nacional para a formação do movimento “Pela Vida, Contra o Caulino”, lutando, até hoje, para impedir o licenciamento das explorações.

Apesar de distantes geograficamente, os conflitos relacionados com o urânio estabeleceram relações. O caso do urânio na Região Centro serviu assim de referência aos protestos desencadeados no Alentejo e ao que aí poderia vir a acontecer. Na Urgeiriça registou-se ainda a articulação entre lutas e temáticas, sobretudo entre as questões ambientais e de saúde pública. Neste contexto, assinala-se a participação das mulheres, viúvas dos mineiros falecidos por doenças ocupacionais, nos protestos. Foram estas mulheres que avançaram com o argumento em torno do sofrimento humano, ajudando a enquadrar o conflito numa narrativa em torno da justiça ambiental, ou seja, reivindicando um tratamento justo e o envolvimento das pessoas, independentemente da sua etnia, nacionalidade e classe social, no desenvolvimento, implementação e fiscalização de leis, políticas e decisões que envolvem o ambiente (Martínez-Alier *et al.*, 2015). Este facto, a partir deste caso específico, é novidade no repertório dos protestos ambientais em Portugal.

Não obstante este acentuado localismo do ativismo contra a mineração em Portugal, a possibilidade de projeção internacional não ficou comprometida. Registou-se ainda uma articulação dos dois conflitos de exploração de urânio e destes com plataformas internacionais de luta contra a energia nuclear (atividade suportada pela extração de urânio). Em 2012 foi lançado o filme “Urânio em Nisa, Não!”, um documentário-protesto, filmado em 2008, que enquadra a jornada de luta da população do concelho. Além da visibilidade e do reconhecimento internacional deste caso, impulsionado pela projeção do documentário em circuitos internacionais, o Movimento “Urânio em Nisa Não” (MUNN) e a presidente da Câmara Municipal de Nisa, Gabriela Tsukamoto, acabaram galardoados com o *Nuclear-Free Future Award*.⁷ A exploração do urânio apresenta-se, assim, relacionada com o campo do nuclear, onde as controvérsias e os debates no espaço público adquirem um carácter mais extremado e, em certos contextos, agonísticos (Mendes e Araújo, 2011: 34), fator que justifica uma mais ampla projeção destes conflitos.

⁷ Prémio internacional atribuído a ativistas, personalidades ou instituições que se distinguem na luta por um mundo sem desenvolvimento de energia nuclear.

6. O impacto da contestação

Pensar no impacto da contestação no âmbito dos conflitos analisados remete para a visibilidade que esta conseguiu alcançar junto dos média, permitindo-lhes visibilizar argumentos e garantir notoriedade aos problemas vividos. Estes conflitos sobre mineração tornaram-se visíveis a partir da memória coletiva que a ação pelo protesto conseguiu criar. Os repertórios de ação coletiva e as técnicas de protesto usadas nos momentos mais controversos, potenciados pela visibilidade que lhes foi conferida pelos média e redes sociais, permitiram projetar os problemas destas explorações mineiras para além do local onde se faziam sentir, sensibilizando a opinião pública.

Ponderar ganhos a partir da ação pelo protesto pressupõe escolher o repertório de ação mais adequado. Implica também dar vida e conferir emoção às ações de luta, despertando reações, em reconhecimento do poder de cooptação de aliados no contexto da ação coletiva pelo protesto. O papel das emoções não pode ser descurado quando se analisam estes processos de resistência ambiental (Silva, 2013). No caso do urânio na Urgeiriça, por exemplo, os corpos contaminados foram usados para invocar a comoção e as questões éticas, acabando por afetar políticos e opinião pública (Mendes e Araújo, 2011).

Entre os atores cooptados, nos casos analisados, figuram organizações ambientalistas nacionais, que lutaram ao lado das populações, assim como figuras da política local e nacional, que facilitaram a abertura da agenda política nacional a estes conflitos, alguns dos quais levados a discussão na Assembleia da República: o caso do conflito dos caulinos em Barcelos, do feldspato em Monchique e do urânio na Urgeiriça. No caso do feldspato em Monchique, a mobilização da população chegou mesmo a ser reconhecida pelo Parlamento Europeu, designadamente através da petição que solicitava à Comissão Europeia a realização de uma investigação preliminar sobre os vários aspetos do problema, em clara demonstração da capacidade da população colocar este tipo de assuntos na agenda política supranacional.

Estudos como o que foi solicitado pela população de Monchique, equiparam-se a análises de contra perícia, exigidas no sentido de legitimar o conhecimento experienciado e os argumentos avançados pelas populações locais, tantas vezes ignorados no âmbito destes processos, de que são ainda exemplo os casos de cobre, chumbo e prata em Sever do Vouga, onde a queda de produtividade dos campos foi identificada, na altura, pelos agricultores da região (Vitorino, 2000), bem como o caso de calcário em Tavira.

Qualquer tentativa de avaliar os impactos dos protestos não deve ignorar que deste tipo de ação decorrem consequências nem sempre devidamente valorizadas como, por exemplo, o facto de estas formas de mobilização conseguirem impedir o avanço das explorações, tal como a exploração de ouro em Évora, de feldspato em Monchique e de urânio em Nisa. No caso dos caulinos em Barcelos, a tentativa de ampliação da exploração mineral no centro da freguesia de Barqueiros foi adiada de 1987 até 2009 e um projeto de interesse público para a recuperação paisagística do lugar de exploração desativada foi aprovado.

Os protestos demonstraram, assim, potencial transformador das situações geradoras de conflito, influenciando decisões relacionadas com as controvérsias analisadas, muito embora alguns dos conflitos ambientais permaneçam “polémicas sem fim”.

Esta análise não identificou a emergência de um movimento congregador em torno da mineração em Portugal, como aconteceu, por exemplo, a nível nacional, no Brasil (Movimento Nacional pela Soberania Popular face à Mineração); a nível regional, na Costa Rica (*Frente Regional de Oposición a la Minería a Cielo Abierto*); ou a nível estadual, nos Estados Unidos da América (*Wisconsin Mining Impact Coalition*).

Os protestos que materializam os conflitos analisados não resultaram ainda num marco regulatório da mineração em Portugal, mas impulsionaram mudanças legislativas, ainda que pontuais e direcionadas apenas para casos concretos. Em nenhum destes casos se pode dizer que se produziu cidadania, entendida no seu sentido universal e lato, enquanto conquista de direitos. Cada caso, no entanto, legitima a produção, mais ou menos intensa do que se pode designar por cidadania crítica, exatamente porque estes protestos se revelaram coincidentes com espaços de participação, de onde emergiram novos conhecimentos, procurando-se soluções amplas e integradoras e onde se exerceram direitos a partir de uma perspetiva crítica, fortalecendo laços comunitários e de solidariedade.

7. Notas conclusivas

Os processos de decisão sobre mineração em Portugal revelam complexidade, a qual se traduz na diversidade de interesses e de necessidades manifestadas pelas partes em oposição a diferentes níveis: ambiente, saúde, justiça e cidadania. Os conflitos analisados desencadearam, assim, fortes ações de protesto e de resistência

contra a mineração.

Os casos analisados regularam-se pelas tradicionais estruturas deliberativas, concedendo pouco espaço à participação direta dos cidadãos. Estes conflitos encontram-se, assim, plasmados não só no desacordo político sobre as decisões a implementar, como nas ondas de contestação e de protesto desencadeadas, asseguradas por diferentes entidades e coletivos da sociedade civil portuguesa (alguns preexistentes, outros criados para servir estas causas, de que são exemplo os nove movimentos cívicos locais). Deste contexto emergiram ainda articulações entre os agentes de mobilização local e entidades como a Quercus, o GEOTA, entre outras ONGAS, movimentos e plataformas ambientalistas, nacionais e internacionais.

Os argumentos de contestação utilizados mobilizaram quatro focos de interesse específicos: a) a defesa do ambiente natural (necessidade de sua conservação, constituindo-se como elemento fundamental também para economia local); b) a defesa da saúde pública; c) a defesa da governação do território e de instrumentos jurídicos para sua proteção e d) a promoção da participação cidadã nos processos de decisão. Em todos os casos foi reivindicada a suspensão do avanço da/as exploração/ões. O caso da Urgeiriça é o único analisado em que a atividade de mineração já estava encerrada aquando dos protestos, pelo que as reivindicações se concentraram na procura de soluções, sobretudo ao nível da saúde da população local.

A expressão do conflito nos casos estudados assumiu, assim, a forma de protesto coletivo, entendido como recurso disponível para as populações afetadas poderem tornar audíveis as suas perceções e argumentos sobre os problemas e visíveis as situações vividas. A ação pelo protesto configurou-se a estratégia de participação na definição do futuro das explorações. Estes protestos colocaram no epicentro do desacordo, além dos impactos ambientais, a exclusão das populações afetadas pelos problemas em decisões que lhes diziam diretamente respeito.

Da análise realizada não emergiu um movimento social de luta contra a mineração em Portugal, capaz de problematizar o conceito e o modelo de desenvolvimento que suporta esta atividade. Os protestos realizados, no entanto, produziram resultados concretos, embora limitados face às suas reivindicações, designadamente alterações legislativas, ainda que direcionadas para casos muito específicos. Conferiram também maior visibilidade às particularidades de cada conflito, ao contexto local, aos seus atores e seus principais argumentos, dando conta da complexa teia de relações que cada conflito configura.

Referências Bibliográficas

- ALIMONDA, Héctor (coord.) (2011), *La naturaliza colonizada: ecologia política e mineria em América Latina*, Buenos Aires, Clacso.
- ALINSKY, Saul D. (2009), “Protest tactics”, in Jeff Goodwin, James Jasper (orgs.), *The social movements reader: cases and concepts*, Oxford, Willey-Blackwell, pp. 255-258.
- BARCA, Stefania (2013), “Laboring the earth: transnational reflections on the environmental history of work”, *Environmental History*, 19 (1), pp. 3-27.
- BEBBINGTON, Anthony *et al.* (2008), “Mining and social movements: struggles over livelihood and rural territorial development in the Andes”, *World Development*, 36 (12), pp. 2888-2905.
- BEBBINGTON, Anthony (2012), “Underground political ecologies: the second annual lecture of the Cultural and Political Ecology Specialty Group of the Association of American Geographers”, *Geoforum* 43 (6), pp. 1152-1162.
- BELL, Shannon E. (2013), *Our Roots Run Deep as Ironweed, Appalachian Women and the Fight for Environmental Justice*, Illinois, University of Illinois Press.
- BRAVIN, Adriana; FERNANDES, Lúcia (org.) (2017), “Diferentes formas de dizer não: expressões de conflitos ambientais em Portugal e na América do Sul”, *Cescontexto Debates*, 17 [consult. a 31.10.2017]. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/cescontexto/ficheiros/cescontexto_debates_xvii.pdf>.
- DELLA PORTA, Donatella (2003), “Social movements and democracy at the turn of the millennium”, in Pedro Ibarra Güell (ed.), *Social Movements and Democracy*, Nova Iorque: Palgrave Macmillan, pp. 105-135.
- FERNANDES, Lúcia; BARCA, Stefania (2012), “Introdução”, in Lúcia. Fernandes, Stefania Barca (org.), *Desigualdades ambientais. Conflitos, discursos, movimentos, E-Cadernos CES*, 17, pp. 5-12. [consult. a 31.10.2017]. Disponível em: <www.ces.uc.pt/destaques/index.php?id=7018&id_lingua=1>.
- FIGUEIREDO, Elisabete; MARTINS, Filomena (1996), “Pensar Verde – contributos para o estudo da formação de uma consciência ambiental em Portugal”, in ICS/UL (org.), *Dinâmicas multiculturais, novas faces, outros olhares*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, pp. 417-436.
- FIGUEIREDO, Elisabete; FIDÉLIS, Teresa; PIRES, Artur da Rosa (2001), “Grassroots environmental action in Portugal (1974- 1994)”, in Klaus Eder, Maria Kousis (eds.), *Environmental Politics in Southern Europe. Actors, Institutions and Discourses in a Europeanizing Society*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers, pp. 197-221.
- GLASER, Barney; STRAUSS, Anselm (1995), *The Discovery of Grounded Theory. Strategies for Qualitative Research*, Londres, Aldine Transactions.
- HARAWAY, Donna (1988), “Situated knowledges: The science question in feminism and the privilege of partial perspective”, *Feminist Studies*, 14 (3), pp. 575-99.

MATOS, Ana Raquel e FERNANDES, Lúcia (2019), “Quando nem a palavra é de prata, nem o silêncio é de ouro. Análise de conflitos sobre mineração em Portugal”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXVII, pp. 11-30

KOUSIS, Maria (1999), “Environmental protest cases: the city, the countryside, and the grassroots in Southern Europe”, *Mobilization: An International Journal*, 4 (2), pp. 223-238.

MALERBA, Julianna (org.) (2014), *Diferentes formas de dizer não. Experiências internacionais de resistência, restrição e proibição de extrativismo mineral*, Rio de Janeiro, Fase-Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan (2001), “Mining conflicts, environmental justice, and valuation”, *Journal of Hazardous Materials*, 86, pp. 153-170.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan *et al.* (2015), “Between activism and science: grassroots concepts for sustainability coined by environmental justice organizations”, *Journal of Political Ecology*, 21, [consult. a 31.10.2017]. Disponível em: <http://jpe.library.arizona.edu/volume_21/Martinez-Alier.pdf>.

MATOS, Ana Raquel (2012), “Democracia, participação cidadã e políticas públicas: uma avaliação a partir das ações de protesto”, *Configurações*, 10, pp. 69-82.

MELUCCI, Alberto (1980), “The New Social Movements: A Theoretical Approach”, *Social Science Information*, 19, pp. 199-226.

MENDES, José Manuel; SEIXAS, Ana Maria (2005), “Acção colectiva e protesto em Portugal (1992-2002)”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, pp. 99-127.

MENDES, José Manuel; ARAÚJO, Pedro (2010), “Nuclearidade, trabalho dos corpos e justiça: A requalificação ambiental das minas da Urgeiriça e os protestos locais”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, 64, pp. 81-105.

MENDES, José Manuel; ARAÚJO, Pedro (2011), “Territórios contaminados, corpos contaminados: Estado, nuclearidade e cidadania em Portugal e França”, *Configurações*, 8, pp. 33-56.

NAVE, José (2004), “Entre a cultura ambiental e o efeito NIMBY: As várias faces de uma cidadania para o ambiente”, in João Ferreira de Almeida (coord.), *Os portugueses e o ambiente: II inquéritos nacionais às representações e práticas dos portugueses sobre o ambiente*, Oeiras, Celta Editora, pp. 237-335.

ÖZKAYNAK, Begüm; RODRÍGUEZ-LABAJOS, Beatriz (coords.) (2012), *Mining conflicts around the world Common grounds from an Environmental Justice perspective*. EJOLT project report 7, [consult. a 31.05.2017]. Disponível em: <<http://www.ejolt.org/2012/11/mining-conflicts-around-the-world-common-grounds-from-an-environmental-justice-perspective/>>.

PALÁCIO CEREZALES, Diego (2011), *Portugal à coronhada. Protesto popular e ordem pública nos séc. XIX e XX*, Lisboa, Tinta-da-china.

PERREAULT, Tom (2013), “Dispossession by accumulation? Mining, water and the nature of enclosure on the Bolivian Altiplano”, *Antipode*, 45, pp. 1050-1069.

RODRIGUES, Eugénia (1995), “Os novos movimentos sociais e o associativismo ambientalista em Portugal”, *Oficina do CES*, 90, [consult. a 27.07.2017]. Disponível em: <www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/60.pdf>.

MATOS, Ana Raquel e FERNANDES, Lúcia (2019), “Quando nem a palavra é de prata, nem o silêncio é de ouro. Análise de conflitos sobre mineração em Portugal”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXVII, pp. 11-30

RODRIGUES, Eugénia (2002), “Ciência, Públicos e Ambiente: o ‘discurso científico’ dos movimentos de protesto ambiental”, *Cadernos do Noroeste, Série Sociologia*, 18 (1-2), pp. 32-48.

SANTOS, Boaventura de Sousa; NUNES, João Arriscado (2004), “Introduction: Democracy, Participation and Grassroots Movements in Contemporary Portugal”, *South European Society and Politics*, 9 (2), pp. 1-15.

SILVA, Pedro Gabriel (2013), *No Rastro da Draga. Exploração mineira e protesto popular numa aldeia da Beira Baixa (1912-1980)*, Castro Verde, 100 Luz.

SOUSA, António Francisco (2012), “Liberdade de reunião e de manifestação no Estado de direito”, *Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça*, 21 (6), pp. 27-38.

VEIGA, Carlos J. Mota (2014), *A vida dos trabalhadores do urânio, «trabalho ruim»*, S/l, Associação dos Ex-Trabalhadores das Minas de Urânio, Fundação Lapa do Lobo.

VITORINO, Francisco (2000), “Agricultura e mineração, uma coexistência difícil. As minas do Vale do Vouga e as comunidades do Vale do Rio Águeda 1889-1924”, *Gestão e Desenvolvimento*, 9, pp. 255-299.

Ana Raquel Matos (autora de correspondência). Investigadora do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra onde integra o Núcleo de Estudos sobre Ciência, Economia e Sociedade (NECES) (Coimbra, Portugal). Realiza pós-doutoramento no CES, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BPD/94178/2013). Endereço de correspondência: Centro de Estudos Sociais, Colégio de São Jerónimo, Largo D. Dinis, apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal. E-mail: amatos@ces.uc.pt.

Lúcia Fernandes. Investigadora do Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações da Universidade de Lisboa (SOCIUS/CSG-UL) (Lisboa, Portugal) e do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (Coimbra, Portugal) onde realiza pós-doutoramento financiado pela Fundação para Ciência e a Tecnologia (SFRH/BPD/79933/2011). Endereço de Correspondência: Rua Miguel Lupi 20, 1249-078 Lisboa, Portugal. E-mail: luciaof@gmail.com

A percepção de justiça na avaliação do desempenho na Administração Pública e a produtividade

Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa
Observatório Nacional de Administração Pública

Ireneu de Oliveira Mendes

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa
Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Sara Raquel dos Santos Rodrigues Manaia da Silva

Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Resumo

No âmbito do processo de reforma na Administração Pública (AP) o SIADAP surge como um novo paradigma de avaliação do desempenho, tendo em vista a melhoria da gestão da AP e do desempenho dos seus colaboradores. Este estudo pretende aferir o modo como os trabalhadores percebem a justiça da avaliação de desempenho e se esta influencia a sua produtividade. É apresentado um enquadramento teórico sobre a nova gestão pública, a justiça organizacional e a produtividade, seguido de uma referência à metodologia utilizada, e dos resultados alcançados. Como conclusão é possível afirmar que as percepções dos trabalhadores na Administração Local sobre as variáveis justiça distributiva e justiça informacional têm impacto direto positivo nas suas percepções relativamente à satisfação com a avaliação de desempenho.

Palavras-chave: Nova Gestão Pública; percepção de justiça; produtividade.

The perception of justice in the evaluation of Public Administration performance and productivity

Abstract

Under the reform process in public administration, SIADAP emerges as a new paradigm for performance evaluation, with the intent to improve PA's management and the performance of their employees. This study aims to assess whether the way in which workers perceive the fairness of the performance evaluation influences their productivity. A theoretical framework on new public management, organizational justice and productivity is presented, followed by a reference to the methodology used, and the results achieved. As a conclusion it is possible to claim that the perceptions of the workers in the Local Government on the variables distributive justice and informational justice have a positive direct impact on their perceptions regarding the satisfaction with the performance evaluation.

Keywords: New Public Management; perception of justice; productivity.

La perception de la justice dans l'évaluation du rendement et de la productivité de l'administration publique

Résumé

Dans le cadre du processus de réforme dans l'Administration Publique (AP), SIADAP apparaît comme un nouveau paradigme d'évaluation de la performance, visant à améliorer la gestion de l'AP et la performance de ses employés. Cette étude vise à évaluer comment les travailleurs perçoivent l'équité de l'évaluation des performances et si elle influence leur productivité. Un cadre théorique sur la nouvelle gestion publique, la justice organisationnelle et la productivité est présenté, suivi d'une référence à la méthodologie utilisée et des résultats. En conclusion, il est possible d'affirmer que les perceptions des travailleurs de l'Administration Locale des variables justice distributive et justice informationnelle ont un impact direct positif sur leur perception, en ce qui concerne la satisfaction avec l'évaluation de la performance.

Mots-clés: nouvelle gestion publique; perception de la justice; la productivité.

La percepción de justicia en la evaluación del desempeño en la Administración Pública y la productividad

Resumen

En el marco del proceso de reforma en la Administración Pública, el SIADAP surge como un nuevo paradigma de evaluación del desempeño, con miras a la mejora de la gestión de la AP y del desempeño de sus colaboradores. Este estudio pretende medir el modo en que los trabajadores perciben la justicia de evaluación de desempeño y si éste influye en su productividad. Se presenta un marco teórico sobre la nueva gestión pública, la justicia organizacional y la productividad, seguido de una referencia a la metodología utilizada y los resultados obtenidos. Como conclusión es posible afirmar que las percepciones de los trabajadores en la Administración Local sobre las variables justicia distributiva y justicia informacional tienen impacto directo positivo en sus percepciones respecto a la satisfacción con la evaluación de desempeño.

Palabras clave: Nueva Gestión Pública; percepción de justicia; la productividad.

1. A Nova Gestão Pública

As organizações, enquanto responsáveis pela criação da ordem e da autoridade destinadas a dirigir pessoas, são fenómenos sociais essencialmente políticos que possuem interesses, muitas vezes, opostos e conflitantes. Conhecido como “pai” da burocracia, Max Weber apresenta este modelo como a melhor forma de levar as organizações a tornarem-se mais eficientes. Segundo Santiago (2011) o modelo burocrático de Max Weber caracteriza-se por ser uma administração mecanicista, que não depende da vontade arbitrária do dirigente. A Administração Pública tradicional e a sua forma de organização burocrata, tornou-se lenta para dar resposta à satisfação

das necessidades dos cidadãos. Ao excesso de formalismo da organização burocrática associam-se os elevados custos de funcionamento.

Com o objetivo de aproximar o modelo de gestão pública ao modelo de gestão privada, nasceu no início dos anos 80, no Reino Unido, A *New Public Management* (NPM). A NPM ou NGP – Nova Gestão pública - constituiu-se num movimento de reforma e modernização administrativa experimentada pelos vários países da OCDE, com origem no *managerialism* que, segundo Carvalho (2001), reconhecia o exercício de uma melhor gestão como a solução eficaz para os males sociais e económicos. Este novo modelo de gestão da administração pública, que foi denominado por Hood (1991), de *New Public Management*, conduziu à reforma da administração pública em Inglaterra após a subida ao poder de Margaret Thatcher em 1979, tendo sido acolhidos os seus princípios, sob administração de Ronald Reagan nos anos 80, nos Estados Unidos da América e, posteriormente, na Nova Zelândia (Silvestre, 2010).

A Nova Gestão Pública representa as doutrinas administrativas que dominaram a agenda da reforma em vários países da OCDE. Para o desabrochar da NPM contribuíram as disposições administrativas de Hood (1991), nomeadamente: i) tentativa de reduzir o crescimento do Estado, isto é, reduzir a despesa pública incluindo os funcionários; ii) desenvolver uma agenda internacional, focada nos aspetos gerais da AP, da conceção de políticas, dos estilos de gestão e da cooperação intergovernamental; iii) interesse para a privatização e quase privatização, evidenciando a subsidiariedade na provisão de serviços, desenvolvimento das tecnologias de informação na produção e distribuição de serviços públicos (Hood, 1991).

A partir de meados da década de 80, o paradigma *managerial* foi encarado na sociedade ocidental como uma nova forma de se assegurar uma cultura baseada no desempenho e um sector público menos centralizado (OCDE, 1995). Faz apelo ao controlo e à responsabilização dos diversos trabalhadores da Administração através da fragmentação das tradicionais unidades de trabalho, num desenvolvimento da competição, assim como numa otimização do aproveitamento das tecnologias de informação (OCDE, 1995).

Rocha (2001) defende que cada reforma é modelada pela história administrativa de cada país, não sendo Portugal exceção. O autor considera quatro grandes movimentos de reforma administrativa que se apresentam na Tabela 1:

Tabela 1 – Movimentos de Reforma em Portugal

Movimentos de reforma	Data
Revolução	abril de 1974
Reforma Administrativa	1974 - 1995
Revolução <i>Managerial</i> da Administração Pública Portuguesa	1985 - 1995
Governo Socialista e Reforma da Administração Pública ou Reinvenção da Administração Pública	1996 - 1999

Fonte: Autoria própria

Ao longo das últimas décadas, na base de uma lógica de empresarialização e de diminuição do Estado - decorrente do pressuposto ideológico de que a um menor Estado corresponderia um melhor Estado, a dimensão supostamente exagerada da AP e do peso dos salários da função pública no PIB estabeleceram-se como alvo preferencial dos sucessivos governos para esclarecer o fracasso da economia portuguesa ao longo dos últimos 20 anos.

Vendo pela ótica da experiência internacional, nota-se que, num contexto de reforma em que se procura criar uma cultura organizacional orientada para os resultados procurando implementar princípios para uma avaliação mais sóbria dos desempenhos no sector público, os países da OCDE têm procedido a uma revisão dos sistemas de gestão das performances individuais, departamentais e dos organismos públicos como um todo.

A implementação da medição do desempenho tem-se apresentado, como uma das tendências internacionais mais divulgadas na gestão pública, no decorrer das duas últimas décadas, encontrando-se a inovação progressivamente presente ao nível da prestação de serviço público e dos modelos de negócio das organizações públicas (Correia e Mendes, 2018). A Inovação é frequentemente vista, no setor público, como um meio para as organizações compreenderem e absorverem as mudanças ocorridas e, desta forma, responder às exigências dos cidadãos e da sociedade em geral (Carrapeto e Fonseca, 2006). De acordo com a observação de Carrapeto e Fonseca (2006) feita aos três programas de governo (X, XIII e XVII) destacam-se, com foco na inovação, as seguintes tendências:

Tabela 2 – Tendências de Inovação

Programas de Governo	Período de Tempo (Influências)	Tendências de Inovação
X Governo Constitucional	Meados dos anos 1980 - CEE	Produtividade, Qualidade e Leveza
XIII Governo Constitucional	Meados dos anos 1990 - correntes modernistas de outros países	Produtividade, Qualidade, Leveza, Recetividade, Profissionalização e Ser Digital
XVII Governo Constitucional	2005 - 2009	Produtividade, Qualidade, Leveza, Recetividade, Profissionalização, Ser Digital e Simplificação Administrativa

Fonte: Autoria própria

Segundo Correia e Mendes (2018), é evidente o reconhecimento da importância da inovação no setor público relacionada com a questão da flexibilização ou agilização e modernização administrativa.

2. Gestão e Avaliação do Desempenho

No paradigma de gestão atual (NGP), as pessoas representam o fator-chave no desempenho da organização e a avaliação de desempenho associada ao desempenho constitui-se como um importante instrumento de motivação dos trabalhadores. Fernandes e Caetano (2007), definem a avaliação de desempenho como “um sistema formal e sistemático que permite apreciar o trabalho desenvolvido pelos colaboradores de uma organização” (Fernandes e Caetano, 2007: 360). Os vários intervenientes no processo têm diferentes expectativas face ao mesmo (Sotomayor, 2006)”type”:"thesis"},”uris”:[“http://www.mendeley.com/documents/?uuid=0625e3f3-b70a-4662-9183-1f600f45e886”]},”mendeley”:{“formattedCitation”:(Sotomayor, 2006, nomeadamente: i) os avaliados procuram feedback do seu desempenho; ii) os avaliadores precisam avaliar o desempenho a fim de saber que ações vão empreender no futuro; iii) o departamento de recursos humanos utiliza a informação, reunida na avaliação de desempenho, para planear atividades ligadas à gestão de recursos humanos.

A avaliação de desempenho é uma reflexão conduzida pelos superiores diretos sobre o desempenho dos seus subordinados, no sentido de se apreciar, os resultados, as dificuldades e condicionantes da atividade, de modo a propor medidas adequadas à melhoria das capacidades, conhecimentos, atitudes e comportamentos, com o intuito de conduzir a uma maior produtividade no trabalho (Fernandes e Caetano, 2007). Os sistemas de avaliação de desempenho procuram garantir a utilização de mecanismos que permitam estabelecer objetivos claros, por parte dos gestores; os encargos com recursos para que sejam cumpridos os objetivos; a sua comunicação à organização; o controlo de custos; e ainda, a “promoção da motivação os colaboradores, obtendo simultaneamente um aumento da eficácia num quadro de atuação estratégica proativa” (Correia, 2012: 473).

Bilhim (2013a) sublinha a importância da dimensão da gestão do desempenho, desenvolvendo uma cultura de confiança e estimulando a participação dos trabalhadores. Para o autor a avaliação é um meio para que o trabalhador possa progredir e melhorar continuamente e gerir o desempenho é assumir a atitude básica de conseguir resultados através do trabalho dos cooperadores (Bilhim, 2013a). O modelo mecanicista centrava a atenção dos funcionários no cumprimento de regras, regulamentos e lei. Não que fosse errado mas, era pesado e demorado, necessitando de ser apoiado, para a ideia que “gerir é medir, medir é comparar e comparar é melhorar permanentemente” (Bilhim, 2014: 21).

No âmbito do processo de reforma na AP foi implementado, no ano de 2004, o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação de Desempenho da Administração Pública - SIADAP - (Lei nº 10/2004 de 22 de março), revogada pela Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro (Portaria nº 1633 de 31 de dezembro) por apresentar algumas lacunas. Esta, por sua vez, foi alterada pelas Leis n.ºs 55-A/2010, de 31 de dezembro e 66-B/2012, de 31 de dezembro. O SIADAP é composto por três subsistemas de avaliação de desempenho que variam em função do objeto de avaliação: o SIADAP 1 - o Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Serviços da Administração Pública; o SIADAP 2 – o Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Dirigentes da Administração Pública; e o SIADAP 3 – o Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Trabalhadores da Administração Pública¹.

Segundo Rocha (2010), o SIADAP tem como finalidades: a melhoria da gestão da Administração Pública; desenvolver e consolidar práticas de avaliação e autorregulação; identificar as necessidades de formação; promover a motivação e

¹ Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro alterada pela Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro.

o desenvolvimento de competências; reconhecer e distinguir serviços, dirigentes e trabalhadores pelo seu desempenho e pelos resultados obtidos; melhoria dos processos; melhoria da informação e transparência; e apoiar o processo de decisão estratégica (Rocha, 2010). Este sistema enfatiza a adoção de princípios de gestão por objetivos e a importância da avaliação do desempenho dos trabalhadores (Santiago, 2011). Bilhim (2013a) salienta que os objetivos globais do SIADAP são: avaliar a qualidade dos serviços; avaliar os dirigentes; diferenciar o desempenho; potenciar o trabalho em equipa; identificar necessidades de formação; fomentar a mobilidade; promover a comunicação; fortalecer a liderança; melhoria da gestão pública; consolidar práticas de avaliação; promover a motivação; distinguir serviços e pessoas; melhorar a arquitetura de processos; melhorar a informação, promovendo a transparência; apoiar o processo de decisão estratégica. Para que o momento de avaliação corra bem os objetivos precisam ser bem fixados, o que segundo Bilhim (2013a) implica "Investir a montante na fixação dos objetivos é poupar a jusante na avaliação" (Bilhim, 2013a).

A origem da Gestão por Objetivos remonta à obra *The Practice of Management* da autoria de Peter Drucker em 1954, com base na adoção de um sistema de gestão radicado num conjunto de indicadores, e como prioridade o cumprimento de metas pré-definidas (Drucker, 1995). De acordo com o SIADAP, a definição de objetivos deve assentar em três princípios fundamentais, nomeadamente: definição em coerência com a missão da unidade orgânica; focalização nos resultados prioritários; e articulação entre objetivos de equipa e objetivos individuais.

De modo a alcançar transparência e imparcialidade nos métodos de avaliação, e garantir a comparabilidade dos resultados, deve ser elaborado um bom sistema de avaliação de desempenho orientado para três grandes vetores chave: eficácia, eficiência e qualidade. Um bom sistema de avaliação de desempenho presta-se a um conjunto de critérios objetivos que auxiliam na aferição dos problemas que podem ser solucionados. Correia (2011, 2015) sugere que um sistema de avaliação de desempenho, enquanto agente de mudança no sentido do paradigma organizacional do final do século XX e início do século XXI, pressupõe a escolha de mecanismos que tenham a capacidade de medir a eficácia, eficiência e qualidade da gestão, tendo em vista, tanto a melhoria do seu desempenho, como um propósito de prestação de contas e de transparência de atuação perante os *stakeholders* da organização (Correia, 2011, 2015). Deste modo, dirige-se atenção às três grandes dimensões de avaliação do SIADAP, nomeadamente: eficiência, eficácia e qualidade, para que se compreenda o paradigma onde se insere, aprofundando um pouco mais o seu alcance.

Conduzidos por Correia (2011 e 2015), somos levados a uma escala ascendente

da gestão onde o primeiro degrau é a eficiência, que implica saber exatamente o que fazer e na forma certa e, que pode ser entendida como a procura por fazer mais (em quantidade ou qualidade) com os mesmos recursos disponíveis, ou ainda realizar a mesma quantidade de trabalho com uma dotação de recursos inferior. O segundo degrau da escala diz respeito à eficácia, que está estreitamente relacionada ao fator temporal e ao cumprimento e superação de prazos, a sua relevância fica patente no facto de se encontrar entre os três parâmetros da avaliação do desempenho dos serviços. A dimensão qualidade pode ser considerada como o terceiro degrau na escala crescente da gestão e, procura incorporar no processo de avaliação inputs externos ao serviço e orientar os processos internos numa lógica de serviço ao cidadão.

A avaliação individual de desempenho dos trabalhadores visa a melhoria da gestão da Administração Pública e, no que se refere às melhorias obtidas pelos trabalhadores (Sarmiento *et al.*, 2015), estas decorrem de dois parâmetros, a saber: resultados e competências. Os resultados são obtidos na prossecução de objetivos individuais, negociados e devidamente articulados com os objetivos da respetiva unidade orgânica (artigo 45.º a)², decorrendo esses resultados da verificação, do grau de cumprimento dos objetivos previamente definidos, os quais tomam também em consideração a proporcionalidade entre os resultados visados, os meios disponíveis e o tempo estabelecido para a sua concretização.

Por sua vez, as competências visam avaliar os conhecimentos, capacidades técnicas e comportamentais adequadas ao exercício de uma determinada função (artigo 45.º b)³. A avaliação das competências visa promover o desenvolvimento e qualificação dos trabalhadores, maximizar o seu desempenho e promover uma cultura de excelência e qualidade de acordo com várias regras. As competências são definidas por diferentes grupos profissionais de forma a garantir uma melhor adequação dos fatores de avaliação às exigências específicas de cada realidade (artigo 48.º n.º 1)⁴, e o avaliado deve ter conhecimento das competências exigidas para a respetiva função, no início do ciclo de avaliação (Tourais, 2008).

No processo de avaliação, o resultado final decorre de uma média ponderada das pontuações atribuídas aos dois parâmetros anteriores, onde o peso ponderativo do parâmetro resultados (60%) é superior ao parâmetro competências (40%), com o resultado final obtido, são, posteriormente, atribuídas diferentes classificações, que variam, desde a menção Desempenho Inadequado (avaliação final de 1 a 1,999), a

² Idem.

³ Idem.

⁴ Idem.

menção de Desempenho Adequado (de 2 a 3,999), à menção de Desempenho Relevante (de 4 a 5) (artigo 50.º)⁵. Poderá, ainda, ser atribuída, por reconhecimento do mérito do desempenho do trabalhador, a menção de Desempenho Excelente, carecendo, esta atribuição, de ser devidamente fundamentada com os resultados da avaliação de desempenho e da relevância do contributo do seu desempenho para o serviço (artigo 51.º)⁶. Porém, esta classificação baseia-se no sistema de quotas, obedecendo ao princípio de que só pode existir uma percentagem máxima de 25% de atribuições da menção de Desempenho Relevante e, dentro destas, só 5% poderá ser distinguido com a menção de Desempenho Excelente (artigo 75.º, nº 1)⁷. Estabelecido, assim, um teto máximo para a atribuição de determinadas menções avaliativas, apenas uma pequena percentagem de trabalhadores pode alcançar, na avaliação de desempenho, as duas menções mais elevadas. Na verdade, por maior que seja o mérito revelado, 95% dos trabalhadores não poderão ver reconhecido a excelência do seu desempenho e 75% não poderão ver atribuída relevância ao seu trabalho (Moura, 2012).

3. Justiça Organizacional

A justiça desempenha um papel relevante no funcionamento eficaz das organizações, bem como na satisfação daqueles que nelas trabalham (Cunha *et al.*, 2013). Segundo Tremblay *et al.*, (2000) a percepção de justiça é claramente um dos valores para os quais os trabalhadores são mais sensíveis. Nas organizações, os indivíduos são alvo de decisões que afetam a sua vida na organização.

Ao estudarmos a justiça organizacional, tendemos a questionarmo-nos como as pessoas de certa organização encaram a justiça das decisões e dos resultados. Diferentes observadores, no seio da mesma organização, poderão ter leituras diferentes acerca da justiça das práticas e das decisões organizacionais, logo, o sentido de justiça subjaz aos *olhos* do avaliado. Uma decisão organizacional pode ser considerada como justa à luz de um determinado critério normativo, mas julgada injusta pelas pessoas que são, por ela, afetadas (e vice-versa) (Cunha *et al.*, 2013).

De acordo com Klendauer e Deller (2009), a justiça organizacional abrange três dimensões nomeadamente, a distributiva, a processual e a relacional. Para a compreensão do significado das percepções de justiça importa distinguir estas três

⁵ Idem.

⁶ Idem.

⁷ Idem.

dimensões fundamentais que estão inter-relacionadas entre si. A justiça distributiva, que refere-se às percepções de justiça consequentes dos resultados (*outcomes*) da avaliação de desempenho; a justiça procedimental, diz respeito à justiça dos procedimentos utilizados para definir e para atingir os resultados e, por último, a justiça relacional, que se relaciona com a forma como os procedimentos e os resultados da avaliação de desempenho são explicados, implementados e comunicados aos trabalhadores (Mourão, 2009).

Os estudos têm demonstrado que cada componente da justiça organizacional afeta determinados *outcomes* organizacionais específicos. A justiça distributiva relaciona-se com a justiça das decisões individuais e com a afetação de *outcomes* pessoais; as percepções de justiça procedimental tendem a afetar atitudes e comportamentos relacionados com a organização; e a justiça relacional (justiça interpessoal e justiça informacional) está mais relacionada com os comportamentos e atitudes face às figuras de autoridade e aos decisores (Folger e Cropanzano, 1998). Algumas emoções e atitudes são consideradas consequências das percepções de justiça organizacional e para que o processo de avaliação de desempenho ocorra com sucesso é necessário que os trabalhadores estejam satisfeitos com o mesmo.

4. Satisfação com a Avaliação de Desempenho

De acordo com Locke e Latham (1990), a satisfação é definida como um “estado emocional positivo ou de prazer, fruto da avaliação do trabalho ou das experiências que este proporciona” (Locke e Latham, 1990: 10). Na ótica de Cook e Crossman (2004), as pessoas apenas se sentem satisfeitas com a avaliação de desempenho, se perceberem que o processo é justo, e esta percepção de justiça tem um impacto na sua performance e autoestima. A reação dos trabalhadores à sua avaliação de desempenho pode determinar o sucesso do processo de avaliação. Diferentes reações, por parte dos trabalhadores, têm sido analisadas pelos investigadores e, a reação mais frequente em relação à avaliação de desempenho, por parte dos avaliados, é a satisfação (Cook e Crossman, 2004).

A investigação confirma que a satisfação do avaliado com a avaliação de desempenho conduz à promoção de diversas variáveis como, a produtividade, a motivação e o comprometimento organizacional (Ilgen *et al.*, 1979)”type”:”article-journal”},”uris”:[“http://www.mendeley.com/documents/?uuid=d56da6a4-673b-458a-8491-6f8a5cf0d0d0”]},{”mendeley”:{“formattedCitation”:(Ilgen, Ficher, & Taylor,

1979. Analisando a importância destas variáveis e a sua relação com a avaliação de desempenho, é natural que as organizações se interessem pela satisfação dos seus colaboradores. No campo do comportamento organizacional e da gestão de recursos humanos, a psicologia positiva representa o estudo e a aplicação das forças e capacidades psicológicas positivas que podem ser medidas, desenvolvidas e eficazmente geridas para aumentar o desempenho (Luthans, 2002).

5. Capital Psicológico

A Psicologia Positiva surge em 2000, como uma nova perspectiva, por Martin Seligman e outros psicólogos que referiram ter sido esquecida uma parte da missão da Psicologia: ajudar as pessoas saudáveis, tornando-as mais felizes e produtivas (Luthans *et al.*, 2007). Luthans apresenta o capital psicológico (*PsyCap*) como um estado psicológico de desenvolvimento de um indivíduo, caracterizado por quatro qualidades positivas: i) ter confiança em si mesmo de modo a aplicar o esforço necessário para a conclusão de tarefas desafiantes (autoeficácia); ii) ser persistente no cumprimento de metas e, se necessário, reorganizar e redirecionar as mesmas (esperança); iii) fazer atribuições positivas acerca do seu sucesso no presente e no futuro (otimismo); iv) ser capaz de ultrapassar os contratempos e as adversidades, sem nunca desistir, para alcançar o sucesso (resiliência) (Luthans *et al.*, 2007). O capital psicológico “é constituído pelas forças humanas que, para além de outras características, também contribuem para o desempenho pessoal e organizacional” (Cunha *et al.*, 2008).

Os trabalhadores com altos níveis de *PsyCap*, estão confiantes que podem ter sucesso na realização das suas tarefas, têm expectativas de alcançar resultados positivos, procuram caminhos alternativos para alcançar os objetivos e têm a elasticidade necessária para não *partirem* perante situações de quase rotura e voltar à normalidade. O capital psicológico possui fronteiras mais vastas do que o capital humano e do que o capital social. Sublinha “quem somos” e “em quem nos tornamos”, mais do que “o que sabemos” (capital humano) ou “quem conhecemos” (capital social) (Luthans, *et al.*, 2004).

É referido, a nível teórico, que os mecanismos das capacidades do *PsyCap* atuam como uma motivação e esforço individual para alcançar o sucesso, que por sua vez resultará num aumento do desempenho (Avey *et al.*, 2011). Assim, um maior *PsyCap* deverá facilitar a motivação para alcançar com sucesso, objetivos e tarefas

para um melhor desempenho do que aqueles que têm um menor *PsyCap*. Wright e Cropanzano (2004) afirmam que os trabalhadores mais satisfeitos ficam mais capazes de “alargar-e-construir”, tornando-se mais criativos, resilientes, socialmente conectados, física e mentalmente saudáveis, e mais produtivos (Wright e Cropanzano, 2004). O conceito de produtividade, inicialmente utilizado pelos economistas, tem sido objeto de diversas definições e entendido como sinónimo de desempenho, eficiência, eficácia e até mesmo competitividade.

6. Produtividade

Para Pritchard (1992), a produtividade pode ser percebida como uma medida dos resultados em relação aos objetivos (eficácia), ou dos resultados em relação aos *inputs* (eficiência). A questão da produtividade tem suscitado o interesse de estudiosos de diferentes disciplinas, os quais, partindo de diferentes perspetivas, apresentam diversas definições para produtividade. Por exemplo, enquanto, para a economia, a produtividade está relacionada com a transformação de *inputs* em *outputs*, para a gestão ela está focada em determinadas medidas que fomentem quer a eficiência quer a eficácia, e para a psicologia a suposição é a de que a mudança dos comportamentos pode conduzir à mudança da produtividade (Cunha *et al.*, 2013; Pritchard, 1992). A este respeito Pritchard (1992) defende que, independentemente da perspetiva, a produtividade diz respeito a duas medidas: eficiência e eficácia, sendo que, a eficiência é o rácio dos *outputs* sobre os *inputs*, e a eficácia respeita à relação entre os *outputs* e algum padrão ou expectativa.

Bilhim (2013b) diferencia eficiência de eficácia, “recorrendo a um jogo de palavras, poder-se-ia dizer que a eficiência se preocupa com fazer as coisas de forma certa, enquanto, a eficácia se preocupa com fazer as coisas certas para satisfazer as carências da organização e do seu meio envolvente” (Bilhim, 2013b: 365). Quando se investiga o desempenho de uma organização, ele é descrito como sendo mais ou menos produtivo. Segundo Caetano (2008), o desempenho pode ser concebido conforme se salientam os meios (comportamentos) ou os fins (resultados).

Na primeira perspetiva, Campbell (1990) entende que o desempenho diz respeito a um conjunto de comportamentos relevantes para os objetivos da organização e que podem ser medidos em termos da sua contribuição para aqueles objetivos. Na segunda perspetiva, o importante são os resultados, isto é, o que o trabalhador alcança, logo, quando um trabalhador ocupa determinado cargo, deve realizar diversas funções,

atividades ou tarefas consideradas como necessárias que se traduzam em resultados, a um determinado nível, para que a organização possa alcançar os seus objetivos (Caetano, 2008).

A noção de desempenho no trabalho, a partir das investigações de Organ (1988) e seus colegas (Smith *et al.*, 1983), alargou-se e passou a incluir duas classes de comportamentos: i) o desempenho na tarefa, também chamado, desempenho *intrapapel*, que alude aos comportamentos que fazem parte do papel formal do trabalhador e que condiciona a sua produtividade no sentido mais preciso do termo; ii) o desempenho *extrapapel*, que equivale aos comportamentos de cidadania organizacional, isto é, os comportamentos que vão além das exigências do papel formal e que participam positivamente no desempenho coletivo (comportamentos de cortesia e de entajuda entre outros).

Se os trabalhadores acreditarem que a sua relação entre trabalho e resultado é injusta quando comparada com a de outros, irão sentir emoções negativas e, como consequência, irão tentar minimizar essas emoções negativas, aumentando ou diminuindo sua produtividade. Os comportamentos contraprodutivos (O'Leary-Kelly e Griffin, 2004), que prejudicam de modo mais ou menos grave os interesses da organização ou dos seus membros, representam uma consequência quase intuitiva dos sentimentos de injustiça. Deste modo, a percepção de (in)justiça dos trabalhadores nas organizações pode comprometer a produtividade, a qualidade do serviço e o desempenho dos trabalhadores e das organizações (Santos, 2010).

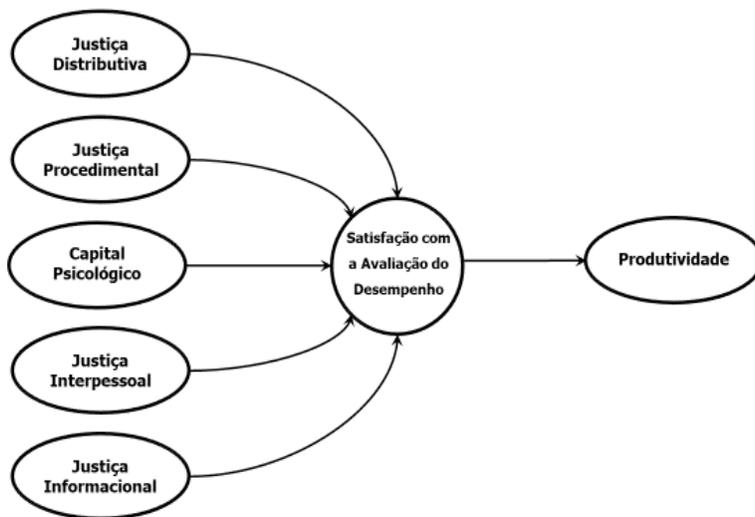
7. Modelo de Investigação

Seguindo o quadro de desenvolvimento da Nova Gestão Pública em Portugal, o presente artigo visa aferir de que modo a percepção de justiça, dos trabalhadores da Administração Local, no que concerne à avaliação de desempenho, influencia a produtividade. Tendo em atenção a revisão da literatura feita no capítulo anterior, foram consideradas as seguintes cinco variáveis: i) Justiça Distributiva; ii) Justiça Procedimental; iii) Capital Psicológico; iv) Justiça Interpessoal; v) Justiça Informacional, com o objetivo de aferir quais as que se relacionam e de que modo com as variáveis "satisfação com a avaliação de desempenho" e "produtividade".

Partindo da estrutura teórica apresentada definiu-se o modelo inicial que se encontra na Figura 1. Com este modelo pretende-se apurar se a satisfação com a avaliação de desempenho influencia a relação das dimensões justiça distributiva,

justiça procedimental, capital psicológico, justiça interpessoal e a justiça informacional com a produtividade e qual o impacto das características destas variáveis na variável satisfação com a avaliação de desempenho e na variável produtividade.

Figura 1 – Modelo teórico inicial



Fonte: Adaptado de Correia e Mendes (2018).

Deste modo, com base no modelo inicial foram formuladas as seguintes hipóteses de pesquisa: H1 – A variável latente Justiça Distributiva tem um impacto positivo direto na variável Satisfação com a Avaliação de Desempenho; H2 – A variável latente Justiça Procedimental tem um impacto positivo direto na variável latente Satisfação com a Avaliação de Desempenho; H3 – A variável latente Capital Psicológico tem um impacto positivo direto na variável latente Satisfação com a Avaliação de Desempenho; H4 – A variável latente Justiça Interpessoal tem um impacto positivo direto na variável latente Satisfação com a Avaliação de Desempenho; H5 – A variável latente Justiça Informacional tem um impacto positivo direto na variável latente Satisfação com a Avaliação de Desempenho; H6 – A variável latente Satisfação com a Avaliação de Desempenho tem um efeito mediador positivo na variável latente Produtividade.

8. Metodologia

Como instrumento para a recolha de dados foi aplicado um inquérito por questionário online, à população de trabalhadores das Câmaras Municipais nacionais. Para tal utilizou-se o instrumento de criação de questionários *Google Forms* – composto pela caracterização geral dos trabalhadores das Câmaras Municipais nacionais e por 45 questões (Tabela X em anexo). O questionário inicia com um conjunto de 7 alíneas - de a) a g) – introdutórias que permitem a caracterização geral da amostra recolhida (sexo, idade, estado civil, habilitações literárias, categoria profissional, tempo de serviço e tipo de vínculo) seguido de 7 dimensões de análise (justiça distributiva, justiça procedimental, justiça interpessoal, justiça informacional, satisfação com a avaliação de desempenho, capital psicológico e a produtividade).

Estabeleceu-se contato com as 308 Câmaras Municipais nacionais através de correio eletrónico, tendo sido solicitada autorização, aos Senhores Presidentes das respetivas Câmaras Municipais, para a aplicação do questionário a todos os trabalhadores (*Anexo B*). Foram garantidas, o anonimato e a confidencialidade das respostas obtidas. A opção pela aplicação do questionário online, prende-se com a agilização do processo de obtenção dos dados e pela economia que possibilita dada a extensão territorial da sua aplicação. Este questionário esteve disponível no período de 14/03/2018 a 30/04/2018 (47 dias). Pretendia-se que o respondente indicasse, com base na sua percepção de justiça na avaliação de desempenho e o impacto na produtividade, o seu nível de concordância com os itens do questionário, com base numa escala de Likert cujos valores variam de “1” - discordo totalmente a “7” - concordo totalmente.

Sendo o questionário dirigido à população da administração local envolvendo os trabalhadores das Câmaras Municipais, foram apuradas 336 respostas. É apresentado um resumo dos dados obtidos referentes à amostra apurada na seguinte tabela:

Tabela 3 – Resumo dos dados da amostra

Amostra		336	S/ resposta
Indivíduos do sexo Masculino		129	1
Indivíduos do sexo Feminino		206	
Idade	Mínima	22	36
	Máxima	66	
	Média	≈ 46	
Estado civil	Solteiro(a)	68	5
	Casado(a)	203	
	Divorciado(a)	55	
	Víuvo(a)	4	
Habilitações Literárias	Ensino Básico	15	3
	Ensino Secundário	151	
	Licenciatura	143	
	Mestrado	22	
	Doutoramento	2	
Categoria Profissional	Assistente Operacional	28	6
	Assistente Técnico	145	
	Técnico Superior	131	
	Técnico de Informática	10	
	Chefe de Divisão	15	
	Diretor de Serviços	1	
Tempo de Serviço	Até 5 anos	15	6
	6 a 10 anos	37	
	11 a 15 anos	56	
	16 a 20 anos	84	
	21 a 25 anos	50	
	Mais de 26 anos	88	
Tipo de vínculo	CTFPPTI a)	303	11
	CTFPTRC a)	7	
	CTFPTRI a)	3	
	Nomeação	4	
	Comissão de Serviço	4	
	Contrato de Prestação de Serviços	4	

Fonte: Autoria própria

Nota: a) CTFPPTI - Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado; CTFPTRC - contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Certo; CTFPTRI - Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Incerto.

Das 336 respostas obtidas, 129 (38,4%) são do sexo masculino, 206 (61,3%) do sexo feminino e 1 (0,3%) não se identificou. A média das idades dos respondentes é de aproximadamente 46 (idade máxima 66 e idade mínima 22). Embora se tenham obtido respostas por parte das várias categorias profissionais (Assistentes Operacionais, Assistentes Técnicos, Técnicos Superiores, Técnicos de Informática, Chefes de Divisão e os Diretores de Serviços), a maioria são 145 Assistentes Técnicos (43,2%) e 131 Técnicos Superiores (39%). A elaboração das 5 variáveis latentes com base nas variáveis de medida associadas às percepções de justiça dos trabalhadores na avaliação de desempenho e a produtividade, bem como a estimação do modelo proposto, foram desenvolvidas com recurso ao uso da aplicação de um Modelo de Equações Estruturais (metodologia SEM, ou modelagem por equações estruturais MEE)⁸, que permitiu a atribuição de um impacto e de um peso à influência de cada dimensão independente.

9. Resultados e Discussão

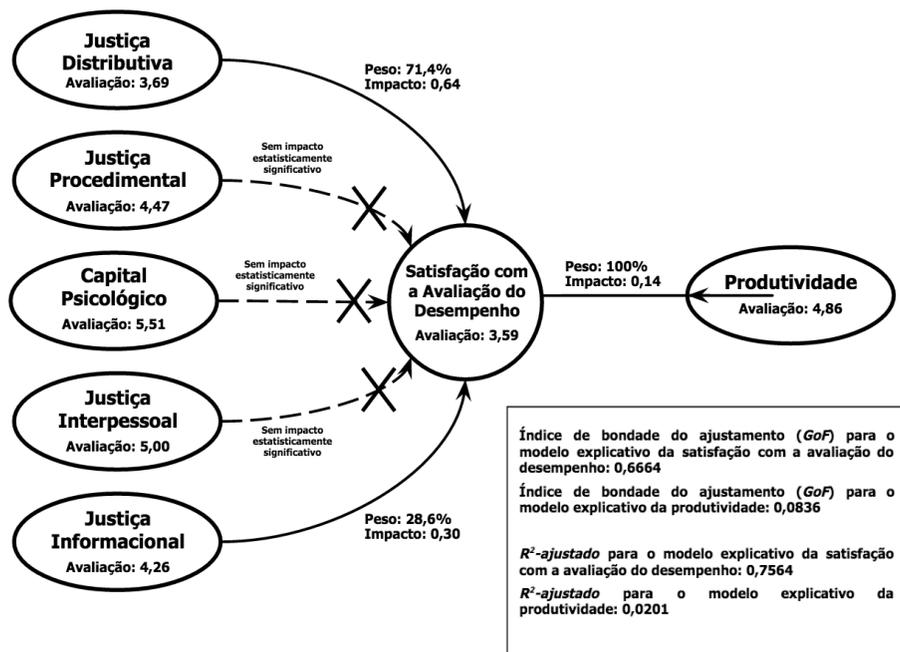
Da análise da Figura 2 concluímos que das cinco variáveis latentes em estudo apenas duas oferecem impacto estatisticamente significativo para um nível de confiança de 95,00% (0,9500), nomeadamente as variáveis "Justiça Distributiva" e "Justiça Informacional". É também possível aferir as avaliações médias destas duas variáveis. Com a média mais alta, o valor obtido para a variável "Justiça Informacional", foi de 4,26 pontos, seguida da variável "Justiça Distributiva" que obteve uma avaliação média de 3,69 pontos.

Da observação dos resultados apresentados no modelo de percepções obtido (Figura 2 – Modelo final), constata-se que para um nível de significância de 0,05 o aumento de 1 ponto na avaliação média da dimensão da Justiça Distributiva, temos um impacto de 0,64 pontos na dimensão Satisfação com a Avaliação de Desempenho. Por sua vez, o aumento de 1 ponto na avaliação média da dimensão Justiça Informacional, temos um impacto de 0,30 pontos na dimensão Satisfação com a Avaliação de Desempenho. Finalmente, o aumento de 1 ponto na avaliação média da Satisfação com a Avaliação de Desempenho, temos um impacto de 0,14 pontos na dimensão

⁸ A MEE é uma coleção de técnicas relacionadas entre si, que permite o exame de uma série de dependências entre múltiplas variáveis simultaneamente (Hair *et al.*, 2009). Na MEE dois modelos complementares são avaliados: o modelo de mensuração, no qual são especificadas relações entre variáveis observáveis e construtos, avaliado por análise fatorial confirmatória; e o modelo estrutural, no qual se especificam relações entre os construtos (Brown, 2006).

Produtividade. As restantes dimensões (Justiça Distributiva, Capital Psicológico e Justiça Interpessoal) não apresentam, para um nível de significância de 0,05 um impacto estatisticamente significativo.

Figura 2 – Modelo final



Fonte: Adaptado de Correia e Mendes (2018)

A dimensão que apresenta maior peso nas percepções dos trabalhadores é a dimensão “Justiça Distributiva”, contribuindo com 71,4%, seguida da dimensão “Justiça Informacional” com um peso de 28,6%. É ainda possível verificar que as percepções médias das duas variáveis latentes independentes com impacto estatístico são inferiores a 5 pontos em 10 possíveis, oscilando entre o valor mínimo 3,69 pontos relativos à dimensão “Justiça Distributiva” e o valor máximo de 4,26 pontos, relativos à dimensão “Justiça Informacional”. Na mesma linha surge a dimensão dependente, “Produtividade” apresentando um valor médio também favorável para as percepções, que corresponde a 4,86 pontos. A Tabela 4 apresenta os índices de qualidade do modelo proposto.

Tabela 4 - Índices de qualidade do modelo explicativo da variável mediadora "Satisfação com a Avaliação de Desempenho" e "Produtividade"

Parâmetro	Modelo "Satisfação com a Avaliação de Desempenho"	Modelo "Produtividade"
R ²	0,7564	0,0201
R ² ajustado	0,7556	0,0201
Índice de Bondade do Ajustamento (GoF)	0,6664	0,0836

Fonte: Adaptado de Correia e Mendes (2018)

O modelo proposto apresenta dois coeficientes de determinação ajustado: um de 75,56%, o que significa que as variáveis latentes independentes explicam 75,56% da variação da variável "Satisfação com a Avaliação de Desempenho" e, outro de 2,01% o que significa que as variáveis latentes independentes explicam 2,01% da variação da variável dependente "Produtividade". Quanto ao índice de bondade do ajustamento (*goodness of fit index*) – índice que procura validar globalmente o modelo de equações estruturais – os valores obtidos são globalmente aceitáveis.

10. Conclusões

A presente investigação tinha como principal objetivo aferir se o modo como os trabalhadores percebem a justiça na avaliação de desempenho na Administração Pública tem impacto na produtividade. Ao nível dos resultados, o modelo de equações estruturais (Figura 2 – Modelo final) revela coeficientes de impacto estatisticamente significativos para níveis de significância de 0,05 (p-valores todos inferiores a 0,05) para apenas duas das cinco variáveis latentes em estudo. Desta forma, dadas as hipóteses formuladas na presente investigação, foram confirmadas as hipóteses H1 e H5, das quais a análise à capacidade de ajuste do modelo conclui-se que esta é aceitável. Assim sendo, é possível afirmar que as percepções dos trabalhadores na Administração Local sobre as variáveis latentes Justiça Distributiva e Justiça Informacional tem impacto direto positivo nas suas percepções relativamente à Satisfação com a Avaliação de Desempenho. Importa, ainda assim, referir que o modelo desenvolvido na presente investigação, poderá ser enriquecido, em termos da sua robustez, com o contributo proveniente da introdução de outras dimensões que poderão oferecer melhorias ao

nível da qualidade do modelo.

O modelo de investigação prevê muito bem a dimensão Satisfação com a Avaliação de Desempenho e menos bem a dimensão Produtividade, o que significa que a ideia de que as pessoas quando satisfeitas ou insatisfeitas com o modelo de avaliação produzem mais ou produzem menos, parece não ter expressão com base no estudo desenvolvido. De grosso modo, 98% do fenómeno da produtividade passa por outros fatores que não a satisfação com a avaliação de desempenho.

Este estudo aplicado à Administração Local – Câmaras Municipais – contribui para a ideia de que avaliação de desempenho na AP, necessita de alguns ajustes. Mesmo percebendo a justiça ou injustiça da avaliação de desempenho, estarem satisfeitos ou insatisfeitos com a mesma e de se sentirem profundamente desagradados com o SIADAP, prosseguem o seu trabalho. Deste modo, não se põe em causa a importância da avaliação de desempenho na Administração Pública, mas sim o sistema (SIADAP). Presume-se que, deve ser compreendida a criação de um novo sistema de avaliação do desempenho para a AP.

Como janelas de investigação futura, seria potencialmente interessante aplicar o inquérito a outras instituições públicas, nomeadamente às Universidades, aos Institutos Públicos, Direções-Gerais, entre outras, na medida em que a amostra do presente estudo apenas contou com representação das Câmaras Municipais, o que permitiria comparar os resultados tendo em conta as diferentes instituições com distintos serviços.

Bibliografia

- AVEY, James; REICHARD, Rebecca; LUTHANS, Fred; MHATRE, Ketan (2011), “Metaanalyses of the impact of positive psychological capital on employee attitudes, behaviors and performance”, *Human Resource Development Quarterly*, 22(2), 127–152.
- BILHIM, João (2013a), *Ciência da Administração. Fundamentos da Administração Pública*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- (2013b), *Teoria Organizacional. Estruturas e Pessoas*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- (2014), “Política e Administração: em que medida a atividade política conta para o exercício de um cargo administrativo”, *Sociologia: Revista Da Faculdade de Letras Da Universidade Do Porto*, vol. XXVIII, pp. 11–31.

CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia, MENDES, Ireneu de Oliveira, SILVA, Sara Raquel dos Santos Rodrigues Manaia (2019), “A percepção de justiça na avaliação do desempenho na Administração Pública e a produtividade”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXVII, pp. 31-50

CAETANO, António (2008), *Avaliação de Desempenho. O essencial que avaliadores e avaliados precisam de saber*, Livros Horizonte.

CAMPBELL, John (1990), “Modeling the Performance Prediction Problem in Industrial and Organizational Psychology”, in *Handbook of Industrial and Organizational Psychology*, Marvin D. Dunnette e Leaetta M. Hough (eds.), Palo Alto, Consulting Psychologists Press, pp. 687–732.

CARRAPETO, Carlos; FONSECA, Fátima (2006), *Administração Pública - Modernização, Qualidade e Inovação*, (2ª Edição), Lisboa, Sílabo.

CARVALHO, Elisabete (2001), *Reengenharia na Administração Pública: A Procura de Novos Modelos de Gestão*, Lisboa, ISCSP e UTL.

COOK, Jill; CROSSMAN, Alf (2004), “Satisfaction with performance appraisal systems: A study of role perceptions”, *Journal of Managerial Psychology*, 19(5), 526-541.

CORREIA, Pedro (2011), “Sobre o SIADAP, a Teoria Institucional e o Ministério da Justiça em Portugal”, *Scientia Iuridica*, 60(325), 101–130.

CORREIA, Pedro (2012), *O impacto do Sistema de Avaliação de Desempenho na Administração Pública - SIADAP - na satisfação dos colaboradores - o caso dos serviços do Ministério da Justiça em Portugal*, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais na Especialidade de Administração Pública, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.

CORREIA, Pedro (2015), “Análise de Dados sobre a Problemática do Género na Gestão de Recursos Humanos dos Serviços do Ministério da Justiça em Portugal: Um Ministério no Feminino?”, *Scientia Iuridica*, 64(337), 97–110.

CORREIA, Pedro; MENDES, Ireneu (2018), “O impacto dos determinantes da inovação na geração de ideias no Ensino Superior: a percepção dos estudantes como evidência”, *Sociologia: Revista Da Faculdade de Letras Da Universidade Do Porto*, vol. XXXV, pp. 109–133.

CUNHA, Miguel; REGO, Arménio; LOPES, Miguel; CEITIL, Mário (2008), *Organizações Positivas: Manual de trabalho e formação*, Lisboa, Sílabo.

CUNHA, Miguel Pina *et al.* (2013), *Manual de Comportamento Organizacional e Gestão*, Lisboa, Editora RH.

DRUCKER, Peter (1995), *The practice of management*, Boston, Butterworth Heinemann.

FERNANDES, Alexandra; CAETANO, António (2007), “A avaliação de desempenho”, in António Caetano e Jorge Vala (orgs.) *Gestão de Recursos Humanos: Contextos, processos e técnicas*, Lisboa, Editora RH, pp. 359-387.

FOLGER, Robert; CROPANZANO, Russell (1998), *Organizational justice and human resource management*, Thousand Oaks: Sage Publications.

HOOD, Christopher (1991), “A public management for all seasons?”, *Public Administration*, 69(1), 3–19.

ILGEN, Daniel; FISHER, Cynthia; TAYLOR, M. Susan (1979), “Consequences of individual feedback on behavior in organizations”, *Journal Of Applied Psychology*, 64(4), 349.

- KLENDAUER, Ruth; DELLER, Jürgen (2009), "Organizational justice and managerial commitment in corporate mergers", *Journal of Managerial Psychology*, 24(1), 29-45.
- LOCKE, Edwin; LATHAM, Gary (1990), *A theory of goal setting and task performance*, New Jersey, Prentice-Hall.
- LUTHANS, Fred (2002), "The need for and meaning of positive organizational behavior", *Journal of Organizational Behavior*, 23(6), 695-706.
- LUTHANS, Fred; LUTHANS, Kyle; LUTHANS, Brett (2004), *Positive psychological capital: Human and social capital*, Business Horizons.
- LUTHANS, Fred; AVOLIO, Bruce; AVEY, James; NORMAN, Steven (2007), "Positive psychological capital: Measurement and relationship with performance and satisfaction", *Personnel psychology*, 60(3), 541-572.
- LUTHANS, Fred; YOUSSEF, Carolyn; AVOLIO, Bruce (2007), *Psychological Capital: Developing the Human Competitive Edge*, New York, Oxford University Press.
- MOURA, Paulo Veiga (2012), *A Avaliação do Desempenho na Administração Pública. Comentário à Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro*, Coimbra Editora.
- MOURÃO, Roberta (2009), *O impacto da percepção de justiça no bem-estar pessoal do trabalhador*, Universidade Católica de Brasília.
- O'LEARY-KELLY, Anne; GRIFFIN, Ricky (2004), *The Dark Side of Organizational Behavior*, São Francisco, John Wiley & Sons.
- OCDE (1995), *Governance in Transition: Public Management Reforms in OECD Countries*, Paris, OCDE.
- ORGAN, Dennis (1988), *Organizational citizenship behavior: The good soldier syndrome*, Lexington, Lexington Books/DC Heath and Com.
- PRITCHARD, Robert (1992), "Organizational Productivity", *Handbook of Industrial and Organizational Psychology*, Marvin D. Dunnette e Leaetta M. Houg (eds.), Palo Alto, Consulting Psychologists Press.
- ROCHA, José António Oliveira (2001), *Gestão Pública e Modernização Administrativa*, Oeiras, INA.
- (2010), *Gestão de Recursos Humanos na Administração Pública*, Lisboa, Escolar Editora.
- SANTIAGO, Andreia (2011), *Modernizar a Administração Pública: Um Modelo de Gestão por Objetivos*, Relatório de Estágio, Universidade de Aveiro.
- SANTOS, Valdecir (2010), *Percepção de justiça na avaliação de desempenho versus folga organizacional dos controllers: um estudo em empresas com sistemas de remuneração por recompensa*, Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis), Universidade Regional de Blumenau.
- SARMENTO, Manuela; ROSINHA, António; SILVA, João (2015), *Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Administração Pública (SIADAP)*, Escolar Editora.
- SILVESTRE, Hugo (2010), *Gestão Pública - Modelos de Prestação no Serviço Público*, Lisboa, Escolar Editora.
- SMITH, C. Ann; ORGAN, Dennis; NEAR, Janet (1983), "Organizational citizenship behavior: Its nature

CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia, MENDES, Ireneu de Oliveira, SILVA, Sara Raquel dos Santos Rodrigues Manaia (2019), "A percepção de justiça na avaliação do desempenho na Administração Pública e a produtividade", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXVII, pp. 31-50

and antecedents", *Journal Of Applied Psychology*, 68(4), 653–663.

SOTOMAYOR, Ana (2006), *As Percepções de Justiça Organizacional na Avaliação de Desempenho: Consequências sobre o Compromisso Organizacional e o Compromisso face ao superior Hierárquico*, Universidade Técnica de Lisboa.

TOURAIS, Cristiana (2008), *A Aplicação da Avaliação por Objetivos através do SIADAP - Estudo de Caso*, Tese de Mestrado em Gestão Pública, Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas, Universidade de Aveiro.

TREMBLAY, Michel; SIRE, Bruno; BALKIN, David (2000), "The role of organizational justice in pay and employee benefit satisfaction, and its effects on work attitudes", *Group & Organization Management*, 25(3), 269-290

WRIGHT, Thomas; CROPANZANO, Russell (2004), "The role of psychological well-being in job performance: a fresh look at an age-old quest", *Organizational Dynamics*, 33(4), 338-351.

Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia (autor de correspondência). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa Observatório Nacional de Administração Pública. Endereço de correspondência: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) - Universidade de Lisboa (ULisboa) Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP) - ISCSP-ULisboa, Rua Almerindo Lessa - 1300-663 Lisboa (Portugal). E-mail: pcorreia@iscsp.ulisboa.pt.

Ireneu de Oliveira Mendes. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Endereço de correspondência: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) - Universidade de Lisboa (ULisboa) Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP) - ISCSP-ULisboa, Rua Almerindo Lessa - 1300-663 Lisboa (Portugal). E-mail: imendes@iscsp.ulisboa.pt.

Sara Raquel dos Santos Rodrigues Manaia da Silva. Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Mestre em Administração Pública Empresarial pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Endereço de correspondência: EN1 – Malaposta do Carqueijo, 3050-401, Mealhada (Portugal). E-mail: saramaniasilva@gmail.com.

Artigo recebido em 12 de dezembro de 2018. Publicação aprovada em 15 de abril de 2019.

Ser (um) expatriado, numa empresa: uma obrigação, uma distinção, um parêntese

João Vasco Coelho

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia
Instituto Universitário de Lisboa

Resumo

A ambivalência de representação de uma expatriação, uma prática de prestação de trabalho observável em contextos de internacionalização de empresa, constitui o horizonte de problematização da pesquisa reportada pelo presente artigo. Vinte e quatro casos individuais de expatriação observados no âmbito da internacionalização de cinco empresas dotadas de génese ou presença nacional, constituem a referência empírica da pesquisa. Enquanto experiência vivida, regista-se que ser (um) expatriado, numa empresa, corresponde a uma situação de trabalho pela qual se despoletam ou consomem motivos individuais divergentes. Três tipos de experiência individual de expatriação são, a este respeito, descritos e distinguidos.

Palavras-chave: internacionalização de empresas; expatriado; experiência.

Portuguese expatriates dealing with their expatriate experience: obligation, opportunity, discontinuance.

Abstract

The sense of ambivalence that tends to be associated with the representation of an expatriation as a contemporary work arrangement form used to anchor business internationalization processes, constitutes the problematizing axis of the research reported by this paper. Twenty-four individual experiences of expatriation observed in five different firms, born or located in Portugal, were studied. Analytical results suggest that performing work in an expatriation context can foster individual and social differentiation. Three types of expatriate experience are distinguished and described in detail.

Keywords: business internationalization; expatriate; employee experience.

Expatriés portugais et leur expérience d'expatrié: obligation, opportunité, dérangement

Résumé

L'ambivalence qui tend à être associée à la représentation de l'expatriation en tant que forme d'arrangement de travail contemporain utilisée pour ancrer les processus d'internationalisation des entreprises, constitue

l’axe problématisant de la recherche rapportée dans le présent article. Vingt-quatre expériences individuelles d’expatriation observées dans cinq entreprises différentes, nées ou situées au Portugal, ont été étudiées. Les résultats suggèrent que le fait de travailler dans un contexte d’expatriation peut favoriser la différenciation individuelle et sociale. Trois types d’expérience d’expatriation sont distingués et décrits en détail.

Mots-clés: internationalisation; expatrié; expérience.

Expatriados portugueses y su experiencia de expatriados: Obligación, oportunidad, inconveniencia

Resumen. El sentido de ambivalencia que tiende a asociarse con la representación de una expatriación como una forma de arreglo de trabajo contemporáneo utilizada para anclar los procesos de internacionalización empresarial, constituye el eje problemático de la investigación informada en este documento. Se estudiaron veinticuatro experiencias individuales de expatriación observadas en cinco empresas diferentes, nacidas o ubicadas en Portugal. Los resultados sugieren que realizar trabajo en un contexto de expatriación puede fomentar la diferenciación individual y social. Se distinguen tres tipos de experiencia de expatriados y se describen en detalle.

Palabras clave: internacionalización empresarial; expatriado; experiencia de empleado.

Introdução

A prestação de trabalho em contexto internacional constitui hoje um elemento-charneira na concretização de processos de transnacionalismo e co-localização da atividade empresarial. Na pesquisa reportada pelo presente artigo, uma prática de desempenho de trabalho em contexto internacional foi adotada como referente de problematização e exploração empírica: uma expatriação. Para Kraimer *et al.* (2012), a expatriação e a gestão de uma expatriação representam ainda uma fraqueza no universo das empresas, sendo decisivo, porém, o seu contributo para a concretização da estratégia de internacionalização de uma empresa (Black *et al.*, 1999). Um sentido difuso de ambivalência tende a acompanhar a representação de uma expatriação enquanto regime de prestação de trabalho associado à criação e à densificação de atividades produtivas de natureza transnacional (McNulty *et al.*, 2017). No discurso organizacional e gestor, o acento laudatório predomina: os enunciados oficiais articulam-se no sentido de apresentar os contextos de prestação de trabalho que implicam mobilidade internacional como lugares de estímulo e de diferenciação. Importa, é assim referido, *ganhar mundo, ir para fora, sair da zona de conforto*. *Ir para fora* é apresentado como condição de prosperidade, um recurso, uma escolha

desejável, tendente à otimização dos recursos detidos. Numa perspetiva individual, vivida, observa-se, ao invés, a existência de relatos de insucesso, de experiência de paradoxo, dificuldades concretas de integração e de desempenho profissional (Osland, 2000).

A divergência e a ambivalência de representação de uma prática organizacional concreta (uma expatriação) inspiraram o desenrolar da pesquisa reportada pelo presente artigo. O objetivo central da pesquisa realizada relaciona-se, neste sentido, com a compreensão do que justifica ou contribui para que a experiência individual de um quadro específico de prestação de trabalho (uma expatriação), ocorra em termos aparentemente dissonantes, constituindo, em simultâneo, um lugar de oportunidade e de fragilidade, no contexto de uma empresa. Em função deste objetivo, o foco da análise foi colocado numa perspetiva dual, procurando articular-se a perspetiva das empresas, primeiros responsáveis pela organização de práticas de internacionalização e de prestação de trabalho num contexto de expatriação, com a perspetiva dos indivíduos expatriados, coprotagonistas, em termos vividos, das mesmas. Com esta opção, visou-se reconhecer a importância e os efeitos da experiência de subjetivação individual de um contexto material de existência, retomando a aceção de Bourdieu (1989 [1977]). Com esta opção, visou-se elucidar o percebido (pelos indivíduos) pelo concebido em termos organizacionais e gestionários, definindo (as) condições de possibilidade e de inteligibilidade do vivido (e verbalizado) pelos indivíduos (Binswanger, 1971; Habermas, 1985; Dubet, 1996 [1994]).

Enquadramento Teórico

Perspetivada enquanto prática desenvolvida por uma empresa para a organização do trabalho e para a gestão dos seus recursos humanos num contexto internacional, uma expatriação é tipicamente definida como um destacamento ou uma missão internacional (*international assignment*, no jargão gestionário anglo-saxónico), de relevância estratégica central em diferentes projetos ou operações de internacionalização empresarial (Bartlett *et al.*, 1991; Black *et al.*, 1999; Brookfield GRS, 2016). Respondendo à necessidade de empresas em processo de internacionalização constituírem ou manterem múltiplos mercados e centros de produção e/ou de distribuição, uma expatriação define um regime específico de desempenho de trabalho, localizável nos domínios organizacionais contemporâneos (Caligiuri *et al.*, 2016), de duração (longa) tipicamente convencionada, que envolve

a deslocação física, internacional, por motivos laborais, de um indivíduo, tipicamente detentor de um perfil altamente especializado e/ou qualificado, uma operação de gestão de mobilidade profissional que decorre da iniciativa de um empregador, uma organização, ou por proposta/iniciativa (caucionada pela organização) do próprio indivíduo (McNulty *et al.*, 2017).

Para Andresen *et al.* (2014), importa distinguir uma expatriação de outras situações que implicam ou comportam deslocação ou mobilidade física de âmbito internacional, por parte de um indivíduo. Os autores diferenciam, neste sentido, uma expatriação de uma migração e de uma deslocação ou viagem internacional. Para estes autores, o migrante delimita uma categoria que se caracteriza, como o expatriado, por um padrão de mobilidade assente na travessia de fronteiras nacionais e na mudança de local de residência habitual, distinguindo-se pelo facto da circunstância de mobilidade, em si mesma, poder não ser despoletada por motivos laborais ou profissionais. Para o viajante internacional, o principal elemento distintivo associa-se ao facto da sua mobilidade não implicar uma mudança do centro de interesses individuais ou a mudança de um local de residência habitual.

É possível afirmar que a especificidade de uma expatriação enquanto prática gestionária e organizacional deriva: *a)* da sua génese (organizacional) e da subsistência de um enquadramento organizacional formal dos indivíduos no decurso do período de mobilidade; *b)* de uma noção de duração, tipicamente longa e finita (pelo menos doze meses), dos períodos de mobilidade considerados (Evans, 2002); *c)* de uma natureza transformacional, desenvolvimentista, associada à experiência da *diferença*, da *distância* e do *desconhecido* (Peiperl *et al.*, 2007; Doherty *et al.*, 2009; Cerdin *et al.*, 2014); e *d)* da coexistência de diferentes referenciais de pertença, e da possibilidade correlativa de ocorrência de conflito e de hibridação (Black *et al.*, 1992), em termos simbólicos e socioculturais, quer de práticas organizacionais, quer de trajetórias pessoais, familiares e profissionais.

Importa atender, a este propósito, à especificidade das condições de integração social e organizacional associadas a um quadro de expatriação, que podem ser entendidas como propícias à produção, em termos subjetivos, de paradoxo, ambivalência e contradição (Osland, 2000). O indivíduo continua a estar *na* empresa, ainda que *fora* dela. Na sua especificidade *time-dependent* (Hippler *et al.*, 2015), a prestação de trabalho num contexto de expatriação, pode definir, para empresas e indivíduos, um espaço-tempo social de exceção, uma situação crítica no quadro de relações sociais rotinizadas, marcada pela produção de diferença(s) e pela suspensão temporária (ou permanente) de um quotidiano (de papéis, rotinas, relações, responsabilidades) até

então rotinizado.

Diferentes autores salientam o facto de uma expatriação colocar em jogo, em simultâneo, diferentes identidades (pessoais, sociais, socioprofissionais, organizacionais) potencialmente conflituantes. Uma pertença e uma *presença dupla* (Black *et al.*, 1992) emergem, neste contexto, como condição de enquadramento que particulariza a prestação de trabalho que tem lugar num quadro de expatriação: a persistência da integração organizacional veiculada por práticas institucionalmente reguladas, pode sedimentar, em certa medida, uma consciência de obrigação (Bourdieu, 2002 [1972]); o contacto e a necessidade de mediação de elementos exógenos contribui para a possibilidade de individualização da experiência das práticas formalmente instituídas. A necessidade de mediação de *presenças duplas* é passível de ser vivida pelos trabalhadores expatriados como um acontecimento excecional, de ruptura ou suspensão de uma rotina, de um sentido de coerência, de continuidade e segurança ontológica (Giddens, 1989 [1984]) até então existente. Neste sentido, a experiência de prestação de trabalho num quadro de expatriação pode ser apropriada pelos indivíduos expatriados como motivo de condicionamento, ou, numa perspetiva inversa, como contexto de *crescimento*, oportunidade de definição de um género novo, inédito, distintivo, do ponto de vista identitário. Ser ou ter sido (um) expatriado, numa empresa, pode definir, neste sentido, a possibilidade de ter uma história diferente, de poder assumir (ou não) que se tem uma história diferente, de rejeitar ou querer ver reconhecida uma história que se assume ser diferente (Osland, 2000).

Metodologia

O estudo realizado procurou articular a perspetiva gestionária e organizacional, com as perspetivas individuais relativas a experiências concretas, vividas, de prestação de trabalho referidas (pelas empresas) como constituindo uma expatriação. A estratégia de pesquisa assumiu, em função da modelação deste objetivo concreto, uma feição qualitativa, centrando-se na análise intensiva de uma seleção de campos de observação empírica. Com o uso de múltiplos contextos de análise, procurou-se ir ao encontro do sentido de parcimónia e equilíbrio que tende a enformar uma análise e problematização de caso suportada em evidências recolhidas em múltiplos contextos empíricos (Eisenhardt *et al.*, 2007).

Atendendo ao horizonte de problematização teórica estabelecido para a pesquisa, a seleção de contextos de observação correspondeu à seleção de um conjunto

de universos empresariais para a concretização da vertente empírica da pesquisa. A procura de diversidade, por um lado, e de tipicidade (de setores de atividade, de dimensão e volume de negócio, de trajetórias de internacionalização empresarial, e de práticas de expatriação de trabalhadores), por outro, enformou a necessidade de considerar múltiplos contextos empresariais, supondo a existência de heterogeneidade nos domínios perfilhados em termos analíticos. Os cinco contextos empresariais considerados como espaço de observação empírica são apresentados de modo sintético na Tabela 1 (cf. Anexo). Na identificação destes contextos, procurou atender-se à possibilidade de cada universo empresarial poder representar uma situação total, em relação à problemática em estudo (Ragin *et al.*, 2011).

Foram empregues dois tipos de técnicas, no referente à recolha de materiais empíricos: a recolha e tratamento de fontes estatísticas e documentais secundárias, públicas ou facultadas pelas empresas consideradas pelo estudo, e a entrevista. No referente às fontes estatísticas e documentais utilizadas, o seu emprego visou localizar a realidade em estudo em termos macro. O foco das entrevistas foi duplo, em função do interlocutor considerado: a procura de caracterização das práticas de expatriação desenvolvidas num quadro de internacionalização da atividade produtiva, no caso de responsáveis de gestão de empresa; a exploração dos atributos caracterizadores de uma expatriação enquanto experiência vivida, identificando eixos de tensão eventualmente existentes entre condicionantes estruturais e orientações da ação individual, no caso de trabalhadores expatriados. Foram realizadas 37 entrevistas individuais, em regime presencial ou remoto: 13 a responsáveis de gestão de empresa, 24 a trabalhadores cuja trajetória pessoal, profissional e familiar estava a ser ou tinha sido pontuada, com maior ou menor intensidade, pela prestação de trabalho num quadro de expatriação (assim definido e referido pelas empresas). Uma caracterização geral dos 24 trabalhadores que foram entrevistados é apresentada na Tabela 2 (cf. Anexo). As entrevistas a responsáveis de gestão de empresa foram presenciais, e tiveram uma duração média de 80 minutos.

Das 24 entrevistas a trabalhadores expatriados, 13 tiveram lugar em regime remoto, via *Skype* ou interface análogo, sendo que em 4 destes casos o registo assegurado foi apenas áudio, por debilidades de infraestrutura de comunicação. As entrevistas a trabalhadores expatriados tiveram uma duração média de 120 minutos. A título sensibilizador, fez-se uso de um critério de saturação de informação (Strauss *et al.*, 1998) na limitação do número de casos individuais considerado em/para cada empresa. Dada a orientação estratégica da pesquisa e o horizonte de problematização perfilhado, procurou-se constranger, de modo deliberado, o perfil

dos indivíduos a entrevistar, à imagem do observado na identificação dos contextos empresariais adotados como instância de análise empírica. Cinco critérios de seleção foram partilhados com o ponto de contacto existente em cada contexto empresarial, tipicamente um gestor de recursos humanos indigitado para o cumprimento da função de regulação do acesso ao campo empírico (*gatekeeping*) (Shenton *et al.*, 2004). O primeiro destes critérios diz respeito à trajetória pessoal e profissional dos indivíduos, e à intensidade, em termos relativos, de internacionalização desta trajetória. A condição presente em relação à mobilidade (expatriado *vs.* repatriado) definiu um segundo critério de seleção. A duração da mobilidade atual ou mais recente (em caso de regresso, de repatriação) constitui um terceiro critério: assegurou-se, a este nível, a duração longa (pelo menos doze meses de duração) descrita na literatura (Evans, 2002). O ponto de articulação biográfica (início, expansão, estagnação, desfecho de trajetória), definiu um quarto critério, e, por fim, a condição familiar (existência de filhos, de ascendentes dependentes, de família acompanhante), delimitou um último fator a considerar.

Os materiais empíricos reunidos foram objeto de análise e categorização temática com o apoio de software específico (MaxQDA v.12). Uma perspetiva dupla foi adotada na explanação dos resultados da análise dos materiais empíricos: *a)* a exploração de regularidades observáveis entre os diferentes contextos e casos considerados (cf. secção Resultados); e *b)* a discussão de aspetos particulares, salientes além das regularidades observadas (cf. secção Discussão). Na análise que se apresenta, a caracterização das práticas de expatriação em uso e da experiência individual das práticas em uso em cada contexto empresarial, é concretizada com o apoio de ilustrações empíricas procedentes do material empírico que foi recolhido, enunciados cuja função primordial é a elucidação do argumento apresentado a cada momento. Atendendo ao dever e ao compromisso de confidencialidade e de manutenção do anonimato inerente às tarefas de recolha e tratamento de informação empírica, a designação empregue na apresentação dos contextos empresariais e dos indivíduos entrevistados é de natureza fictícia.

Resultados

Na análise realizada ao *corpus* de 24 experiências individuais (cf. Tabela 2, para uma caracterização geral dos entrevistados) de “estar fora, pela empresa” (Nuno), num contexto de expatriação, emergiu com particular sentido de regularidade e

evidência, a caracterização deste quadro de prestação de trabalho como *locus* de ação e de integração organizacional de acento heterogenético (Deleuze *et al.*, 2004), pelo qual se despoletam ou consomem razões, motivos e interesses individuais divergentes. A este respeito, três fatores, de natureza organizacional ou individual, emergiram como contribuintes para a explicação das diferenças observadas: *a)* o sentido de difluência e desconjunção emergente das práticas materiais pelas quais as empresas procuram regular uma expatriação enquanto situação de prestação de trabalho; *b)* as características da trajetória pessoal, familiar e socioprofissional dos indivíduos, em particular, a longevidade da trajetória interna no contexto de inscrição organizacional da expatriação, e a exposição prévia a contextos de internacionalização e de mobilidade internacional; *c)* a existência de iniciativa pessoal e de procura deliberada de personalização e controlo, por parte dos indivíduos, das práticas e das regras organizacionais.

No plano empírico, observa-se que, para os indivíduos entrevistados, o contacto com as práticas de gestão de uma expatriação e, em sentido amplo, com a especificidade dos seus efeitos e implicações em termos pessoais e relacionais, se pode fazer acompanhar da procura de um sentido de integração e adscrição normativa ou, numa orientação oposta, de um sentido de reserva e de relativismo, da procura de distanciamento (social e cognitivo). Diferentes iniciativas formais de gestão aparentam contribuir para enquadrar uma expatriação como regime diferenciado de prestação de trabalho, propenso à experiência de desconjunção e difluência, por parte dos indivíduos: a existência de uma subsídio específica, de ordem material e expressiva; uma periodização formal do desempenho de trabalho que sugere inscrição num quadro de ação de carácter temporário e reversível; a descontinuidade funcional, vivida como distante do esperado (acordado) e do até então comum; a existência de uma expectativa de regresso (a um ponto de origem), que opera como fonte de incongruência(s) e conflito potencial de interesses.

Os assim designados *indivíduo-conforme* e *indivíduo-trajetória* constituem os dois polos extremos da diferenciação observada. Estas orientações de ação definem e refletem um gradiente de valorização e de apropriação (subjéctiva) de uma situação (objectiva) presente, caracterizando-se a ação individual, em termos manifestos, entre a acomodação passiva que se associa a uma *consciência de obrigação* (Bourdieu, 2002 [1972]) e à persistência de um sentido de integração num coletivo (*indivíduo-conforme*), e apropriação ativa de uma situação particular como oportunidade de exercício de autonomia pessoal, de autonomização da experiência individual da dependência de variáveis de contexto (*indivíduo-trajetória*). O *indivíduo-em suspensão* define um ponto intermédio, uma orientação de ação que se caracteriza pelo

compromisso condicional, parentético, em relação à situação de expatriação, e pela procura preferencial de retração ou de preservação num reduto de relação entendido como familiar. As características específicas das três lógicas de ação individual propostas são sintetizadas na Tabela 3 (cf. Anexo).

O indivíduo-conforme: A integração por conformação a um referente externo.

A lógica de ação do *indivíduo-conforme* caracteriza-se pela procura de adesão a uma atribuição externa, uma orientação que se associa a um sentido de cumplicidade ontológica (Bourdieu, 1989 [1977]), a uma consciência de obrigação (Bourdieu, 2002 [1972]) estabelecida ao longo do tempo, com o trabalho e com a empresa. Nesta lógica, o objetivo da ação dos trabalhadores expatriados é, no essencial, a continuidade, assegurar a subsistência de um sentido de continuidade na relação com o contexto, uma base de reciprocidade dinâmica: em troca de um envolvimento individual sem reservas, a empresa assegura segurança (subjéctiva) de emprego e progressão provável no futuro. Trata-se de uma orientação de ação observada em indivíduos (6 em 24 entrevistados) cujas trajetórias internas na empresa onde a experiência de expatriação tem ou teve lugar, se caracteriza por uma longevidade significativa:

“Esta é a explicação do 2012 se ter transformado em 2014, e o 2014 em 2016, que se transformou, entretanto, em 2017. E aqui... eu construo um horizonte: a minha atividade profissional vai acabar onde eu comecei em 1981. Em Angola. É isso que espero que aconteça. Agora tenho um horizonte. Vou cá estando, vou trabalhando... até poder. Há-de chegar um dia, que não sei qual é... vou dando o meu melhor à empresa”. (Aurélio)

Os *indivíduos-conforme* são expatriados, ou seja, apresentam-se como estando ou sendo expatriados, porque esse é o modo pelo qual os outros (a empresa, os representantes da empresa, em particular) os designam. O subsídio das práticas organizacionais é valorizado, neste sentido, enquanto âncora que permite a subsistência e a ratificação externa de um sentido particular de identidade pessoal:

“[O que é para si um expatriado? Um expatriado é alguém que vai para fora e que tem todos os custos pagos, transporte, casa, escola dos filhos, tudo pago pela empresa. [Considera-se uma expatriada?] No significado da palavra, sim”. (Joana)

“Sou sincero, não gosto muito da palavra, mas considero-me um expatriado, e já ouvi algumas pessoas da própria empresa a dizê-la. Quando estava em Moçambique, não gostava da palavra, agora já me habituei a ela”. (Nuno)

Em termos relacionais, a lógica da reciprocidade e da solidariedade democrática (Sainsaulieu, 1985) organiza os laços sociais que são estabelecidos, combinando-se forte contribuição e forte expectativa de retribuição. Os indivíduos são e sentem-se reconhecidos na medida em que se encontram ou não integrados na comunidade, num grupo (atribuído):

“Não sei se fui a primeira, a terceira ou a quinta escolha, para mim é indiferente. Felizmente ou infelizmente, quem está agora cá sou eu”. (Nuno)

“No meu caso, uma coisa que facilitou é que eu já tenho muitos anos de casa. Conheço, digamos, o *core* da empresa, a administração, aquelas pessoas mais antigas. Há pessoas que saem, outras que entram, mas eu fui mantendo um contacto com estas pessoas-chave, que me permitiu gerir as coisas de forma mais ágil, de acordo o *mindset* da empresa”. (Filipe)

O indivíduo-trajetória: A regulação personalizada, de base afinitária.

O uso ativo, personalizado, de um referente ou decisão externa como recurso subjetivo integrado ou a integrar na própria trajetória pessoal e profissional, define um eixo central de orientação da ação dos *indivíduos-trajetória*. Trata-se de um foco de ação de pendor individualístico e funcional, que incide sobre a possibilidade de gestão (de escolha) de motivos, de centralidades expressivas, e não sobre a pertença coletiva ou a atribuição herdada:

“Eu não procuro ter com a empresa uma grande relação de amizade. Não sinto a necessidade de fazer parte de algo. Eu represento a empresa, e sinto que o devo fazer com o melhor das minhas capacidades para não deixar a empresa ficar mal, mas não sinto que tenha uma obrigação com a empresa, ou a empresa para comigo”. (Rui)

“Quando em Portugal decidi ir para a sede, assumi que ia deixar as obras. Foi um momento de viragem, de conhecimento pessoal, de reconhecimento que não tinha perfil para aquilo. Em Moçambique, houve um esforço muito grande da empresa para que eu retomasse a produção, as obras. Eu não o fiz. Não tinha perfil, não era aquilo que eu queria. Naturalmente, colhi todas as consequências associadas a esta decisão”. (Duarte)

Para estes trabalhadores expatriados (11 em 24 entrevistados), poder escolher, poder personalizar e protagonizar uma escolha, constitui um motivo central na organização das relações estabelecidas com o universo do trabalho e da empresa:

“O meu estilo de vida é uma escolha. Não é fácil, é uma escolha difícil. Acho que não consigo viver assim por muitos mais anos, mas foi o que escolhi para mim neste momento. Possivelmente, o maior *driver* desta escolha é talvez a ambição”. (Dinis)

Num contexto de expatriação, trata-se de uma orientação de ação que se traduz pela procura de regulação e de personalização da norma instituída a título formal, um intento que se materializa por via de uma apropriação seletiva, de pendor utilitário, das categorias formais de pertença e de referência que se encontram disponíveis. A regra e as categorias formais constituem, para os *indivíduos-trajetória*, uma possibilidade que se pratica (Tarde, 2007 [1893]), que se realiza à luz de interesses ou motivos individuais, por via da negociação de exceções, da ocupação, tática ou estratégica, de espaços vazios, indefinidos, “por definir” (Xavier)

“[Sente-se um expatriado?] É um termo que a empresa usa. Não o sinto propriamente. Quando fui, não o fiz com a expectativa de ficar ou de voltar a casa. Fui aproveitando as circunstâncias da vida, sem grandes expectativas”. (Duarte)

“[Sente-se um expatriado?] A primeira vez, em Macau, foi uma opção minha. A segunda, foi uma opção da empresa, um convite. A palavra `expatriado` usava-se e usa-se com vergonha na empresa, porque uma empresa verdadeiramente nunca tem expatriados”. (Enzo)

Tipicamente, no caso vertente, os *indivíduos-trajetória* apenas se apresentam como sendo ou tendo sido expatriados, se tal se afigurar consistente com os objetivos por si visados. Na relação com o contexto, o *indivíduo-trajetória* visa fazer subsistir a existência de uma escolha pessoal, a possibilidade de personalização das condições de existência proporcionadas pela empresa:

“Para mim, o fundamental [na gestão de carreira] é a necessidade de tomar ação para que as coisas aconteçam mais rápido”. (Rui)

Para os *indivíduos-trajetória*, há, no essencial, um “percurso” (Rui), uma “caminhada” (Duarte), isto é, uma trajetória. O foco na “caminhada”, na regulação desta, tende a secundarizar propósitos de conformação pessoal à contingência externa. Uma expatriação emerge, neste contexto, como um *ato útil* que justifica uma adesão situada, utilitária, ancorada numa expectativa de retorno futuro:

“[Senti que teve a vida em suspenso?] Não. Foi uma parte da minha caminhada. Neste momento, estou a continuar a caminhar. Independentemente do sítio onde estou, continuo a caminhar”. (Duarte)

“Para mim, a minha carreira é o meu percurso, o meu percurso profissional, a minha experiência pessoal, com a qual eu concorro para um novo trabalho, por exemplo”. (Rui)

“Sempre fui uma pessoa ambiciosa, profissionalmente. Em Portugal, olhando para a minha posição, o futuro era pequeno. Tinha chegado ao que considerava ser o fim da carreira técnica (...). A ideia de que tinha parado em Portugal, a expectativa de haver lá fora uma nova experiência, foram motivações”. (Isaac)

Neste sentido, procedente da exaltação de um individualismo de tipo possessivo, uma experiência de expatriação tende a ser perspectivada como uma aquisição, como um “pacote de vantagens” (Rui). Ser ou ter sido (um) expatriado é uma condição perspectivada não como um fim, mas sim como um recurso, um meio de aceder a outras situações, a novos veículos de expressão, de apresentação pessoal. Neste sentido, o globalismo e a inter-territorialidade são apresentados como atributos (de caracterização de uma trajetória pessoal, familiar e profissional) que conferem (e representam) uma condição de ação distintiva, alargada:

“Tenho vindo a perceber o mundo como sendo mais pequeno, que as distâncias são muito relativas. Basicamente, tenho vindo a perceber que consigo estar bem em todo o lado, em qualquer lugar. Tenho capacidade para me adaptar”. (Gaspar)

“Eu perdi a minha casa quando vim para Portugal pela primeira vez. O meu sentido de casa é em Moçambique, foi lá que eu nasci e que me criei. A noção de casa, para mim, morreu e ficou em Moçambique. A partir daí... tudo é válido”. (Enzo)

O indivíduo-em suspensão: um compromisso condicional na relação com a situação presente

No decurso do trabalho analítico realizado, foi possível observar a existência de um conjunto de indivíduos para quem a experiência de expatriação correspondeu a um momento de descontinuidade inelutável, cujo decurso ou desfecho não foi ou não se antecipa poder ser propriamente controlado: trata-se dos assim designados *indivíduos-em suspensão*. Os casos individuais analisados apresentam, em termos gerais, uma reduzida internacionalização prévia de trajetória pessoal, familiar e profissional. Para 5 dos 7 casos individuais contemplados nesta notação, a experiência de expatriação representou a primeira experiência de mobilidade internacional associada à prestação de trabalho, tratando-se de uma circunstância tida como não tendo sido inteira ou propriamente visada:

“Na realidade, eu nunca me imaginei a ter uma experiência de mobilidade internacional”. (Violeta)

“Ir para fora era possível, mas foi inesperado, confesso. Não procurava nada deste género. Foi um acaso. Aconteceu”. (Francisco)

“Penso que nada no meu percurso influenciou a minha vinda para onde estou. Há pessoas que indicam abertamente que não se importam de viajar, de ir para fora. Há muitas empresas que precisam de ajuda, porque não podem enviar o trabalho para Portugal. O meu caso não foi exatamente assim”. (Filipa)

Trata-se, importa reter, de uma orientação apensa ou decorrente da exposição concreta a um quadro de prestação de trabalho entendido como particular (uma expatriação), que substituiu, nos casos considerados, uma orientação própria de um *indivíduo-conforme*, “pessoas da casa” (Carlos) cujas condições e oportunidades formais de reconhecimento interno (visado) se encontram temporária ou permanentemente suspensas. Os *indivíduos-em suspensão* apresentam uma orientação da ação que se relaciona com a perceção de estagnação da trajetória profissional, ou com a existência de um sentido de forte dependência face ao contexto. À imputação, de cariz utilitário, de centralidade à experiência de expatriação pelos *indivíduos-trajetória*, opõe-se a sua subalternização nos *indivíduos-em suspensão*, que se justifica pelo desfazamento existente entre a definição de um sentido de si oriundo de uma história anterior, e as possibilidades de projeção deste no futuro. Para um *indivíduo-em suspensão*, ser ou ter sido (um) expatriado constitui uma situação que é apresentada como dissociada das possibilidades de controlo pessoal. A situação de expatriação é definida como “um acaso” (Francisco), o produto de “uma circunstância” (Mário). Há uma experiência de “vida suspensa” (Tiago), de “desenraizamento” (Mário). Contam-se “os dias que faltam” (Mário). Subsiste um sentido de desenquadramento, de obstaculização. Regista-se, de diferentes modos, a existência de uma “suspensão”, de uma “apneia” (Tiago):

“Acho que mudei bastante. Sinto-me outro. Noto que quando chego a Portugal, estou sempre desenquadrado. Apesar de existir um grande contacto pelas redes sociais com a família e com os amigos, pelo *skype*, nunca é a mesma coisa. No Malawi, no Perú, estou e estava enquadrado pelo trabalho. Conhecia toda a gente. Mas sinto que o meu lugar não é lá, estou sempre à espera de voltar a Portugal. Mas quando volto, sinto que não por dentro das conversas, do que se passa no país”. (Tiago)

“Apesar do contacto, eu não estou em Portugal. Há sempre coisas que se perdem: jantares, aniversários, eventos. Aqui, não temos grande relacionamento com os locais. Acaba por não haver uma raiz – nem aqui, nem lá. É como se estivéssemos em suspenso”. (Tiago)

“Há o caso de não se investir na vida aqui, por não se saber por quanto tempo se está cá, e não se investir na vida lá, por não se ter a vida lá. No meu caso é assim, não é assim para toda a gente. Há pessoas que vêm pontualmente, outras que trazem a família. Eu ainda estou a pagar a renda em Portugal. As minhas coisas ainda estão lá, na minha casa, mas não me lembro da última vez em que dormi lá”. (Filipa)

A possibilidade de controlo e de decisão individual encontra-se constringida por um sentido de dependência (percebida) face ao contexto. Insinua-se, de modo manifesto ou dissimulado, um sentido geral de retraimento na relação com o outro:

“No Brasil, eu relacionava-me comigo mesmo. (...) A semana era de trabalho. Há pessoas que gostavam de convívio... eu também gosto, mas se tiver de ficar sozinho, não me apoquento muito”. (Francisco)

“Penso que, quando se vai sozinho, quando não se tem rede lá, se tenta criar uma rede fictícia, forçada, com os outros expatriados. [Fictícia?] São as pessoas que estão ali”. (Violeta)

“Eu vivia em Coimbra. Sempre considerei que vivia em Coimbra, nunca vivi em Marrocos. Nós não tínhamos residência em Marrocos. Fomos turistas durante três anos. Vivemos três anos num hotel. Sentíamos que não fazíamos parte daquela realidade, da comunidade. Sentimo-nos portugueses como se estivéssemos em Lisboa. Não tínhamos apetência para fazer uma vida marroquina”. (José)

A escolha individual não é visada ou não é possível. A mudança é percebida como inexecutável, na situação presente:

“Quando regresssei, não havia nada pensado. Absolutamente nada, zero. Esta é que é a parte mais estranha: as mudanças que foram feitas durante o alongamento do projeto”. (José)

Por esta razão, observa-se a existência de uma relação ambivalente com as políticas formais da empresa, marcada por um sentido de reserva que se pretende profilática, protetora, sugerindo que se trata de um posicionamento constituído por referência defensiva, pela procura de distanciamento, de retraimento ou de preservação resiliente, num contexto de dependência estrutural percebido como adverso:

“Cada vez mais, quem vai, vai cada vez mais *sine diem*, com perspetiva indefinida de regresso. Há um espectro de continuidade, de enraizamento onde se estiver. A empresa diz isto, numa ótica de enraizamento: ‘Temos de ser peruanos no Peru, angolanos em Angola’. Eu tenho uma dificuldade em encarar isto. Quando eu fui, quase que contava os dias que faltavam para regressar”. (Mário)

Ao invés do observado para os *indivíduos-conforme* e para os *indivíduos-trajetória*, uma expatriação não é valorizada pelos *indivíduos-em suspensão* como uma obrigação, um desafio pessoal ou como uma oportunidade de diferenciação. Em sentido próximo, de modo díspar ao observado para os *indivíduos-trajetória*, regista-se que, para os *indivíduos-em suspensão*, a mobilidade e a inter-territorialidade não são valorizadas como condição de ação alargada, expansiva, mas sim como condição de ação descentrada, dispersiva, como motivo de “desenraizamento” (Mário):

“Foi uma experiência. Para mim, foi sempre uma experiência de desenraizamento. Sabia, grosso modo, para o que ia, mas foi sempre para mim um desenraizamento. A expatriação, para mim, é um desenraizamento. No meu caso, consegui recuperar a minha raiz cá. Muitos têm de enraizar noutra parte. O que eu não concebo para mim. Esta é uma realidade muito comum, muito presente, hoje em dia, também nesta empresa. A realidade é esta: ou há raízes para a empresa, ou há raízes para o colaborador. A conciliação não é possível”. (Mário)

Discussão

No contexto da literatura organizacional e gestionária, os processos de internacionalização das empresas tendem a ser considerados como uma realidade homogénea, como uma inevitabilidade de efeito benigno (Costas, 2013). Trata-se de uma perspetiva de análise que influencia, em certa medida, domínios de problematização contíguos, entre os quais se salienta a mobilidade, a profissão ou a carreira internacional, ou a emergência, tomada como necessária, desejável e inevitável, de *elites cinéticas*, um fenómeno que se considera estar em expansão (Peiperl *et al.*, 2007; Dickmann *et al.*, 2011). Tende a tomar-se igualmente como inequívoca, como natural, a valorização de orientações cosmopolitas (Tung, 1998), desterritorializadas, de apego à mobilidade física, geográfica, internacional, como a que é tipicamente carreada por um processo de expatriação. Em sentido próximo, em Portugal, em empresas em processo de internacionalização, o recurso a uma expatriação tende a constituir uma resposta organizacional à necessidade de preenchimento de posições num país de destino com elevado grau de especialização, uma via de desenvolvimento pessoal e profissional ou de ingresso a numa carreira internacional, visada pelos indivíduos e/ou proporcionada pelas empresas. Em termos empíricos, é possível identificar estudos onde as práticas de expatriação surgem enformadas por um sentido de seletividade, de distintividade, dando forma à noção de que a prestação de trabalho em contexto de expatriação não é “para qualquer um” (Câmara, 2011: 59).

Os resultados da presente pesquisa apontam num sentido diverso do enunciado, salientando a possibilidade da experiência de ser (um) expatriado, numa e por uma empresa, não constituir uma realidade única, comportando variações difíceis de compaginar, de controlar, na íntegra, por uma política de empresa. Na análise realizada, a experiência (Dubet, 1996 [1994]) emerge como figura de síntese, um signo capaz de designar uma situação e um enquadramento situacional na sua especificidade e na sua globalidade, articulando elementos de contexto com atributos caracterizadores da ação individual. Falar de uma experiência constitui, para os indivíduos entrevistados, um modo de nomear um acontecimento particular, distante do que era até então (para si) comum. Registam-se diferenças, portanto, no modo de apropriação individual de uma situação particular de prestação de trabalho. E há diversidade, variação – quase infinitesimal, recuperando os termos de Tarde (2007 [1893]) – nesta diversidade: são diversos, em rigor, os nomes próprios empregues na designação das experiências vividas.

As três lógicas ou tipos de experiência individual identificadas derivam de práticas, de atividades desenvolvidas pelos indivíduos, que se declinam, em termos empíricos, em diferentes fulcros e predicados de ação: conformista, utilitária, defensiva. O *indivíduo-conforme*, o *indivíduo-trajetória*, o *indivíduo-em suspensão*, respetivamente. A diferenciação observada atribui uma pertinência política, substantiva, à ação dos indivíduos, que decorre da possibilidade de reorganização, em termos táticos ou estratégicos, de um contexto de ação propenso à difluência e ao paroxismo, que assinala a possibilidade de fazer corresponder uma expatriação à possibilidade de existência de “uma economia do lugar próprio” (Certeau, 1974: 116), que interroga concepções de estabilidade, de presciência, de perenidade das instituições (empresas, no caso vertente), de homogeneidade das experiências individuais dotadas de inscrição/génese institucional e organizacional, e de unicidade das práticas mantidas por instituições e pelos indivíduos, em termos sincrónicos e diacrónicos, na relação com uma situação particular de prestação de trabalho.

Em contextos empresariais específicos, a diferenciação de experiências individuais pode constituir um foco de tensão, que decorre, no essencial, de desencontros, por vezes imprevistos, por vezes ruidosos, por vezes inaudíveis, entre as necessidades organizacionais e as expectativas e motivações individuais. Esta é uma circunstância sensível, em termos relacionais e subjetivos, e a sua consideração afigura-se incontornável em termos de gestão, na medida que, para muitas empresas, os resultados de um processo de internacionalização depende do recurso bem-sucedido a práticas de expatriação de trabalhadores, e, para muitos trabalhadores,

a manutenção de uma relação contratual, do desenvolvimento de uma carreira organizacional, apresenta-se condicionada, no momento presente, pela angariação (e pela demonstração) de experiência de prestação de trabalho em contexto internacional.

Conclusões

Uma expatriação define um domínio de experiência pessoal associado à prestação de trabalho num contexto internacional, que constitui um espelho e um veículo de processos contemporâneos de globalização económica. Como sugerido pelo presente artigo, estes processos têm vindo a promover a diferenciação das experiências individuais de prestação de trabalho no seio das empresas, por via da constituição de quadros de ação de acento heterogénico (Deleuze & Guattari, 2004), de onde tendem a sobressair implicações difluentes, uma circunstância resistente a intuítos de controlo unificante e encapsulamento de natureza gestionária. Como sugerido, enquanto experiência vivida, ser (um) expatriado não significa necessariamente homogeneidade e conformidade, *crescimento*. Há outros sentidos angulares que são promovidos: o cálculo, a estratégia, o distanciamento. O *indivíduo-conforme*, o *indivíduo-trajetória*, o *indivíduo-em suspensão*, respetivamente.

Ir para fora, trabalhar fora, por uma empresa é, cada vez mais, para cada vez mais indivíduos, um acontecimento frequente, visado ou não, procedente de um desejo deliberado, de uma circunstância tolerada, de uma fuga ao espectro do desemprego. Pelo indicado, importa enfatizar que são várias as formas pelas quais os indivíduos podem ir para fora, por uma empresa. Várias formas de viver e de dizer a experiência de ir para fora, de ir trabalhar para fora, por uma empresa. Nem todas as experiências individuais apresentarão um contorno plácido, dourado, sedutor. Nem todas as experiências darão lugar a relatos apocalípticos.

Pelo observado no presente artigo, importa salientar que a noção de mobilidade como oportunidade (de *ganhar mundo*, de *sair da zona de conforto*) que surge apenas, no plano do discurso gestionario e organizacional, a uma experiência de expatriação, apresenta uma face difluente, propensa à rangência, ao paroxismo, à conciliação imperfeita. A diferenciação das experiências vividas registada pela pesquisa decorre do modo de abordar esta difluência, a descontinuidade contextual que a inscrição numa situação de expatriação pode propiciar e implicar para um indivíduo. Neste sentido, é possível referir que uma expatriação define uma prática própria do seu tempo, ao fazer reverberar, num quadro de interação específico, atributos característicos da ação

organizacional e socioeconómica contemporânea. A tensão, a heterogeneidade, a ambiguidade. A circulação, a fluidez, o fluxo, a contingência.

Referências

- ANDRESEN, Maike *et al.* (2014), “Addressing international mobility definitions – developing definitions and differentiations for self-initiated and assigned expatriates as well as migrants”, *The International Journal of Human Resource Management*, 25, 16, pp. 2295-2318.
- BARTLETT, Christopher; GHOSLAL, Sumantra (1991), *Managing across borders. The transnational solution*, Boston: Harvard Business School Press.
- BINSWANGER, Ludwig (1971), *Introduction à l'analyse existentielle*, Paris: Éd. de Minuit.
- BLACK, J. Stewart; GREGERSEN, Hal (1992), “Serving two masters: Managing the dual allegiance of expatriate employees”, *Sloan Management Review*, pp. 61-7.
- BLACK, J. Stewart *et al.* (1999), *Globalizing people through international assignments*. New York: Addison-Wesley.
- BOURDIEU, Pierre (1989 [1977]), *O poder simbólico*, Lisboa: Difel.
- (2002 [1972]), *Esboço de uma teoria da prática*, Oeiras: Celta Editora.
- BROOKFIELD GRS (2016), *Global Mobility Trends Survey – 2016*, New York: Brookfield.
- CÂMARA, Pedro (2011), *A expatiação em Portugal*, Lisboa: Editora RH.
- CALIGIURI, Paula; BONACHE, Jaime (2016), “Evolving and enduring challenges in global mobility”, *Journal of World Business*, 51, pp. 127-141.
- CERDIN, Jean-Luc; BREWSTER, Christopher (2014), “Talent management and expatriation: Bridging two streams of research and practice”, *Journal of World Business*, 49, pp. 245-252.
- CERTEAU, Michel de (1974), *A cultura no plural*, São Paulo: Vozes.
- COSTAS, Jana (2013), “Problematizing mobility: A metaphor of stickiness, non-places and the kinetic elite”, *Organization Studies*, 34 (10), 1467-1485.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix (2004), *A thousand plateaus*, London: Continuum.
- DOHERTY, Noeleen; DICKMANN, Michael (2009), “Exposing the symbolic capital of international assignments”, *International Journal of Human Resource Management*, 20 (2), pp. 301-320.
- DUBET, François (1996 [1994]), *Sociologia da experiência*, Lisboa: Instituto Piaget.
- EISENHARDT, Kathleen; GRAEBNER, Melissa (2007), “Theory building from cases: Opportunities and challenges”, *Academy of Management Journal*, 50, pp. 25–32.
- EVANS, Paul; PUCIK, Vladimir; BARSOUX, Jean-Louis (2002), *The global challenge. Frameworks for international human resource management*, Boston: McGraw-Hill.

GALBRAITH, Jay (2000), *Designing the global corporation*, San Francisco: Jossey-Bass.

GIDDENS, Anthony (1989 [1984]), *A constituição da sociedade*, São Paulo: Livraria Martins Fontes.

HABERMAS, Jurgen (1985), *Les discours philosophique de la modernité*, Paris: Gallimard.

HIPPLER, Thomas; BREWSTER, Christopher; HASLBERGER, Arno (2015), “The elephant in the room: The role of time in expatriate adjustment”, *The International Journal of Human Resource Management*, 26 (15), pp. 1920-1935.

KRAIMER, Maria *et al.* (2012), “Choices, challenges and career consequences of global work experiences: A review and future agenda”, *Journal of Management*, 2, pp. 1282-1327.

McNULTY, Yvonne; BREWSTER, Christopher (2017), “Theorizing the meaning(s) of ‘expatriate’: Establishing boundary conditions for business expatriates”, *The International Journal of Human Resource Management*, 28 (1), pp. 27-61.

OSLAND, Joyce (2000), “The journey inward: Expatriate hero tales and paradoxes”, *Human Resource Management*, 39, pp. 227–238.

PEIPERL, Maury; JONSEN, Karsten (2007), “Global careers”, in H. Gunz, & M. Peiperl (eds.), *Handbook of Career Studies* (pp. 350-372). Los Angeles: Sage Publications.

RAGIN, Charles; AMOROSO, Lisa (2011), *Constructing social research: The unity and diversity of method*. New York: Sage.

SAINSAULIEU, Renaud (1985), *L'identité au travail*, Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.

SHENTON, Andrew; HAYTER, Susan (2004), “Strategies for gaining access to organizations and informants in qualitative studies”, *Education for Information*, 22, pp. 223-231.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet (1998), *Basics of qualitative research. Techniques and procedures for developing grounded theory*, Thousand Oaks, CA: Sage.

TARDE, Gabriel (2007 [1893]), *Monadologia, Sociologia e outros ensaios*, São Paulo: Cosac Naify.

TUNG, Rosalie (1998), “American expatriates abroad: From neophytes to cosmopolitans”, *Journal of World Business*, 40 (4), pp. 340-347.

João Vasco Coelho. Centro de Investigação e Estudos em Sociologia (CIES), ISCTE-IUL (Lisboa, Portugal). Endereço de e-mail: vasco.jcoelho@gmail.com. Endereço de correspondência: Edifício Sedas Nunes, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa.

ANEXO

Tabela 1 - Caracterização geral dos contextos empresariais analisados

Contexto empresarial	Sector de actividade	Governance	Volumre de negócios (2016)	Dimensão (RH) (2016)	Início de actividade	Afirmção de internacionalização (ano de início)	Afirmção de internacionalização (# países/mercados)	Definição de política de expatriação (ano de início)	# Indivíduos expatriados (2017)	% Indivíduos expatriados (rel. total) (2017)
“Luz de Sempre”	Utilities - Energia	Privada (com participação pública)	3.759 M euros	12000	1976	1996	14 países	2014	25	(<1%)
“Grossista”	Retail e Distribuição	Privada	5.376 M euros	44400	1959	1990	89 países	2012	30	(<1%)
“Excel”	Consultoria de Gestão	Privada	80,2 M euros	244 400 (2300 em Portugal)	2002	1993	150 países. presença local em Portugal.	2013	100	4.35%
“Tabique”	Construção	Privada	2.210 M euros	25.383	1946	1946	25 países	2010	1264	4.98%
“V&V”	IT - Desenvolvimento de Software	Privada	30 M euros	400	1998	1999	5 países	2009	41	10.25%

Fonte: Elaboração própria

Tabela 2 - Caracterização geral dos indivíduos analisados

Entrevistado	Contexto empresarial	Posição na estrutura de emprego	Idade	Sexo	Habilitação académica	Trajectoria profissional externa (# empregadores)	Experiência profissional (# anos, total)	Experiência profissional (# anos, no último empregador)	Duração de expatriação (# anos)	Ponto de articulação biográfica
“Isaac”	“Luz de Sempre”	Gestão de topo	65	M	Licenciatura (pré-Bolonha), Engenharia Eletrotécnica	2	44	37	17	3. Planalto-Estagnação
“Joana”	“Luz de Sempre”	Quadro	39	F	Licenciatura em Contabilidade	7	20	12	1	3. Planalto-Estagnação
“Heitor”	“Excel”	Quadro	34	M	Mestrado (Bolonha), Engenharia Informática	3	10	3	4.5	2. Expansão
“Gaspar”	“Luz de Sempre”	Quadro	28	M	MBA, Gestão	2	4	3	1.5	1. Início
“Antónia”	“Luz de Sempre”	Quadro	33	F	Licenciatura (pré-Bolonha), Gestão	2	11	9	2	3. Planalto-Estagnação
“Gil”	“Luz de Sempre”	Gestão intermédia	67	M	Licenciatura (pré-Bolonha), Engenharia Eletrotécnica	1	38	38	5	4. Desfecho
“Silvestre”	“Luz de Sempre”	Quadro	29	M	Mestrado (pós-Bolonha), Gestão	1	7	7	0.4	1. Início

“Dimis”	“Excel”	Quadro	33	M	Mestrado (Bolonha), Engenharia Informática	5	10	2.5	4	2. Expansão
“Enzo”	“Luz de Sempre”	Gestão de topo	71	M	Licenciatura (pré-Bolonha), Engenharia Eletrotécnica	2	36	30	13	2. Expansão
“Francisco”	“Luz de Sempre”	Gestão intermédia	67	M	Licenciatura (pré-Bolonha), Engenharia Eletrotécnica	4	31	25	5	3. Planalto-Estagnação
“Carlos”	“V&V”	Gestão intermédia	38	M	Licenciatura (pré-Bolonha), Engenharia Informática	1	17	17	3	3. Planalto-Estagnação
“José”	“Luz de Sempre”	Gestão intermédia	60	M	Licenciatura (pré-Bolonha), Engenharia Informática	1	33	33	4	3. Planalto-Estagnação
“Xavier”	“V&V”	Gestão intermédia	38	M	Licenciatura (pré-Bolonha), Engenharia Informática	1	15	15	2	3. Planalto-Estagnação
“Rui”	“V&V”	Quadro	30	M	Licenciatura (Bolonha), Engenharia Informática	2	7	5	2	2. Expansão
“Violeta”	“Tabique”	Quadro	34	F	Licenciatura (Pré-Bolonha), Psicologia Clínica	2	10	9	1.5	3. Planalto-Estagnação

“Nuno”	“V&V”	Gestão intermédia	46	M	Licenciatura (pré-Bolonha), Gestão	3	24	10	2	3. Planalto-Estagnação
“Filipa”	“V&V”	Quadro	28	F	Mestrado (Bolonha), Matemática	1	3	3	0.5	1. Início
“Augusto”	“V&V”	Quadro	33	M	Licenciatura (Bolonha), Engenharia Informática e de Sistemas	1	9	9	6	2. Expansão
“Filipe”	“V&V”	Quadro	37	M	Licenciatura (pré-Bolonha), Engenharia Informática	1	13	13	7	2. Expansão
“Aurélio”	“Tabique”	Gestão intermédia	67	M	Licenciatura (pré-Bolonha), Economia	3	38	36	18	2. Expansão
“Mário”	“Tabique”	Quadro	38	M	Licenciatura (pré-Bolonha), Engenharia Civil	1	15	15	2.5	2. Expansão
“Miguel”	“Tabique”	Quadro	40	M	MBA, Finanças	2	21	17	5	2. Expansão
“Tiago”	“Tabique”	Quadro	30	M	Mestrado (Bolonha), Engenharia Civil	2	7	5	6	1. Início
“Duarte”	“Tabique”	Quadro	38	M	Licenciatura (pré-Bolonha), Engenharia Civil	1	15	15	7	2. Expansão

Fonte: Elaboração própria

Tabela 3 – Diferenciação da experiência vivida de expatriação: três lógicas de ação individual

Lógica(s) de ação individual	Eixo/função definidor de relações	Relação com práticas de gestão	Experiência da relação com o outro
Indivíduo-conforme (6 entrevistados)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Integração (de um estímulo de contexto). 2. Foco (diacrónico) na reprodução (do contexto), na procura de continuidade contextual. 3. Ação reflexiva orientada à conformação (a adequação da ação à continuidade de integração institucional). 4. Assimilação de hetero-atribuições orientadas por um sentido de cumplicidade ontológica (uma consciência de obrigação). 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Adesão a práticas e categorias formais de referência, à iniciativa, às condições de existência definidas/proporcionadas pela organização. 2. O discurso oficial da empresa é objeto de apropriação individual. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Subsiste a procura de adequação da ação (na relação com o outro) ao propósito de assegurar a continuidade da integração institucional, a reciprocidade que assegura a continuidade das transações (objetiva e subjetiva) realizadas com a organização.
Indivíduo-trajetória (11 entrevistados)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Regulação personalizada (de um estímulo de contexto). 2. Foco (diacrónico) na mudança, na criação, na emancipação face à contingência, na procura de uma situação favorável, não na reprodução de uma situação já existente. 3. Foco na regulação da trajetória, na interdependência de oportunidade (estrutural) e possibilidade de escolha (individual, deliberada). 4. Ação reflexiva de pendor funcional (foco autorreferencial restrito: sem balanço do passado, foco no presente e no futuro, em processos de tomada de decisão estratégica, utilitária). 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Tolerância vigilante das práticas organizacionais e da ação da empresa (traduzível, por exemplo, numa apropriação seletiva, de pendor funcional, das categorias formais de pertença). 2. A transação objetiva estabelecida com a empresa e com a ação da empresa é subordinada à transação subjetiva que os indivíduos estabelecem consigo próprios - a transação considerada como verdadeiramente importante. 3. Em contextos de relação marcados pela (perceção de) oportunidade de expansão da ação individual, acentua-se a procura de personalização das condições de existência pessoal e profissional. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. O outro é objeto de investimento e solidariedade de cariz afinitário, constituída e mantida com objetivos de ordem instrumental e/ou expressiva/afetiva (e.g., a procura de localização de um estilo de vida; a constituição de um reduto, de um recurso de confiança, em termos estratégicos). 2. A família, a gestão dos tempos familiares, a esfera do lazer pode ser objeto de secundarização.

<p>Indivíduo-em suspensão (7 entrevistados)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Compromisso condicional (face a um contexto de subestimulação, de estagnação). 2. Foco sincrónico, na situação presente (a reprodução não é visada, a mudança é percebida como inexequível). 3. Foco individualístico, na possibilidade de distanciamento subjetivo como posicionamento de sobrevivência, num contexto de dependência estrutural percebido como adverso (a escolha individual não é visada ou não é possível). 4. Ação reflexiva de pendor autorreferencial (foco autorreferencial alargado, conducente à ação resiliente ou ao retraimento, à paralisia). 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sentido de distanciamento sobre práticas e categorias de referência em uso, que visa a preservação ou recomposição do sentido de si, na relação com a situação presente, a projeção no futuro, o balanço da trajetória passada. 2. Expressão frequente de processos cognitivos e discursivos que concorrem para a racionalização e a normalização da situação e das práticas experimentadas. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Configurações de relação constituídas por referência defensiva: um retraimento na relação com o outro (voluntário ou decorrente de efeitos de contingência), apensa a uma condição de existência unidimensional. 2. Relações com o outro pauladas pela experiência de ambivalência, a experiência simultânea (voluntária ou não) de proximidade e de distância. 3. Menção a práticas de preservação e de restauração identitária (e.g., diálogo interno, procura de isolamento temporário, rotinas específicas) são recorrentes.
---	--	--	---

Fonte: Elaboração própria

***A Bandeira Vermelha* em números: uma análise sobre o semanário da Federação Maximalista Portuguesa (1919-1920)**

André Costa Pina

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Resumo

Tomando por referência a problemática da fundação do Partido Comunista Português (PCP), procuramos aprofundar o conhecimento sobre o primeiro periódico de propaganda bolchevista em Portugal, *A Bandeira Vermelha*. Nesse percurso, analisamos 420 textos do semanário da Federação Maximalista Portuguesa, entre 1919 e 1920, período em que o jornal foi órgão desta organização. Na análise realizada inventariamos os textos do periódico maximalista com o objetivo de verificar a representação de redatores portugueses por distrito, a frequência de certos temas e precisar, em particular, a influência dos autores proto-bolchevistas franceses nas metas ideológicas dos maximalistas portugueses.

Palavras-chave: Federação Maximalista Portuguesa; *A Bandeira Vermelha*; sociologia dos partidos políticos.

A Bandeira Vermelha in numbers: an analysis on the weekly newspaper of the Portuguese Maximalist Federation (1919-1920)

Abstract

Taking by reference the problematic on the foundation of the Portuguese Communist Party (PCP), we focused on advancing the knowledge on the first newspaper centered on Bolshevik propaganda in Portugal, *A Bandeira Vermelha*. In that journey, we gathered 420 texts from the weekly newspaper of the Portuguese Maximalist Federation, from 1919 and 1920, the period in which this newspaper was the organ of this organization. In this analysis we gathered texts from maximalist newspaper texts with the goal of verifying the representation of Portuguese writers by district, the frequency of certain topics and to precise the influence of French proto-Bolshevik authors in the Portuguese maximalists ideological goals.

Keywords: Federação Maximalista Portuguesa; *A Bandeira Vermelha*; sociology of political parties.

A Bandeira Vermelha en nombres: une analyse au séminaire de la Fédération Maximaliste Portugaise (1919-1920)

Résumé

Prenant comme référence le problématique de la fondation du Parti Communiste Portugais (PCP), on cherche à approfondir la connaissance sur le premier périodique de propagande bolcheviste au Portugal, *A Bandeira Vermelha*. Dans ce parcours, nous analysons 420 textes du séminaire de la Fédération Maximaliste Portugaise, entre 1919 et 1920, là période où ce journal a été le porte-parole de cette organisation. Dans cette analyse, nous faisons l’inventaires des textes du périodique maximaliste pour vérifier la représentation de rédacteurs portugais par district, la fréquence de certains thèmes et préciser, en particulier, l’influence des auteurs proto-bolchevistes français sur objectifs idéologiques des maximalistes portugais..

Mots-clés: Federação Maximalista Portuguesa; *A Bandeira Vermelha*; sociologie des partis politiques.

A Bandeira Vermelha en números: un análisis al semanal de la Federación Maximalista Portuguesa (1919-1920)

Resumen

Tomando como referencia la problemática de la fundación de lo Partido Comunista Portugués (PCP), tratamos de profundizar o conocimiento sobre el primero periódico de propaganda bolchevista en Portugal, *A Bandeira Vermelha*. En esta ruta, examinamos 420 textos del semanal de la Federación Maximalista Portuguesa, entre 1919 y 1920, el período en que este periódico fue órgano de esta organización. En este análisis inventariamos los textos del periódico maximalista con el fin de verificar la representación de escritores portugueses por distrito, la frecuencia de ciertos temas y precisar, en particular, la influencia de los autores proto-bolcheviques franceses en los objetivos ideológicos de los maximalistas portugueses.

Palabras clave: Federação Maximalista Portuguesa; A Bandeira Vermelha; sociología de los partidos políticos.

1. Introdução¹

No centenário da Federação Maximalista Portuguesa (FMP)², a primeira organização dedicada à transmissão dos ideais bolchevistas em Portugal, propomos desbravar o conhecimento sobre o semanário desta organização precursora do Partido

¹ O assunto discutido neste artigo tem origem numa pesquisa desenvolvida pelo autor no âmbito da sua dissertação de Mestrado em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

² A Federação Maximalista Portuguesa, inicialmente denominada por “Soviet de Propaganda Social”, foi fundada no dia 27 de abril de 1919, dia que marca a eleição da sua Comissão Executiva liderada por Manuel Ribeiro, o seu Secretário-geral (PINA, 2018: 89).

Comunista Português (PCP). Nesse trajeto, pretendemos apresentar algumas linhas interpretativas renovadas sobre o momento da criação dos partidos políticos, de modo a aprofundar aquilo que Ait-Aoudia e Dézé (2011) referem como o “enigma sociológico da génese de um partido”. O interesse no estudo do semanário *A Bandeira Vermelha* é, identicamente, suportado pela noção do “modelo originário” proposto por Panebianco (2005), já que, na sua perspetiva, as características anteriores à fundação de um partido são de tal modo fulcrais que podem determinar uma organização durante décadas, assim como prever a consistência da sua institucionalização. O interesse no seu estudo é ainda maior se tivermos presente a relevância de que se reveste a ação do jornal na época. Isto é, na nossa perspetiva, devemos observar o jornal enquanto uma tecnologia política, uma ferramenta de comunicação à distância (Noiriel: 2006) capaz de padronizar, no espaço e no tempo, a coerência discursiva daqueles que aderiram, neste caso, à causa bolchevista em Portugal. O momento da fundação do *A Bandeira Vermelha*, a 5 de outubro de 1919, ao tratar-se do primeiro periódico dedicado à propaganda da revolução russa, determinou ainda o processo de construção de uma identidade bolchevista. Isto é, tal como indica Panebianco (2005: 99-100), na sua fase embrionária a *identidade coletiva* de uma organização política é definida em relação às *metas ideológicas* e não em relação à organização, por si própria. Logo, nesta fase de disseminação do bolchevismo, os maximalistas trataram de convergir os antigos ideais sindicalistas revolucionários com o objetivo de estabelecer aquilo que concebiam como sendo o soviétismo.

Posto isto, em vez de nos focarmos numa análise exclusivamente de pendor qualitativo, procuramos aprofundar e rever o único estudo que tratou de inventariar e quantificar o conteúdo do *A Bandeira Vermelha*, com o propósito de examinar a questão das *metas ideológicas* e a *difusão territorial* dos maximalistas. Desse modo, procuramos aprofundar o quadro de problemas proposto pela obra de Quintela (1976: 17-24) a este propósito, ao analisarmos 420 textos deste periódico maximalista. Este trajeto de investigação teve como pressuposto construir um quadro mais elucidativo sobre quem foram aqueles que redigiram e colaboraram na imprensa maximalista, as influências internacionais que tiveram, assim como os temas que privilegiaram. Trata-se, nesse sentido, de um exercício de investigação sobre as características e as pré-condições que determinaram as modalidades de formação do PCP. Um ponto que poderá evidenciar uma etapa na evolução das doutrinas que regiam a esquerda revolucionária em Portugal, em reação à difusão da revolução russa.

2. A Sociologia dos Partidos Políticos

Ao longo do nosso trajeto de investigação sobre o PCP preocupamo-nos, essencialmente, com os aspetos que determinam o conceito de instituição. Isto é, procuramos construir uma análise capaz de expor o processo de institucionalização deste partido, tendo como ponto de partida os fenómenos organizativos que determinaram o seu momento de formação (Lisi, 2011: 16). Seguindo o modelo de Panebianco (2005), pretendemos enunciar alguns aspetos que iriam determinar o seu modelo genético. Além do mais, enquadrámos a presente análise numa conceção do partido enquanto uma forma sociológica e histórica, produto de relações sociais com vista à formação de um *habitus partidário específico* (Offerlé, 2018). Assentamos assim a nossa análise no pressuposto weberiano de que o partido é uma forma de socialização particular, que tem como objetivo assegurar o poder para os seus líderes, de modo a garantir “vantagens ideais ou materiais para os seus membros” (Weber, 1983: 228). Nesta perspetiva, a questão em torno do partido não pode estar desligada das relações de poder, já que este se trata de um *campo de lutas*, um espaço de concorrência objetiva entre agentes que disputam entre si pela *definição legítima de partido* (Offerlé, 2018).

No que se refere ao estudo dos partidos políticos portugueses, o PCP apresenta características particulares que fazem deste um caso único no país. Enquanto os principais partidos políticos portugueses, que se encontram atualmente no ativo, se formaram por volta da fase de transição democrática³ e como um reflexo da conjuntura política dos anos 70⁴, já o PCP formou-se ainda na I República (1921) e ter-se-á institucionalizado no Estado Novo, à data do seu III Congresso (1943)⁵. Não só pela distância temporal face ao momento da fundação, este partido também se distingue dos outros por ter sido, durante longos anos, marcado pela sua relação com uma entidade patrocinadora, a Internacional Comunista (Panebianco, 2005). Todavia, no momento da sua fundação, a Internacional ainda não exercia qualquer influência sobre

³ A única exceção é o caso do Pessoas, Animais e Natureza (PAN) que é um fenómeno mais recente e, também, um caso de grande interesse para compreender a mudança de valores na sociedade portuguesa contemporânea, por se tratar de um partido com características pós-materialistas.

⁴ Mesmo o Bloco de Esquerda (BE), que se formou em 1999, foi profundamente influenciado pelo processo de transição democrática dos anos 70, nomeadamente, a difusão do ideário marxista na sociedade portuguesa que marcou o Processo Revolucionário em Curso. As duas principais tendências que fundaram o BE, a União Democrática Popular e o Partido Socialista Revolucionário, são um exemplo disso.

⁵ A partir da leitura da História do PCP de Madeira (2013), lançamos a hipótese de que o momento do III Congresso e da consequente legitimação de uma elite partidária coesa, terá posto fim à instabilidade anterior, que caracterizava a atividade desta organização, estabelecendo o PCP enquanto uma instituição consistente.

os fundadores do PCP. O partido embrionário em pouco se assemelhava do partido atual, para além do nome e do símbolo. O PCP que se vai formar em 1921 era antes um reflexo do quadro político português da época, determinado pelas organizações em que militavam os seus principais fundadores e as suas conceções particulares de revolução, de influência sindicalista revolucionária.

O estudo sobre a Federação Maximalista Portuguesa e o seu semanário revelam-se, então, como pontos fulcrais para aprofundar o conhecimento sobre os partidos políticos portugueses. São o ponto de partida para o estudo da institucionalização do PCP pelo seu papel na introdução do bolchevismo em Portugal e, essencialmente, pelas redes sociais de militância que vai estabelecer. Serviu de ponto de partida para a legitimação de uma forma de fazer política que, até então, várias camadas da sociedade portuguesa repudiavam, nomeadamente o operariado, isto é, a política partidária. A FMP iria, igualmente, definir as metas ideológicas que o PCP iria adotar, no quadro do comunismo de esquerda, como uma síntese entre o sindicalismo e o anarquismo com as novas ideias bolchevistas. Um hibridismo organizacional que iria pôr em causa a futura consistência do partido, assim como, a sua legitimação externa extranacional perante a Internacional Comunista (Lopes, 2002: 32).

3. A Bandeira Vermelha e a conjuntura do operariado.

O aparecimento da FMP, organização precursora do PCP, deve ser entendido, além do mais, através do seu contexto sócio-histórico. Em primeiro lugar, tendo em conta a obra de Noiriel (2006), devemos considerar as ferramentas de comunicação à distância através das relações de poder, enquanto um mecanismo capaz de unir indivíduos no espaço e no tempo. Ou seja, devemos compreender o jornal como uma manifestação do processo de *racionalização* ao “anular a distância que separa os que comandam daqueles que obedecem” (Pina, 2018). Desse modo, a comunicação à distância aumentou a possibilidade de um ator social impor a sua vontade, ao reduzir a resistência imposta pela distância (Weber, 1983). Não obstante as óbvias consequências na relação entre governantes e súbditos, a comunicação à distância também serviu o propósito oposto, ao ser apropriada pelo operariado como uma ferramenta contra-hegemónica apta a canalizar o protesto de movimentos, que recusavam a legitimidade da dominação estatal. Nessa contenda, surgiram periódicos como *A Greve*, em 1908, o primeiro jornal focado na introdução das doutrinas sindicalistas revolucionárias em Portugal (Pereira, 2009). Desde então, especialmente com a instauração da República, após 1910, disseminou-se uma imprensa

operária de cariz sindicalista revolucionária. A eficácia da propaganda promovida pela comunicação à distância demonstrou-se nos sucessivos congressos operários, em que a corrente sindicalista revolucionária se afirmou, ao lado do Partido Socialista Português, como um dos representantes legítimos do operariado.

Com o eclodir da Primeira Guerra Mundial, vários aspetos do movimento operário foram postos em causa, nomeadamente, com o início da Revolução Russa e a consequente revolução bolchevique. Este último acontecimento teve profundas consequências, ao abalar os antigos preceitos das diversas correntes da esquerda revolucionária. Para os sindicalistas revolucionários, o facto de a revolução na Rússia ter emergido por intermédio de um confronto armado, sem recorrer à tão apregoada greve geral revolucionária, pôs em causa os antigos métodos. Além disso, a 18 de novembro de 1918, o operariado português também saiu derrotado de uma grande greve de carácter insurrecional, o que levou a que vários dos antigos partidários da via sindicalista se refugiassem numa nova doutrina, o maximalismo⁶. Poucos meses depois, a 27 de abril de 1919, militantes de grupos anarquistas e sindicalistas revolucionários, com relevo no movimento operário, decidiram juntar forças para fundar o Soviet de Propaganda Social, que seria, posteriormente, denominado por Federação Maximalista Portuguesa (Pina, 2018: 89). Com várias figuras de renome na imprensa operária, como o escritor e sindicalista revolucionário Manuel Ribeiro, não tardaria a que a FMP manifestasse interesse em publicar o seu órgão de imprensa que, no entanto, seria adiado sucessivamente, devido às leis contra a imprensa subversiva de carácter bolchevista. Desse modo, só a 5 de outubro de 1919, é que esta organização foi capaz de divulgar um semanário para discutir as novas ideias vindas da Rússia e adaptá-las às características nacionais. Ainda assim, antes de se publicar o jornal, já se encontravam vários núcleos maximalistas espalhados por todo o país, cerca de 29, sobretudo nos grandes centros urbanos (Pina, 2018: 102). Nestes núcleos, deparamo-nos com antigos sindicalistas e militantes anarquistas, como foi o caso do portuense Manuel Ferreira Torres, anarquista-comunista, que reuniu, na sua sapataria, entusiastas bolchevistas do Porto e Vila Nova de Gaia (Pina, 2018: 101). Até ao final de 1920, a FMP iria estabelecer pelo menos 39 núcleos, alguns deles com centenas de aderentes, que estenderem a influência maximalista a quase todos os distritos do país. Graças aos seus 50 correspondentes, que distribuíam o seu jornal com uma tiragem normal de 6.000 exemplares, por exemplar, o semanário maximalista chegou a todos os cantos do país, nomeadamente, à ilha de S. Miguel e à ilha da Madeira (Pina, 2018: 104-115).

⁶ A expressão maximalismo é uma tradução direta do termo bolchevismo que, na época, representava a revolução levada ao máximo, ou seja, a defesa da revolução imediata por intermédio da luta armada.

A receção da revolução russa, em Portugal, implicou, por conseguinte, um choque sobre os preceitos que regiam o movimento operário. Um dos principais fatores para a rápida transformação doutrinária deveu-se, sobretudo, à profusa difusão destas ideias em toda a imprensa socialista, anarquista e sindicalista desde 1918, que entendiam os acontecimentos na Rússia como um prenúncio da revolução operária mundial. Com a edificação de uma estrutura orgânica maximalista, com núcleos em todo o país, desencadearam-se novos laços de militância, distintos dos anteriores, que resultaram na inculcação de novas formas de saber-fazer, na apropriação de símbolos e logós que iriam cristalizar uma identidade maximalista (Pina, 2018). Neste processo de absorção das ideias bolcheviques, o jornal maximalista, *A Bandeira Vermelha*, teve um papel fulcral na formação de relações sociais em torno de um novo tipo de *capital coletivo acumulado* (Offerlé, 2018: 29). No caso português, o processo de construção de uma identidade maximalista terá partido, inicialmente, de um mimetismo face à experiência maximalista francesa. Desta forma, deparamo-nos no *A Bandeira Vermelha* com vários artigos traduzidos de sindicalistas revolucionários franceses, como Pierre Monatte, Robert Louzon, Boris Souvarine, Alfred Rosmer e Jacques Sadoul que demonstravam, na ótica dos maximalistas portugueses, a afinidade entre as ideias sindicalistas revolucionárias e o soviétismo russo (Pina, 2018: 118). Nessa perspetiva, o soviétismo russo não representava uma rutura face à tradição operária portuguesa, muito pelo contrário, era como um prolongamento da ação sindicalista revolucionária. Por outras palavras, na sua visão, o maximalismo não entrava em contradição com o sindicalismo, era antes uma ferramenta do qual os sindicalistas e anarquistas deviam fazer uso para apressar a revolução e tomar o poder à burguesia mediante da sua estratégia de revolução imediata, ou seja, a ditadura do proletariado.

É nesse sentido que optamos pela recolha e análise de dados do *Bandeira Vermelha*, para deixar claro o grau de influência dos redatores proto-bolchevistas franceses nos textos que foram publicados pelos maximalistas portugueses e, com isso, rejeitar a noção da particularidade portuguesa no caso da receção da revolução russa. Além do mais, aproveitamos esta oportunidade para explorar novos aspetos sobre implantação do maximalismo no território português e a sua caracterização sociográfica. Para abordar esta problemática, partimos do trabalho de investigação de João Quintela (1976) a única obra que tratou de explorar a imprensa maximalista, onde pretendemos verificar os dados apresentados por este autor e averiguar a sua pertinência à luz das recentes investigações sobre o movimento operário.

4. Metodologia

Antes de procedermos à recolha e análise dos dados que serviriam os nossos propósitos, tratámos de selecionar os textos e artigos com interesse para o presente estudo. Nesse seguimento, excluímos notas sobre reuniões sindicais e da FMP⁷, citações entre artigos e pequenas notas a apelar à recolha de fundos. Em contrapartida, recolhemos artigos com autoria e textos escritos por desconhecidos, nacionais e estrangeiros, de autores individuais e coletivos, cartas de leitores portugueses e textos da autoria da FMP sobre problemas da atualidade. No total inventariámos 420 textos nos 53 números deste jornal, enquanto órgão da FMP, entre o período que vai de 5 de outubro de 1919 a 12 de dezembro de 1920, o que corresponde a uma média de 8 artigos por número. Nestes 420 textos analisados, procurámos determinar a frequência de artigos por autor, o género, o tipo de autor (individual ou coletivo), o tema do texto e a nacionalidade dos autores individuais. Por outro lado, no que concerne aos autores individuais portugueses, optámos, também, por determinar a frequência de autores e de textos por distrito, com o intuito de averiguar a pertinência das categorias elaboradas por Quintela (1976: 21-23)⁸.

No que se refere às categorias utilizadas para os textos, aproximamo-nos das categorias já anteriormente produzidas por Quintela (1976: 21-23), mas com algumas alterações. Mantivemos a categoria “textos de propaganda bolchevista”, que se refere a textos sobre os desenvolvimentos políticos e sociais na Rússia bolchevista, textos teóricos de figuras proeminentes do bolchevismo, assim como apelos ao estabelecimento da ditadura do proletariado em Portugal. Também mantivemos a categoria “textos sobre a repressão”, que trata dos presos políticos da FMP, das Juventudes Sindicalistas e das apreensões de jornais. Mantivemos ainda os “textos sobre a frente única e o partido”, que se referem às cartas e artigos que começaram a surgir a partir do verão de 1920, para a construção de um congresso para fundar um Partido Comunista em Portugal. Alteramos, no entanto, a categoria sobre o sindicalismo, passando a denominá-la por “textos sobre a vida sindical”. Excluímos ainda a categoria “lutas populares”, que se encontrava agrupada na questão sindical, ficando apenas com a categoria “textos sobre a vida sindical”. Propomos, além do mais, uma categoria intitulada “Textos sobre a FMP” para agrupar os textos que se inserem nos problemas da organização, sobre o seu crescimento e as doutrinas

⁷ Referimo-nos, por exemplo, aos textos intitulados por “Vida Maximalista” que resumiam as reuniões, as datas das reuniões da FMP, assim como, pequenas notas sobre reuniões sindicais.

⁸ Quintela (1976: 21) dividiu os artigos do semanário maximalista nas seguintes categorias: (1) “Textos de Propaganda bolchevista”, (2) “Textos sobre a revolução e a violência”, (3) “Textos sobre a Frente única e o Partido”, (4) “Vida e Lutas Sindicais, Lutas Populares”, (5) “Textos sobre a repressão” e (6) “Outros”.

que a deviam reger. No que toca aos textos que abordam as questões estruturais da economia nacional, isto é, a carestia de vida, a falta de papel, as críticas à imprensa “burguesa” e ao sistema eleitoral “burguês”, atribuímos-lhes a designação alternativa de “problemas nacionais”. Por último, agrupámos todos os artigos que não se inserem nas categorias identificadas na designação “outros”, como é o caso de textos sobre o iberismo, o esperanto, antimilitarismo, amor-livre e poemas.

Devemos deixar claro que, apesar de Quintela (1976) apresentar dados sobre a percentagem de autores portugueses sindicados, de acordo com as nossas fontes⁹, só nos foi possível averiguar a sindicalização de 23 autores portugueses. Nesse seguimento, devido à escassez de dados fiáveis para testar o relevo desta variável, optámos por excluir a sindicância das nossas variáveis de estudo. Por outro lado, analisámos os artigos de autores estrangeiros, uma questão que Quintela deixou de lado. Este ponto tem como propósito reforçar a hipótese de que os autores e a imprensa francesa foram preponderantes para a compreensão da revolução russa em Portugal. Ou seja, com estes dados podemos perceber até que ponto é que as figuras do socialismo francês influenciaram as doutrinas do maximalismo português, servindo de intermediário para a absorção do marxismo bolchevista.

5. A Bandeira Vermelha em números.

A partir da análise dos artigos inventariados, verificamos que, num total de 420 textos, apenas 326 apresentam a fonte, ou a autoria¹⁰, sendo que desse universo, 283 foram publicados por autores individuais (87%) e 43 por autores coletivos (13%) (Quadro 1). Dentro dos autores coletivos, 19 (44,2%) são artigos da autoria da própria FMP, 6 (14,0%) são da autoria de organismos ligados à República Soviética, os restantes são textos de várias organizações sindicais como a Industrial Workers of the World (IWW), a “Confederação Geral do Trabalho” italiana, mas, também, do Partido Comunista Espanhol e do Partido Comunista Polaco e, inclusive, jornais socialistas/comunistas como o *Daily Herald*, o *Le Populaire*, *El Sol* e o *Rote Fahne*. É de salientar que estes dados, sobre os autores coletivos, podem estar enviesados pelo facto de

⁹ Comparámos a lista de autores individuais portugueses com as listas presentes na dissertação de Doutoramento de Teodoro (2013), nos trabalhos de Freitas (2007) e de Pina (2018), assim como com a base de dados do projeto MOSCA de Freire (2012).

¹⁰ Os restantes 94 referem-se a textos de autores desconhecidos, de textos traduzidos sem indicação da fonte ou, até mesmo, de artigos escritos pelos redatores do *A Bandeira Vermelha*, mas que não indicam a sua autoria.

a maioria dos textos de autores desconhecidos muito provavelmente pertencerem a autores coletivos, visto que se tratam de traduções de textos sem referência da fonte.

Quadro 1 – Tipo de autores

	N	%
Autores Individuais	283	87,0
Autores Coletivos	43	13,0
Total	326	100,0

Fonte: elaborado pelo autor a partir do *A Bandeira Vermelha*.

No que concerne aos autores individuais, verificamos que num universo de 283 textos, 213 (75,3%) foram redigidos por autores portugueses e os restantes 70 por autores estrangeiros (24,7%). Ao analisarmos os dados referentes aos autores estrangeiros, observamos que estes 70 textos foram redigidos por 34 autores estrangeiros distintos (Quadro 2). A partir destes dados foi possível averiguar que são os autores de nacionalidade francesa aqueles com mais autores distintos com 18¹¹ (52,9%) e, de seguida, os autores da República Soviética, com 9 autores¹² (26,5%). Os restantes textos foram produzidos por autores alemães, espanhóis, holandeses e italianos, mas em números residuais, cerca de 1 ou 2 autores entres estas nacionalidades. Quanto à frequência de textos por nacionalidade, observamos, mais uma vez, como os franceses são os autores mais publicados, com 37 artigos (52,9%), sendo o “Capitão Sadoul” (Jacques Sadoul) o principal autor estrangeiro publicado no *A Bandeira Vermelha*, seguido dos soviéticos com 26 (37,1%), onde, curiosamente, é Leon Trotsky o autor com mais artigos publicados, representando quase um terço (30,8%) dos artigos soviéticos presentes.

¹¹ O número de textos de autores franceses por ordem decrescente: Jacques Sadoul (10), Boris Souvarine (5), Paul-Louis (5), R. Louson (3), L. Midol (1), André Pierre (1), Jean Longuet (1), A. Rosmer (1), Arthur Ransome (1), Charles Rappoport (1), Doutora Pelletier (1), Edouard Rothen (1), Henrique Leone (1), Raimundo Lefebvre (1), Roman Razueff (1), Victor Merlec (1), Ricot (1) e António Penichet (1).

¹² O número de textos de autores soviéticos por ordem decrescente: L. Trotsky (8), Lunatachersky (5), P. Kropotekine (3), Zinoviev (3), V. Lenine (2), M. Gorki (2), E. Varoslavsky (1), M. Moskowsky (1) e Tchitcherine (1).

Quadro 2 – Nacionalidade dos autores e textos publicados

	Autores		Textos	
	N	%	N	%
Francesa	18	52,9	37	52,9
Soviética	9	26,5	26	37,1
Outras nacionalidades	7	20,6	7	10,0
Total	34	100,0	70	100,0

Fonte: elaborado pelo autor a partir do *A Bandeira Vermelha*.

No que respeita aos autores portugueses, identificamos 213 textos redigidos por 88 autores distintos, distribuídos por quase todos os distritos do país. Entre os 88 autores, apenas 2 são do género feminino (Etelvina da Silva e Gertrudes de Oliveira Gonçalves) e 22 referem-se a autores de origens desconhecidas e que, por isso, não puderam ser incluídos na nossa análise. Desse modo, só podemos analisar os dados referentes a 66 autores que redigiram, respetivamente, 177 textos publicados no *A Bandeira Vermelha* (Quadro 3).

Quadro 3 – Autores e textos por distrito de Portugal

	Autores		Textos	
	N	%	N	%
Lisboa	19	28,8	73	41,2
Porto	19	28,8	45	25,4
Braga	4	6,1	8	4,5
Santarém	3	4,5	14	7,9
Faro	3	4,5	4	2,3
Évora	3	4,5	4	2,3
Setúbal	3	4,5	3	1,7
Viana do Castelo	3	4,5	3	1,7
Guarda	2	3,0	8	4,5
Viseu	2	3,0	4	2,3
Beja	2	3,0	7	4,0
Portalegre	1	1,5	2	1,1
Coimbra	1	1,5	1	0,6
Castelo Branco	1	1,5	1	0,6
Total	66	100,0	177	100,0

Fonte: elaborado pelo autor a partir do *A Bandeira Vermelha*.

Em primeiro lugar, no que concerne às frequências dos autores, observamos que tanto Lisboa como o Porto tinham 19 autores, representando, por conseguinte, mais de metade dos autores deste periódico. Entre os lisboetas encontramos militantes e dirigentes de conselhos maximalistas e, entre os portuenses, dirigentes das juventudes sindicalistas e militantes próximos da ala maximalista de Ferreira Torres. No resto do país, geralmente, tratavam-se de militantes dispersos que enviavam cartas de apoio ao projeto da Federação Maximalista Portuguesa e que expressavam a sua simpatia para com a revolução russa. Em segundo lugar, tratando agora dos 177 identificados, desta vez verificamos uma maior preponderância de redatores de Lisboa face aos de outros distritos, ao representarem 41,24% dos textos na nossa amostra. Se juntarmos o Porto à análise, verificamos que estas duas cidades representavam, exatamente, dois terços dos textos publicados (66,6%).

Posto isto, observamos também que o diretor do semanário e Secretário-geral da FMP, Manuel Ribeiro, foi o principal autor publicado, com 16 textos assinados. Na lista de autores observamos, inclusive, 12 textos da autoria do dirigente maximalista António Peixe (Secretário-Geral da Federação Metalúrgica), 12 textos do histórico militante anarquista portuense e redator do *A Aurora* Clemente Vieira dos Santos, 12 textos de “A. A. Matafome”, pseudónimo de A. Rodrigues Dias, um maximalista de Alcanena (Santarém), 10 textos do alfaiate lisboeta Alberto Monteiro, outros 10 de Salvaterra Júnior, um “torrista” que se demarcou dos anarquistas que se reuniam no Centro Comunista do Porto, entre outros autores¹³.

Por último, apreciamos os dados referentes aos temas dos textos publicados no *A Bandeira Vermelha* (Quadro 4). Neste momento da nossa análise, observamos que os textos de propaganda bolchevista são preponderantes, representando mais de metade dos textos deste jornal com 57,38%. Além do mais, verificamos que os textos sobre a repressão, que tratavam as deportações de bolchevistas, a apreensão de jornais

¹³ O número de textos de autores portugueses por ordem decrescente: Manuel Rodrigues Melo (7), José da Silva Oliveira (7), Dramirano Bento (6), Gonçalves Correia (5), Olímpio Moreno (4), Juliano José Ribeiro (4), Abel Pereira de Araújo (3), H. Crazé Roioso (3), A. Alexandre Melo (3), Carlos dos Santos Martins Teixeira Lopes (2), Manuel Aguiar Pombinho (2), João Fernandes Cavalheiro (2), Américo Mesquita (2), Augusto A. Moreira (2), Francisco Dias (2), Joaquim Cardoso (2), João D. Simões (2), António M. Godinho (2), António Rosa (2), A. de Castro (2), Francisco Silva Moura (2), Luís Augusto (2), José F. Santos (1), Júlio Martins Amaro (1), António Lopes Jorge (1), João Alves (1), F. S. C. (1), Gertrudes de Oliveira Gonçalves (1), Décio Montano (1), F. Faria (1), A. Proença (1), Alexandre José dos Santos (1), António Sales (1), Arsénio José Filipe (1), Bernardino dos Santos (1), Gregório Marcelino (1), Manuel Lopes (1), Norberto de Araújo (1), Adelino Caetano (1), Amadeu Cardoso Silva (1), Anastácio Gonçalves Ramos (1), António de Oliveira (1), António J. Brito (1), António J. Fernandes (1), J. Santa Rosa (1), José Gonçalves Amorim (1), José Maria Sousa (1), Lúcio dos Santos (1), Luís T. Laranjeiro (1), Manuel Joaquim de Sousa (1), Mário Lemos (1), Felizardo A. Corujo (1), Manuel António (1), Alberto Azevedo (1), António Dias (1), Manuel Guinaldo (1), António Vidal (1), Carlos Guimarães (1), M. F. P. (1) e João Rodrigues (1).

e as condições nas prisões, estavam presentes em quase todos os números por se tratar de um aspeto central na atividade política dos maximalistas. De resto, o jornal era marcado por diversas temáticas, tais como o sindicalismo, os problemas nacionais, a doutrina da FMP, a construção do partido, entre outros, mas que, todavia, não tinham o mesmo relevo dos dois primeiros temas, que representavam pouco mais de dois terços dos textos analisados.

Quadro 4 – Temas dos textos publicados

	N	%
Textos de propaganda bolchevista	241	57,4
Textos sobre a repressão	50	11,9
Textos sobre a vida sindical	26	6,2
Problemas nacionais	26	6,2
Textos sobre a FMP	20	4,8
Textos sobre a frente única e o PCP	14	3,3
Outros temas	43	10,2
Total	420	100,0

Fonte: elaborado pelo autor a partir do *A Bandeira Vermelha*.

6. Notas conclusivas

Face à investigação de Quintela, mais propriamente no que se refere aos apresentados sobre os textos e a origem geográfica dos redatores (Quintela, 1976: 21-23), verificamos que os nossos resultados se aproximam daqueles anteriormente apresentados por Quintela (1976). Existem, todavia, algumas discrepâncias entre a frequência dos temas, já que, por exemplo, os “textos de propaganda bolchevista” representam 57,38% no nosso estudo e apenas 46,75% no caso do de Quintela (1976: 21). Já no que se refere aos “textos sobre a repressão”, deparamo-nos com menos textos do que aqueles que são assinalados no trabalho de Quintela, apesar de termos uma amostra maior que este autor. Esta última diferença pode-se dever a uma discrepância entre os métodos de recolha de dados, já que Quintela (1976) não deixou claro aquilo que define por “textos”, podendo ter incluído as notas e atas de reuniões, corpus documental por nós excluído. Já sobre os dados apresentados sobre a origem geográfica dos redatores, podemos afirmar que a amostra apresentada por Quintela (1976: 23) será, em certa medida, insuficiente para apresentar conclusões fiáveis. Para

este autor o peso dos redatores de Lisboa e do Porto, em conjunto, seria inferior ao dos redatores da província, algo que não pudemos confirmar no presente estudo. De tal maneira, observamos que, tanto Lisboa, como o Porto, sobressaem no que se refere à frequência de autores e de textos no periódico maximalista.

A distribuição territorial dos maximalistas levanta, do mesmo modo, algumas questões sobre o tipo de construção territorial do bolchevismo em Portugal. Tal como demonstram os dados, verificamos que, apesar de os autores estarem centrados nas duas principais cidades, encontravam-se redatores um pouco por todo o país dispostos a colaborar ativamente na propaganda bolchevista. Por outro lado, a elevada dispersão de redatores no território, leva-nos a equacionar a hipótese de que a disseminação do bolchevismo, em Portugal, terá seguido o modelo de *difusão territorial*, já que a sua distribuição no território parece ter despontado através de organizações anarquistas e sindicalistas preexistentes, num modelo federativo e não, necessariamente, através de um centro liderado por Manuel Ribeiro em Lisboa (Lopes, 2002: 19). Contudo, escasseiam estudos aprofundados sobre as trajetórias de militância e das organizações existentes, na época, o que, à luz dos conhecimentos historiográficos e sociológicos disponíveis, torna difícil identificar com segurança quais terão sido os modelos de construção territorial associados à difusão deste ideário.

Um dos pontos com maior interesse para perceber as metas ideológicas dos maximalistas portugueses, entre 1919 e finais de 1920, reside na influência dos autores estrangeiros. Como podemos averiguar, entre os autores estrangeiros, os franceses foram aqueles que mais se destacaram na imprensa maximalista, com mais de metade dos textos e redatores. Tal é o caso de Jacques Sadoul, Paul-Louis e Boris Souvarine, percursoros do bolchevismo francês anteriormente ligados à II Internacional, Secção Francesa da Internacional Operária (SFIO), e que teriam um papel importante na fundação do Partido Comunista Francês¹⁴. Estes dados reforçam, portanto, a ideia de que o bolchevismo e os acontecimentos na Rússia foram compreendidos, em Portugal, por intermédio da imprensa e dos revolucionários franceses e não, diretamente, através dos textos dos líderes bolcheviques soviéticos. O autor soviético mais publicado, Leon Trotsky, poderá, aliás, resultar do facto de este bolchevique ter sido próximo de Sadoul. Para concluir, é de salientar que, apesar de a equiparação do soviétismo às bolsas de trabalho de Pelloutier ser uma importante referência para os maximalistas portugueses, especialmente nos primeiros números, a larga divulgação de autores

¹⁴ Já com a fundação do PCF, Paul-Louis e Boris Souvarine acabariam por ser afastados do partido perante a intransigência dos bolcheviques russos em determinar a linha ideológica. No entanto, já Jacques Sadoul, que sempre fora próximo de Trotsky, aos poucos opta por aderir à facção fiel a Estaline.

ligados à SFIO poderá transparecer uma etapa na desvinculação dos maximalistas face à linha tradicional operária de tipo sindicalista revolucionária.

Referências bibliográficas

Fontes:

Biblioteca Pública Municipal do Porto, *A Bandeira Vermelha*, Lisboa. 1919-1920.

Livros e artigos:

AÏT-AOUDIA, Myriam; DÉZÉ, Alexandre (2011), “Contribution à une approche sociologique de la genèse partisane. Une analyse du front national, du mouvement sociale italiano et du front islamique de salut”, *Revue française de science politique*, vol. LXI, 2011/4, pp. 631-657, [Consult. a 04.02.2019]. Disponível em: <<https://doi.org/10.3917/rfsp.614.0631>>.

FREIRE, João (2012), *Dicionário Histórico de Militantes Sociais, Grupos Libertários e Sindicatos Operários*, [Consult. a 04.02.2019]. Disponível em: http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=search&Itemid=49

LISI, Marco (2011), *Os Partidos Políticos em Portugal*, Coimbra, Edições Almedina.

LOPES, Fernando Farelo (2002), “Partidos Políticos”, in LOPES, Fernando Farelo; FREIRE, André, *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais: uma introdução*, Oeiras, Celta Editora, pp. 9-87.

MADEIRA, João (2013), *História do PCP: das origens ao 25 de abril (1921-1974)*, Lisboa, Tinta-da-China.

NOIRIEL, Gérard (2006), *Introduction à la socio-histoire*, Paris, Éditions La Découverte.

QUINTELA, João G. P. (1976), *Para a história do movimento comunista em Portugal (1º Período 1919-1929)*, Porto, Afrontamento.

PANEBIANCO, Angelo (2005), *Modelos de Partido, Organização e poder nos partidos políticos*, São Paulo, Martins Fontes.

PEREIRA, Joana Dias (2009), *Sindicalismo Revolucionário: A história de uma ideia*, Lisboa, Caleidoscópio.

PINA, André Costa (2018), *A Federação Maximalista Portuguesa e a sociogénese do Partido Comunista Português*, Tese de Mestrado em Sociologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

TEODORO, José Miguel de Jesus (2013), *A Confederação Geral do Trabalho (1919-1927)*, Tese de Doutoramento em História, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

WEBER, Max (1983), *Economía y sociedad: Esbozo de sociología comprensiva*, México, Fondo de Cultura Económica.

PINA, André Costa (2019), “A Bandeira Vermelha em números: uma análise sobre o semanário da Federação Maximalista Portuguesa (1919-1920)”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXVII, pp. 71-96

André Costa Pina. Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Porto, Portugal). **Endereço**

de correspondência: Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto, Portugal. E-mail:

andrecostapina@gmail.com

A intolerância religiosa à brasileira: estudo de caso na cidade de Londrina / Paraná

Cláudia Neves da Silva

Universidade Estadual de Londrina

Fábio Lanza

Universidade Estadual de Londrina

Resumo

O artigo problematiza a permanência da intolerância e violência religiosa no Brasil, buscando em fontes documentais da Igreja Católica, tratados comerciais e nas Constituições do Brasil informações e dados a respeito da temática. Ao longo da história, as formas de violência e práticas intolerantes de cunho religioso permanecem e se perpetuam. Os relatos de intolerância religiosa noticiados nas mídias e os dados de pesquisa vinculados ao Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades da Universidade Estadual de Londrina subsidiaram a construção da análise sobre a permanência dessa intolerância e forma de violência, destacando o caso da família de Yá Mukumby, Mãe de Santo e liderança do Movimento Negro na cidade de Londrina, estado do Paraná – Sul do Brasil. Não obstante o incremento de arcabouços legais que as combatem, a intolerância e a violência religiosa ainda permanecem e reelaboram novas estratégias a partir do ambiente escolar e das redes sociais digitais.

Palavras chaves: sociologia das religiões; intolerância e violência religiosa; Yá Mukumby

Brazilian religious intolerance: a case study in the city of Londrina / Paraná

Abstract

The article discusses the permanence of intolerance and religious violence in Brazil, searching in documentary sources of the Catholic Church, commercial treaties and the Brazilian Constitutions information and data regarding the subject. Throughout history, forms of violence and intolerant practices of a religious nature remain and perpetuate themselves. The reports of religious intolerance reported in the media and the research data linked to the Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades da Universidade Estadual de Londrina subsidized the construction of the analysis on the permanence of this intolerance and violence, highlighting the case of Yá Mukumby family, “Mãe de Santo” and leadership of the Movement Black in the city of Londrina, state of Paraná - south brazilian region. Despite the increase in legal frameworks that combat intolerance and religious violence, new strategies are still being developed and re-elaborated from the school environment and digital social networks.

Keywords: Sociology of Religions; intolerance and religious violence; Yá Mukumby

Intolérance religieuse au Brésil: une étude de cas dans la ville de Londrina / Paraná

Résumé

L'article problématise la permanence de l'intolérance et de la violence religieuse au Brésil, en cherchant dans des sources documentaires de l'Église catholique, des traités commerciaux et des Constitutions du Brésil des informations et des données sur le sujet. A travers, les formes de violence et les pratiques intolérantes de nature religieuse subsistent et se perpétuent. Les reportages sur l'intolérance religieuse rapportés dans les médias et les données de recherche liées au Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades da Universidade Estadual de Londrina ont subventionné la construction de l'analyse sur la permanence de cette intolérance et de cette violence, soulignant le cas de la famille de Yá Mukumby, mère de Santo et dirigeante du Mouvement Noir dans la ville de Londrina/État de Paraná - Sud du Brésil. Malgré l'augmentation des cadres juridiques, l'intolérance et la violence religieuse continuent et de nouvelles stratégies sont encore en cours d'élaboration à partir du milieu scolaire et des réseaux sociaux numériques.

Mots-clés: sociologie des religions; l'intolérance et la violence religieuse; Yá Mukumby

La intolerancia religiosa a la brasileña: estudio de caso en la ciudad de Londrina / Paraná

Resumen

El artículo problematiza la permanencia de la intolerancia y violencia religiosa en Brasil, buscando en fuentes documentales de la Iglesia Católica, tratados comerciales y las Constituciones del Brasil informaciones y datos sobre la temática. A lo largo de la historia, las formas de violencia y prácticas intolerantes de carácter religioso permanecen y se perpetúan. Los relatos de intolerancia religiosa noticiados en los medios y los datos de investigación vinculados al Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades da Universidade Estadual de Londrina subsidiaron la construcción del análisis sobre la permanencia de esta intolerancia y forma de violencia, destacando el caso de la familia de Yá Mukumby, Madre de Santo y liderazgo del Movimiento Negro en la ciudad de Londrina, el estado de Paraná - región del sur brasileña. No obstante el incremento de estructuras legales que combaten la intolerancia y la violencia religiosa, todavía permanecen y reelaboran nuevas estrategias a partir del ambiente escolar y de las redes sociales digitales.

Palabras claves: sociología de las Religiones; intolerancia y violencia religiosa; Yá Mukumby

Introdução

A ocorrência de manifestações de intolerâncias, discursos de ódio e práticas de desrespeito a diversos grupos sociais (marcadamente xenofóbico, homofóbico, racista, machista, dentre outros) tem aumentado significativamente nas cidades brasileiras, com relatos de situações em diferentes espaços, como escolas, universidades, clubes, terreiros de umbanda e candomblé e mesmo nas ruas.

Em virtude da complexidade do tema e da diversidade de manifestações de intolerância e violência, vamos nos deter na intolerância religiosa, especificamente no período que antecedeu a Proclamação da República e as primeiras décadas do século XXI, para entendermos o contexto sócio-histórico em que foi construído e consolidado o desrespeito e a não aceitação ao que é diferente, ao que não é hegemônico e como ainda se mantém, não obstante o tempo decorrido.

Com o objetivo de verificar como ocorreram as mudanças legais no que diz respeito à intolerância religiosa no período indicado, apresentaremos a construção dessa intolerância no Brasil, a qual se iniciou com a colonização e se estende até os dias atuais. Para tanto, os documentos da Igreja Católica, os tratados comerciais e as Constituições do Brasil foram nossas fontes de informação para elaborar a primeira parte do artigo. Na parte subsequente, os relatos de intolerância religiosa noticiados nas mídias e os dados de pesquisa vinculados ao Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR–UEL) da Universidade Estadual de Londrina/PR foram nossas fontes para a construção da análise da permanência dessa intolerância.

No ano de 2017, o LERR-UEL estabeleceu uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação e ofereceu um Curso de Formação Continuada, sob o tema “Educação e Diversidades”. O público alvo foram os professores que compõem o quadro de recursos humanos da rede municipal¹ escolar de Londrina e outros da comunidade externa que manifestaram interesse e efetuaram matrícula para frequentar o respectivo curso. A metodologia de trabalho adotada pela equipe do LERR/UEL é de natureza quantitativa. A recolha de dados ocorreu no primeiro dia da formação. A pesquisa reuniu 290 sujeitos (professores participantes) que responderam a um inquérito por questionário, sobre os seguintes temas: laicidade, ensino religioso, política e religião, intolerância e violência religiosa. No decorrer do ano de 2017, as informações recolhidas foram sistematizadas, organizadas e analisadas e, no último encontro, em novembro daquele ano, foram apresentadas aos professores, de modo a ampliar a discussão sobre a temática das diversidades no campo da Educação Básica.

Entendemos religião partindo do princípio de que os fenômenos religiosos se expressam na esfera coletiva, mas se constroem e se reelaboram na esfera individual, porque é o indivíduo, mergulhados em seus sentimentos, valores e costumes que vivenciam os rituais religiosos no coletivo. Homens e mulheres elaboram suas crenças a partir de seus valores, de suas condições materiais de existência, da experiência que partilham com seu grupo social, dos conflitos, inseguranças e medos que experimen-

¹ Similar aos Agrupamentos Escolares em Portugal.

tam em sua religiosidade (Silva, 2008).

Nascidos e educados na sociedade brasileira marcadamente religiosa, aqueles que se declaram ateus não podem, e muitas vezes não conseguem, abandonar por completo comportamentos e valores que forjaram sua identidade desde a primeira infância. São atitudes que ocorrem sob variadas formas e se repetem cotidianamente, passando despercebidas porque já incorporadas no *ethos* individual e coletivo: a crença em uma sociedade dicotômica – boa e má, a busca por um paraíso onde haja liberdade, ausência de dor e sofrimento (Silva, 2008).

Portanto, ideias, princípios e valores religiosos estão presentes na sociedade em diferentes esferas, determinando, por vezes, normas de comportamento, ações e concepções de mundo. Quando as pessoas apresentam e experimentam princípios e ideias similares - reforçados e administrados por igrejas - não há grandes e arriscados conflitos e questionamentos. O problema se anuncia quando a igreja, ou melhor, o líder religioso, divulga que o diferente não deve existir porque vai contra o que pensam e defendem. Contudo, mais do que defender ideias religiosas, o que está em jogo é a disputa por espaço e poder de grupos religiosos, isto é, a disputa pela hegemonia do campo religioso. E a intolerância é um poderoso e eficaz instrumento para a conquista e a garantia dessa hegemonia.

Quando falamos de tolerância, aproximamo-nos do que Clodoaldo Cardoso destacou – o ponto fulcral da tolerância “está na igualdade social. Respeitar a diversidade cultural não pode significar aceitar as desigualdades socioeconômicas” (Cardoso, 2003: 20). O autor chama a atenção para o fato de que a tolerância “se conquista através de um diálogo tenso e dramático consigo mesmo e com os outros, estimulados pela educação e garantido por atitudes políticas concretas de transformação das desigualdades sociais” (Cardoso, 2003:146).

No ano de 1995, a Conferência Geral da UNESCO elaborou e aprovou a Declaração Mundial de Princípios sobre a Tolerância, fruto de diversos encontros regionais ocorridos entre os anos de 1994 e 1995 em várias cidades do mundo. No Brasil, esse encontro aconteceu no Rio de Janeiro - Encontro sobre a Tolerância na América Latina e no Caribe (Fischmann, 2001: 70). A partir dos debates ocorridos Cardoso (2003:146) propõe um novo verbete para tolerância, em que esta deve ser entendida como atitude de reconhecimento da diversidade cultural, resistência diante da opressão e das desigualdades sociais, respeito mútuo e atitudes de solidariedade entre indivíduos, grupos, povos e dos seres humanos com a natureza em geral.

Ao abordar a necessidade de defender e garantir a tolerância religiosa – nosso

tema do presente artigo –, fundamentamo-nos na ideia da existência de diversidades culturais em nossa sociedade, as quais devem ser reconhecidas e valorizadas, pois, “a partir da valorização da identidade de sua própria cultura, o respeito de um povo às culturas diferentes depende fundamentalmente da consciência clara da identidade e do valor de sua própria cultura” (Cardoso, 2003: 149), colocando-nos contra a imposição de uma cultura sobre outra, contra o que oprime e provoca desigualdades sociais. As contribuições teóricas, a partir das Ciências Humanas e Sociais sobre tolerância e respeito à diversidade religiosa, podem percorrer diversos caminhos epistemológicos², mas é relevante destacar que, na contemporaneidade ocidental, profundas mudanças marcam a sociedade acerca dessa temática.

De acordo com Bryan Wilson (1995), a diversidade de religiões apresentou um grande aumento com o aparecimento de novas igrejas, muitas oriundas do Oriente, ocasionando um pluralismo religioso, anteriormente limitado a variações no interior do cristianismo; e as práticas e doutrinas dessas novas – ou importadas – igrejas usualmente são diversificadas e diferentes das igrejas tradicionais. Contudo, a exigência de liberdade religiosa por parte das agências internacionais não era dirigida para essas novas religiões ou movimentos religiosos:

Em vez disso, elas estavam principalmente preocupadas com a liberdade de religião no mundo comunista e com a amizade entre as diferentes fés principais em sociedades religiosamente pluralistas. O aparecimento de tantas novas minorias espirituais no Ocidente era incidental, e o espírito de tolerância foi avaliado por agências internacionais — tolerância para aqueles que são certamente elegíveis — nem sempre foi ampliada facilmente para eles. (Wilson, 1995: 2)

Os acordos internacionais, os processos migratórios, a ampliação do fluxo de pessoas por meio do transporte aéreo ou as redes sociais globais decorrentes do uso da Internet, no final do século XX e início do XXI, auxiliaram na consolidação de novas práticas e exigências de respeito às diferentes identidades e adesões religiosas. E a ideia de respeito e tolerância religiosa remonta à colonização dos Estados Unidos da América do Norte, pois, conforme Bryan Wilson, diante do perigo do separatismo social em uma sociedade religiosamente plural, era fundamental estabelecer a tolerância religiosa como princípio basilar

² As Ciências Humanas e Sociais produziram um arcabouço relevante para aprofundamento dos temas citados ao longo do trabalho. Para ampliação do conhecimento, sugerimos a leitura de Ari e Camurça, 2018; Vilaça, 2006; Beckford, 1999; Frigerio, 2018; Wilson, 1995; Dossiê “A sociologia da religião hoje: secularização(ões), secularismo(s) ou laicidade?” por Sell, Vilaça e Moniz (orgs), disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/issue/view/Revista%20Pol%C3%ADtica%20%26%20Sociedade/showToc>. Acessado em 02 de maio de 2019.

Foi assim que, no contexto americano, a tolerância e a liberdade religiosa foram invocadas como princípios de ordem superior a qualquer sistema religioso. A criação de um estado secular, em que as autoridades regentes não deviam estabelecer a religião nem demonstrar parcialidade para qualquer religião em relação à outra, tornou-se a primeira garantia dos direitos religiosos (Wilson, 1995: 4).

No caso latino-americano, todavia, não podemos afirmar o mesmo, pois o processo de colonização desenvolvido pelas nações ibéricas produziu um novo mundo católico, sob a tutela de acordos com o Vaticano e com ações mercantilistas associadas ao movimento da Contrarreforma e a conquista de fiéis no Novo Mundo.

1. A construção da intolerância religiosa no período colonial: breve retrospectiva

Já há inúmeros estudos e pesquisas que destacam que, nas caravelas portuguesas que aportaram no Brasil, estavam presentes representantes do rei, dos comerciantes e da Igreja Católica, cujos objetivos comuns eram conquistar terras e riquezas: se a pessoa não fosse portuguesa, homem, branco e católico deveria ser subjugado e submetido às ordens da coroa e da Igreja Católica.

Dessa forma, negros e índios eram considerados selvagens e deveriam ser dominados e utilizados como mão de obra escrava. Como destacou Eisenberg, a teologia moral, no início da era moderna, “estava imersa em debates jurídicos sobre a legalidade e legitimidade da ocupação das terras da América e da escravização dos seus habitantes” (Eisenberg, 2004: 7).

Por volta de 1550, chegaram os primeiros jesuítas, que tinham a intenção de difundir a fé católica por meio de colégios e missões espalhados pelo litoral e interior do território brasileiro. Cabe destacar que, além dos jesuítas, também vieram padres de outras ordens religiosas, como os franciscanos, os beneditinos e os carmelitas.

Os jesuítas contavam com a ajuda de soldados portugueses para tirar os índios das aldeias e levá-los para os aldeamentos, não obstante o protesto de alguns religiosos, como o padre jesuíta Manuel da Nóbrega, que chamou a atenção quanto ao tratamento violento dispensado pelos portugueses aos índios (Eisenberg, 2004).

Tal sistema, porém, não obteve os resultados esperados, apesar dos argumentos dos jesuítas, conforme escreveu Eisenberg: “Os índios do Brasil estavam vendendo a sua liberdade e a dos seus parentes desde os primeiros dias da colonização, clamavam os jesuítas. Nóbrega, porém, argumenta que esse hábito não existia antes da chegada

dos europeus, tendo sido eles quem ensinou aos índios esta «ynfernal raiz». (Eisenberg, 2004: 12)”

Em 1551, Igreja Católica e Estado firmaram um acordo político denominado Padroado Régio, no qual a instituição eclesiástica concedia ao rei o direito de nomear bispos, arcebispos e membros para o alto clero, fiscalizar a Igreja em assuntos administrativos e econômicos, arrecadar o dízimo, ter o direito e a posse de vastos territórios. Em troca, os reis deveriam financiar as viagens dos missionários, manter as obras eclesiásticas, proteger a Igreja, garantir a conversão dos infiéis.

Também nas primeiras décadas do século XVI, os chamados cristãos-novos vieram para o Brasil, mais especificamente para o nordeste açucareiro, fugindo da perseguição na Espanha e em Portugal. Hermann informa que os cristãos-novos se voltaram para a produção e comercialização do açúcar, sendo considerados os primeiros especialistas da economia açucareira, “Essa participação intensa na atividade econômica da colônia demonstra o quanto os recém conversos fincaram raízes na colônia brasileira, desenvolvendo estreita convivência com a comunidade de cristãos velhos, a reproduzir o que viviam no reino, apesar das proibições para o contato entre os dois grupos... (Hermann, 2011: 339).

Os neoconversos deveriam seguir rigidamente as normas e determinações emanadas da Igreja Católica, sob pena de serem denunciados por heresia e apostasia contra a fé católica. As Ordenações Filipinas, norma jurídica que entrou em vigor no Brasil em 1603, em seu V Livro, determinavam uma punição àqueles que desrespeitassem os símbolos sagrados: “Todo aquele que por qualquer maneira disser que arrenega, ou não crê, ou descrê de Nosso Senhor, ou de Nossa Senhora, ou da sua fé, se for vassalo, ou d’outra tal qualidade, que não seja peão filho de peão, ou se for escudeiro, ou cavaleiro, que fidalgo não for, seja degredado um ano... (*Apud* Assis; Santos; Ramo, 2004: 11).

Ao longo do processo de constituição do território e da formação brasileira, as práticas de intolerância e violência simbólica e religiosa foram disseminadas a todos que eram subjugados à Coroa Portuguesa. A experiência lusa no continente Africano, ao longo dos séculos XV e XVI, possibilitou às formas de dominação colonial e comercial (mercantilistas) a exploração por meio da escravização da população africana.

Na colônia da América, a chegada dos africanos trazidos como escravos também estava associada à Igreja Católica, seja por meio do batismo imposto ou da proibição dos cultos e devoções vinculados às religiosidades africanas. Portanto, o sincretismo que ocorreu entre as entidades devocionais como orixás (ou outras) e os santos da devoção católica foi imposta e violenta. Entendemos, como Abdias do Nascimento

(1978), que o sincretismo também foi uma forma imposta e de intolerância religiosa decorrente dos processos violentos associados com a escravização.

2. Perseguição aos que não praticassem a religião oficial: Brasil Império (1822 a 1889)

A vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808 provocou algumas mudanças no campo religioso, iniciando com a assinatura de dois tratados entre Portugal e Inglaterra no ano de 1810: o Tratado de Livre Comércio e Navegação e o Tratado de Aliança e Amizade, que, entre outras deliberações, garantiram liberdade às práticas religiosas dos ingleses em território brasileiro. O artigo 12 do Tratado de Comércio e Navegação declarava:

[...] não serão perturbados, inquietados, perseguidos ou molestados por causa de sua religião, mas antes terão perfeita liberdade de consciência e licença para assistirem e celebrarem o serviço divino em honra do Todo-poderoso Deus, quer seja dentro de suas casas particulares, quer nas igrejas e capelas, que Sua Alteza Real agora, e para sempre graciosamente lhes permite a permissão de edificarem e manterem dentro de seus domínios (Costa, 2006: 106).

Contudo, o Brasil Império caracterizava-se pela existência de um sistema de união jurídica entre Igreja e Estado. Tal união pode ser constatada na Constituição do Império, em que estava estabelecido que a Religião Católica Apostólica Romana era a adotada pelo Império³.

Se a primeira Constituição brasileira viabilizou alterar, ao menos no plano jurídico, o cenário religioso brasileiro, com a possibilidade da existência de outras religiões, na prática, porém, não oferecia condições jurídicas semelhantes aos não católicos, tendo em vista que as celebrações religiosas não poderiam ser exercidas publicamente e os templos não poderiam ter ornamentos externos, ainda que o Artigo 179 garantisse⁴

³ "CONSTITUIÇÃO POLITICA DO IMPERIO DO BRAZIL EM NOME DA SANTISSIMA TRINDADE TÍTULO 1 Art. 5. A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fórma alguma exterior do Templo". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm acessado em 24 de outubro de 2017.

⁴ "A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Imperio, pela maneira seguinte. V. Ninguém pôde ser perseguido por motivo de Religião, uma vez que respeite a do Estado, e não offenda a Moral Publica". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm

Ademais, às autoridades eclesiásticas católicas cabiam funções que deveriam ser exercidas pela burocracia estatal. A educação, a saúde pública e as obras assistenciais eram espaços em que atuavam livremente; assim como a concessão de registros de nascimentos, casamentos e óbitos. Os casamentos entre pessoas católicas e não católicas eram proibidos e, caso houvesse desobediência, a união era equiparada ao concubinato. Os sepultamentos dos não católicos, classificados como hereges, eram recusados pela autoridade eclesiástica que administrava os cemitérios públicos (Leite, 2011: 35).

A importância, mesmo que limitada, da Constituição de 1824 para o desenvolvimento da liberdade religiosa no Brasil é destacada por Mariano, “Por mais precária e limitada que fosse a liberdade religiosa estabelecida na constituição de 1824, não há como negar que ela possibilitou o ingresso e a difusão de novos grupos religiosos no Brasil – leia-se protestantes – e, com isso, provocou as primeiras fissuras no secular monopólio católico” (Mariano, 2002: 130).

Como se pode perceber, um dos desdobramentos da relação entre Estado e Igreja era a intolerância em relação àqueles que não professassem a religião oficial brasileira. No entanto, a partir de 1850, com o incentivo à política de imigração, algumas alterações ocorreram na legislação brasileira quanto ao tratamento dispensado aos não católicos. Em 1861, com a lei Nº 1.144, foi permitido o casamento misto e entre não católicos⁵.

Wachholz (2009) chama-nos a atenção para o fato de que a identidade do denominado “protestantismo de imigração” e a identidade católico-romana foram construídas na diferenciação e interdependência com o “outro”, caracterizando-se pelo “anti”; fato que provocou inúmeros conflitos e perseguições. Afinal, a elaboração e reelaboração da identidade estão diretamente vinculadas à relação com outros grupos ou comunidades diferentes ou antagônicas com os quais o indivíduo está permanentemente em contato ou em confronto (Silva; Lanza, 2014).

A identidade é apresentada como algo em processo de construção e reconstrução no interior dos grupos sociais, sendo que “cada indivíduo integra, de maneira sintética, a pluralidade das referências identificatórias que estão ligadas à sua história.”

acessado em 24 de outubro de 2017.

⁵ “Faz extensivo os efeitos civis dos casamentos, celebrados na forma das leis do imperio, aos das pessoas que professarem religião diferente da do Estado, e determina que sejam regulados ao registro e provas destes casamentos e dos nascimentos e obitos das ditas pessoas, bem como as condições necessárias para que os Pastores de religiões toleradas possam praticar actos que produzão efeitos civis”. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1144-11-setembro-1861-55517-publicacaooriginal-74767-pl.html> acessado em 24 de outubro de 2017.

(Cucho, 2002: 195). Nesse sentido, a constituição da identidade – social e individual - inclui e exclui, ou seja, identifica-se com o grupo e distingue-se dos outros grupos. Essa exclusão pode se dar pela negação do outro, justificando o conflito e a violência.

Além da rejeição aos valores e princípios que não fossem católicos, a hierarquia católica apresentava forte reação às ideias liberais. As denominadas liberdades modernas, tais como a liberdade de consciência, de imprensa, de crença, de culto, eram repudiadas pela Igreja, que tentava impor suas normas e concepção de mundo⁶. Outra estratégia utilizada pela Igreja Católica para manter sua hegemonia em uma sociedade que ampliava sua crença na ciência foi instituir o dogma da infalibilidade do Papa nos temas referentes à fé e à ética, conforme o Concílio Vaticano I⁷.

Diante das considerações anteriores, não há como negar que os valores e princípios da Igreja Católica estiveram presentes na construção da identidade nacional religiosa. Basta observarmos as tradições religiosas que apresentam símbolos católicos, os feriados religiosos, dezenas de praças públicas com nome e símbolos católicos – cruz, imagem de santo.

3. Brasil República: ideais positivistas *versus* ideais católicos

Apesar das discussões acerca da liberdade religiosa no Império, foi com a República que as relações entre Estado e Igreja sofreram alterações significativas. Em 7 de janeiro de 1890, o Governo Provisório publicou o Decreto 119-A⁸.

⁶ O documento produzido pelo Concílio Vaticano I determinou que “4. Sobre a fé e a razão 1816. Cân. 1 - Se alguém disser que na revelação divina não há nenhum mistério verdadeiro e propriamente dito, mas que todos os dogmas da fé podem ser compreendidos e demonstrados pela razão, devidamente cultivada, por meio dos princípios naturais – seja excomungado [cf. n° 1795 sq].

1817. Cân. 2 – Se alguém disser que as ciências humanas devem ser tratadas com tal liberdade que as suas conclusões, embora contrárias à doutrina revelada, possam ser retidas como verdadeiras e não possam ser proscritas pela Igreja – seja excomungado [cf. n° 1797-1799].

1818. Cân. 3 - Se alguém disser que às vezes, conforme o progresso das ciências, se pode atribuir aos dogmas propostos pela Igreja um sentido diverso daquele que ensinou e ensina a Igreja - seja excomungado [cf. n° 1800]”. (Concílio Vaticano I, 1870)

⁷ “Cap. IV – O Magistério infalível do Romano Pontífice.

1839. Por isso Nós [...] ensinamos e definimos como dogma divinamente revelado que o Romano Pontífice, quando fala ex cathedra, isto é, quando, no desempenho do ministério de pastor e doutor de todos os cristãos, define com sua suprema autoridade apostólica alguma doutrina referente à fé e à moral para toda a Igreja, em virtude da assistência divina prometida a ele na pessoa de São Pedro, goza daquela infalibilidade com a qual Cristo quis munir a sua Igreja quando define alguma doutrina sobre a fé e a moral [...]” (Concílio Vaticano I, 1870)

⁸ “O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefê do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, constituído pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, DECRETA: Art. 1° E’ prohibido á autoridade federal, assim como á dos Estados federados, expedir leis,

Também no ano de 1890 foi aprovado o Código Penal Republicano, que estabeleceu uma nova ordem legal e jurídica para o nascente regime republicano, desvinculando o Estado da doutrina católica. Destacamos a garantia de liberdade dos indivíduos de professarem uma religião, instituída pelo Decreto 847 deste Código Penal⁹.

Todavia, a doutrina espírita e as religiões afro-brasileiras não obtiveram a mesma igualdade de direitos; ao contrário, houve a criminalização dessas manifestações, em um regime que se autodefinia como secular¹⁰.

Com o nascimento e a consolidação do regime republicano, o que pudesse suscitar desordem e indisciplina no espaço público não poderia ser aceito, principalmente se estivessem presentes africanos, afrodescendentes, mestiços, ameríndios. Portanto, estava plenamente justificado, legalmente, a criminalização das religiões de matriz africana e a doutrina espírita, não obstante esta última ser praticada por membros da classe média, letrados e brancos.

As práticas terapêuticas populares, como benzedura, garrafadas, banhos de ervas, uso de amuletos, deixaram de ser aceitas pelas autoridades do país e deveriam

regulamentos, ou actos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e crear diferenças entre os habitantes do paiz, ou nos serviços sustentados á custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões philosophicas ou religiosas. Art. 2º a todas as confissões religiosas pertence por igual a facultade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos actos particulares ou publicos, que interessem o exercicio deste decreto. Art. 3º A liberdade aqui instituida abrange não só os individuos nos actos individuaes, sinão tabem as igrejas, associações e institutos em que se acharem agremiados; cabendo a todos o pleno direito de se constituirem e viverem collectivamente, segundo o seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder publico. Art. 4º Fica extincto o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerrogativas”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm acessado em 24 de outubro de 2017.

⁹ “CAPÍTULO II DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE PESSOAL. Art. 179. Perseguir alguém por motivo religioso ou politico: Pena - de prisão cellullar por um a seis mezes, além das mais em que possa incorrer. CAPITULO III DOS CRIMES CONTRA O LIVRE EXERCICIO DOS CULTOS Art. 185. Ultrajar qualquer confissão religiosa vilipendiando acto ou objecto de seu culto, desacatando ou profanando os seus symbolos publicamente: Pena - de prisão cellullar por um a seis mezes. Art. 186. Impedir, por qualquer modo, a celebração de ceremonias religiosas, solemnidades e ritos de qualquer confissão religiosa, ou perturba-a no exercicio de seu culto: Pena - de prisão cellullar por dous mezes a um anno. Art. 187. Usar de ameaças, ou injurias, contra os ministros de qualquer confissão religiosa, no exercicio de suas funcções: Pena - de prisão cellullar por seis mezes a um anno” Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html> acessado em 24 de outubro de 2017.

¹⁰ “CAPITULO III DOS CRIMES CONTRA A SAUDE PUBLICA. Art. 156. Exercer a medicina em qualquer dos seus ramos, a arte dentaria ou a pharmacia; praticar a homeopathia, a dosimetria, o hypnotismo ou agnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos: Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilegios, usar de talismans e cartomancias para despertar sentimentos de odio ou amor, inculcar cura de molestias curaveis ou incuraveis, emfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica: Art. 158. Ministras, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer fórma preparada, substancia de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o officio do denominado curandeiro”. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049> acessado em 24 de outubro de 2017.

deixar de ser acreditadas e aceitas pela população, mesmo que à força. Crer e fazer uso dessas práticas era considerado ilegal, atrasado e irracional. Contudo, tais práticas eram comuns entre a população, porque, além de ser um comportamento sociocultural, dava-se em virtude da carência na prestação dos serviços públicos na área da saúde, e eram os considerados praticantes ilegais da medicina que supriam a ausência do Estado.

E essas pessoas que exerciam, até então, livremente o curandeirismo - pajés-caboclos, sobreviventes de nações indígenas, herdeiros de tradições curativas africanas, rezadores, benzedeiras, raizeiros, curadores de cobra, adeptos de confissões religiosas mediúnicas, dentre outros - foram rotulados como charlatães e praticantes da medicina ilegal (Schitzmeyer, 2004: 76). Portanto, as ações governamentais impunham um projeto republicano de manutenção e garantia da ordem, criminalizando práticas e comportamentos que não seguissem as ideias e os ideais hegemônicos, ou seja, branco, europeu, racional e científico.

No que se refere ao ensino religioso, a Constituição de 1891, no Art. 72, determinava que seria ministrado em estabelecimentos públicos. O § 3º desse mesmo Artigo também garantia a todos os indivíduos e confissões religiosas o poder para exercerem pública e livremente seus cultos, "Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer publica e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito *commum*". (Redação dada pela Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1926¹¹)

Conforme as discussões da época, ao Estado não caberiam a catequese e a propaganda religiosa. Se assim o fizesse, naturalmente preferiria a de uma única religião. No entanto, havia uma resistência dos católicos para que permanecesse o ensino religioso nas escolas.

Quanto às relações diplomáticas entre o Estado Republicano Brasileiro e a Santa Sé, em tese, deveriam ter sido rompidas. No entanto, quando essas proposições eram discutidas, acabavam sendo sempre derrotadas e rejeitadas por um governo que se intitulava laico (Leite, 2011: 45).

Como se pôde verificar no breve esboço histórico que realizamos acerca da construção da intolerância religiosa – do período colonial até a Proclamação da República, quando foi declarado que o Estado brasileiro era laico e garantia a liberdade religiosa -, as leis eram contraditórias, pois se, por um lado, garantiam o direito à liberdade de culto, por outro, criminalizavam e perseguiram as manifestações religiosas

¹¹ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm, acessado em 24 de outubro de 2017.

de homens e mulheres negros e dos segmentos sociais mais empobrecidos, porque consideradas atrasadas e não condizentes com a implantação de um Estado que se propunha moderno, como os Estados europeus.

Decorridos mais de 100 anos da Proclamação da República e após 4 Constituições (1934, 1937, 1946, 1988), o Estado brasileiro garante a liberdade de culto e o respeito às manifestações religiosas de origem africana e indígena? As atitudes, comportamentos e práticas no cotidiano social brasileiro são pautadas na convivência entre as diferentes identidades religiosas? Como dado da realidade nacional que será apresentado nos próximos tópicos, selecionamos de forma intencional dados da pesquisa do LERR (2017) e um caso ocorrido no Município de Londrina, Paraná (região Sul do Brasil) para demonstrar que ainda prevalecem atitudes e comportamentos com base na intolerância, na violência e no racismo.

4. Secularização e Laicidade: agenda pública brasileira no século XXI

Constatamos que discursos com características de fundamentalismo religioso, geradores de desrespeito e ações violentas, manifestam-se de forma pública no cotidiano de muitas cidades brasileiras. Como exemplo, selecionamos duas situações ocorridas no ano de 2017 que ganharam relevância internacional após o processo eleitoral para a Presidência da República em 2018: o batismo cristão nas águas do Rio Jordão em Israel do Deputado Federal Jair Bolsonaro¹², representante do estado do Rio de Janeiro que possuía uma agenda pública em que criticava a concepção de Estado Laico brasileiro e, em outro contexto, quando o respectivo legislador esteve em Campina Grande, cidade nordestina do estado da Paraíba¹³ e discursou: “

Nós somos um país cristão, Deus acima de tudo! Não existe essa historinha de Estado Laico não, é Estado cristão! Vamos fazer o Brasil para as Maiorias! As minorias têm que se curvar às maiorias! A lei deve existir para proteger as maiorias! As minorias se adequem(sic) ou simplesmente desapareçam! (Bolsonaro, 2017¹⁴)

No Brasil, o processo de secularização e de separação na esfera pública do Estado e da Igreja Católica ao longo dos séculos XIX e XX não produziu um

¹² Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/enquanto-votacao-do-impeachment-acontecia-bolsonaro-era-batizado-em-israel-19287802.html>, acessado em 27 de junho de 2017.

¹³ Disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/politica/bolsonaro-desembarca-na-paraiba-em-busca-de-votos-para-presidente.html>. Acesso em 27 de junho de 2017.

¹⁴ Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CACHA1Pev2g>. Acesso em: 7 de dez. 2017.

arrefecimento da fé ou da adesão religiosa na maior parte da população; o que torna o cenário religioso brasileiro complexo e peculiar. No entanto, o pesquisador James Beckford (1999: 55), em sua pesquisa na Inglaterra e no País de Gales, indica que uma das ironias do processo de secularização é que na religião, quando perde seu sentido de coesão social, que molda e atua como propulsora da vida social e cultural em determinada sociedade, há mais controvérsias e problemas que anteriormente.

No Brasil do século XXI, as religiões de matriz africana ainda continuam sendo vítimas da intolerância religiosa, principalmente por parte de membros e líderes das igrejas neopentecostais. O Estado brasileiro não tem conseguido efetivar, por meio das diferentes políticas públicas (Educação, Saúde, Assistência Social, Segurança, Trabalho e renda, dentre outras), o respeito ao grupo populacional adepto das religiões de matriz africana. A garantia do acesso ao direito à liberdade religiosa e de culto está associada às ações do Estado que ao mesmo tempo é dominado pelos grupos majoritariamente cristãos.

Essa dificuldade também é expressa por Beckford (1999) ao problematizar que, “mesmo quando o pluralismo faz parte do discurso público sobre as relações entre a maioria e as minorias, não há garantia de compromisso com o ‘respeito igual’ ou a ‘igualdade de oportunidades’” (Beckford, 1999: 57 – tradução nossa)

Ao refletir sobre a problematização colocada por Beckford (1999), temos características da conjuntura religiosa que exigem um cuidado epistemológico, porque os cultos e práticas das religiões de matriz africana estão distantes do sistema simbólico cristão e não possuem a mesma lógica e ética, isto é, “não se baseia na visão dualista do bem e do mal estabelecida pelas religiões cristãs” (Silva, 2005: 12-13).

A forma de pensamento predominante, associado com a matriz religiosa cristã, possui a percepção do saber hierarquizado por meio de cursos formais como Teologia e Filosofia em organizações de ensino confessionais (reconhecidas pelo Ministério da Educação ou como cursos livres ministrados nas próprias sedes das diferentes igrejas cristãs) distribuídas no território nacional. Contudo, a organização dos Terreiros ou Casa de Santos não segue a mesma lógica de formação e iniciação. A tradição oral é a principal estratégia para disseminar o saber aos adeptos das religiões de matriz africana e promover os sucessivos estágios aos seus líderes. Por isso, o pensamento social predominante no Brasil fundamenta sua análise na acusação de que as práticas religiosas do Candomblé, da Umbanda, do Tambor de Mina, dentre outras, são charlatanismo, “magia negra”, feitiçaria, seita demoníaca (Silva, 2005).

Ao elucidar os elementos históricos e sociais e as características sobre a diversidade religiosa brasileira, cumprimos com as indicações da Sociologia das Religiões propostas por Beckford (1999), que destaca que a configuração da diversidade religi-

osa varia de acordo com a história religiosa de cada país, assim como a relevância política e as implicações sociais dessa diversidade também variam conforme as circunstâncias apresentadas. O pesquisador destaca: “É por isso que considero importante fundamentar o estudo da crescente diversidade religiosa em casos particulares, isto é, no contexto de fatores históricos, culturais e sociais que influenciam a percepção da diversificação em qualquer país.” (Beckford, 1999: 57 – tradução nossa).

A equipe de pesquisadores do LERR/UEL ratifica a discussão de Beckford (1999) como uma das estratégias de investigação para conhecer a diversidade e as diferentes identidades religiosas em Londrina, e também para identificar e atuar frente às formas de preconceito, intolerância religiosa associadas com as políticas e o espaço público, tendo em vista que a agenda pública londrinense está permeada por motivações religiosas, discursos de ódio e práticas de violência e intolerância religiosa.

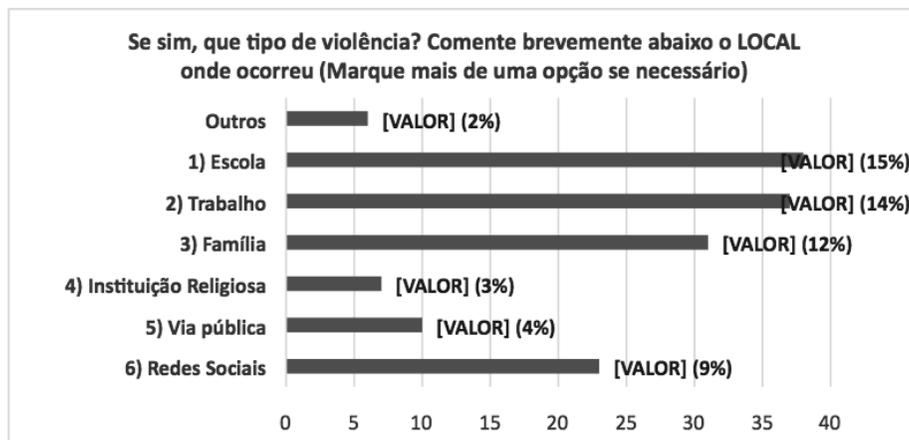
Como indicado na Introdução, sob a perspectiva integrada de pesquisa e extensão, foi realizado o levantamento quantitativo de dados coletados a partir de inquérito com aplicação de questionários aos 290 professores vinculados à Educação Básica que participaram do Curso de Formação Continuada “Educação e Diversidades” (2017) em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Londrina.

Os inquiridos caracterizam-se do seguinte modo: a) a maioria é adulta, 70,0% possui entre 31 e 50 anos, 17,0% está com idade entre 21 e 30 anos e os demais, 12,0%, estão acima de 51 anos; b) a formação acadêmica em Pedagogia é predominante, com 61,0%; o curso de Letras possui 9,0% dentre os formados e o de Educação Física, 5,0%; os demais estão distribuídos em diversos cursos: História, Língua Estrangeira, Matemática, Biologia, Sociologia, Geografia, dentre outros.

Quanto à adesão religiosa, 74% afirma possuir uma religião; 4% não possui e os demais não responderam. Com relação à identidade religiosa, a predominância é de cristãos, sendo 49% católicos, 20% protestante-evangélicos. Os grupos religiosos minoritários são espíritas, 2%, e os demais são das seguintes matrizes: 0,7% oriental, 0,7% judaica, 0,3% afro-brasileira, 0,3% islâmica.

Com relação ao tema da intolerância e violência religiosa, os dados coletados indicam que aproximadamente 34,0% dos sujeitos sofreram algum tipo de violência simbólica/intolerância religiosa. Consideramos que o ambiente escolar público, sob os princípios constitucionais brasileiros, seria um espaço primordial de consolidação das diferentes identidades que compõem a formação nacional. No entanto, parte significativa de seus profissionais (professores) já possui experiências negativas nesse sentido. Quando questionados, informam que o espaço da escola/trabalho foi onde ocorreu o maior número de incidências.

Tabela 1: Locais onde ocorre intolerância religiosa



Fonte: Questionário aplicado aos professores vinculados à Educação Básica em 2017

Nessa busca de compreender a permanência da intolerância religiosa nos dias atuais, inclusive no espaço público, como demonstrado acima, considerando o recorte local da pesquisa quantitativa, selecionamos, de forma intencional, e será apresentado a seguir, sob a perspectiva de análise qualitativa, um caso de violência no contexto religioso brasileiro que é expressão recorrente junto às pessoas participantes das regiões de matriz africana ou afro-brasileira, apesar do arcabouço legal que garante a liberdade religiosa e de culto no Brasil (CF 1988).

5. Londrina do século XXI: a intolerância religiosa continua!

A cidade de Londrina, localizada na região norte do Estado do Paraná, é a segunda maior do Estado, contabilizando 563.943 habitantes, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2018), e está a aproximadamente 390 quilômetros da capital, Curitiba. O caso de violência e intolerância religiosa sofrido pela Mãe de Santo Yá Mukumby e sua família, em 2013, representa inúmeros outros que permanecem ou se espalham por todo o Brasil.

A pesquisa eletrônica permite ter acesso a vários casos que expressam a permanência da respectiva realidade analisada. A título de exemplo, citamos duas ocorrências: “Criança é vítima de intolerância religiosa no Rio. Após pedrada, homens fizeram vários insultos e fugiram em um ônibus. Crime aconteceu quando grupo

voltava de um culto de Candomblé.”, fato ocorrido no ano de 2015¹⁵; “Casa de candomblé é derrubada pelo governo do DF, ‘Intolerância religiosa’, diz OAB. Construção é filial da Casa do Caboclo, entidade fundada em 1975. Governo afirma que área pública sofria ‘parcelamento irregular’.”¹⁶.

O Brasil possui dimensões continentais e os casos de violência e intolerância religiosa estão presentes em todo o seu território. Há uma gama não mensurável de grupos e minorias religiosas (não católicas ou não protestantes-evangélicas) que ampliam o lastro da diversidade religiosa, assim como outros aspectos que incrementam a construção cotidiana de novas relações a partir de elementos emergentes na sociabilidade religiosa, como o trânsito religioso entre os adeptos do cristianismo e das diferentes matrizes religiosas e, ainda, no sentido de reconhecer as novas sociabilidades, a situação de múltiplo pertencimento religioso.

Não nos propomos a discutir os conceitos de diversidade e pluralismo religioso, porém consideramos necessário esclarecer que utilizamos a categoria diversidade enquanto possibilidade de o indivíduo ser livre para expressar sua religião e religiosidade. Cada religião é única e particular, apresenta linguagens, saberes, ritos e rituais, doutrinas e símbolos diferentes e diversos, além de significados múltiplos para situações e vivências individuais e coletivas, moldando e sendo moldada pela cultura local, regional e nacional. Nesse sentido, cada pessoa relaciona-se com o sagrado, ou seja, com o que é considerado fora do mundo terreno, de acordo com sua cultura, sua identidade, sua sociabilidade.

A partir dessa perspectiva, consideramos fundamental que os indivíduos, que professam ou não uma crença, respeitem os templos, os ritos, os símbolos e as imagens diferentes de sua cosmovisão, haja vista que a discriminação, a perseguição e a violência ferem o direito de cada pessoa, de cada grupo e comunidade expressar seu pensamento e modo de vida, indo contra os direitos mais elementares - os Direitos Humanos.

Cabe destacar que, não obstante utilizarmos a categoria diversidade religiosa, consideramos necessário apresentar, mesmo que brevemente, alguns apontamentos da pesquisadora Helena Vilaça sobre pluralismo religioso, com o intuito de estabelecer no presente artigo um sucinto diálogo entre diversidade e pluralismo. Para Vilaça, o pluralismo é uma das características da modernidade, relacionado com “a homoge-

¹⁵ Reportagem do Portal G1, sem autoria. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/crianca-e-vitima-de-intolerancia-religiosa-no-rio.html>, acessado em 25 de maio de 2019.

¹⁶ Reportagem do Portal G1 por Marília Marques e Letícia de Oliveira, G1 DF e TV Globo. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/05/24/casa-de-candomble-e-derrubada-pelo-governo-do-df-intolerancia-religiosa-diz-oab.ghtml>, acessada em 25 de maio de 2019.

neidade/heterogeneidade da sociedade e, desta forma, também com o tema do etnocentrismo, da religião ou da cultura em sentido mais estrito” (Vilaça, 2003: 24). O fato de sociedades serem configuradas pela diversidade religiosa não significa que exista pluralismo, pois este só é viável em sociedades democráticas e que apresentem também um pluralismo cultural: “onde o poder se encontra disperso por várias organizações, porque somente em tal situação é possível a coexistência dos seus elementos num mesmo campo sem monopólio de qualquer um deles.” (Vilaça, 2003: 26). Ainda segundo a autora, o pluralismo religioso condiz com o pluralismo de culturas, realidades e historicidades.

A partir das colocações da referida pesquisadora, consideramos que a sociedade brasileira, e o Estado que a representa, não garante o respeito e a diversidade, muito menos o pluralismo religioso. Fazemos esta afirmação considerando que os casos que atentam contra o respeito à diversidade religiosa brasileira estão associados com o processo econômico, histórico, social e cultural e emergem na mídia nacional e internacional, desqualificando e influenciando “a percepção da diversificação” (Beckford, 1999: 57) no país. Em Londrina, no mês de agosto de 2013, a Mãe de Santo Yá Mukumby, sua mãe Alial (que desempenhava a função de Eked no terreiro liderado por Yá Mukumby) e sua neta foram brutalmente assassinadas na cidade de Londrina-PR, por um homem considerado “doente mental” de origem religiosa pentecostal¹⁷.

O inquérito policial que foi encaminhado ao Sistema Judicial indicava o jovem assassino como portador de problemas de saúde mental; as conclusões da investigação sofreram questionamentos pelo Coletivo “Por amor à Yá Mukumby”, quando um de seus líderes afirmou: “Não queremos que o caso caia no esquecimento [...] Além de abordarmos a questão da intolerância religiosa, vamos protestar contra o feminicídio, pois além da Dona Vilma, mais três mulheres foram assassinadas” (Mendes, 2014¹⁸).

Tendo em vista nosso recorte, é importante destacar que a participação política de Yá Mukumby na região metropolitana de Londrina era expressiva, tanto pela cadeira ocupada no Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial, atuação no Movimento Negro, quanto pela articulação dentro da Universidade Estadual de Londrina para a implantação do ingresso no vestibular com o Sistema de Cotas e seu aprimoramento ao longo das avaliações periódicas.

¹⁷ Fontes para pesquisa: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/ya-mukumby-e-outras-tres-pessoas-sao-assassinadas-a-facadas-na-zona-oeste-c4jja23t9ugfb07k90gyh22q6>; <http://correionago.com.br/portal/a-presssa-em-desracializar-a-morte-de-ya-mukumby-2/>.

¹⁸ In “Sem sucessor casa de Candomblé de Yá Mukumby será fechada”, por Samara Rosenberger, do Portal Bonde de Notícias. Disponível em: <https://www.bonde.com.br/bondenews/londrina/sem-sucessor-casa-de-candomble-de-ya-mukumby-sera-fechada-333212.html>. Acessado em 25 de maio de 2019.

O assassinato de Yá Mukumby, de dona Alial e da neta provocou, além da tragédia e da perda irreparável dos familiares e amigos, o fechamento de sua Casa de Santo. A morte inesperada e abrupta, associada ao fato de não haver uma liderança religiosa preparada para sucedê-la, impôs o encerramento das atividades do Terreiro¹⁹.

O Ilê Axe Ogum Megê de Yá Mukumby era um centro de resistência contra o preconceito, o racismo e produzia inúmeras perspectivas de superação das violências impostas aos negros, afro-brasileiros e adeptos da religião de matriz africana que era praticada no *locus*. Além das atividades religiosas, as culturais, artísticas e de extensão universitária eram presentes e permanentes.

As informações apresentadas sobre o caso de Yá Mukumby e sua família, o encerramento das atividades no seu Ilê, localizado em um bairro de periferia da região metropolitana de Londrina, associadas com os dados oriundos da pesquisa (LERR, 2017) a partir do quadro de professores da Secretaria Municipal de Educação sobre situações de violência e intolerância religiosa no ambiente escolar, tornam público o fato de que tais práticas perduram nas estruturas da sociedade brasileira contemporânea, ora no cotidiano social dos cidadãos em geral, ora nos discursos das elites que ocupam os cargos e postos no Estado.

A discussão apresentada reconhece que os caminhos epistemológicos e jurídico-investigativos podem ser distintos. No entanto, subliminarmente, tanto no Brasil como na América Latina, existem os limites católico-cêntricos, em que a formação dos Estados, universidades, organizações sociais e profissionais está associada ao cristianismo (primeiro católico e depois protestante-evangélico). Esse aspecto foi formulado por Alejandro Frigerio (2018), que destaca que a compreensão do monopólio católico como algo natural nas sociedades latino-americanas, o qual tem sido quebrado somente nas últimas décadas, provoca uma percepção estereotipada e simplificada da religião. Ao criar uma situação entre o antes e o depois do monopólio, impossibilita-se a percepção de que sempre existiu uma diversidade religiosa nessas sociedades, cuja importância social também foi pouco estudada em virtude de sua pouca visibilidade social, porque foi fortemente regulada pelo Estado e combatida pela Igreja Católica e por diferentes profissionais, como médicos, psicólogos, jornalistas.

A prolongada repressão e tentativas de controle das práticas religiosas dissidentes das práticas católicas “han sido poco considerados y estudiados ya que los académicos hemos naturalizado la hegemonía del catolicismo, ayudando a invisibilizar la diversidad desplazándola a categorías residuales como “religiosidad popular”,

¹⁹<https://www.bonde.com.br/bondenews/londrina/sem-sucessor-casa-de-candomble-de-ya-mukumby-sera-fechada-333212.html>. Acessado em 18 de julho de 2018.

“curanderismo” o “esoterismo” (Frigerio, 2018: 52-53).

As formulações de Frigerio (2018) sobre a compreensão da realidade religiosa e os esforços epistemológicos no sentido de superação dos limites positivados lançam perspectivas para consolidar novas produções sobre as temáticas das religiões e religiosidades no campo das Ciências Sociais e Humanas e para reconhecer as mudanças em curso nas sociedades humanas.

Destacamos que Gordon Melton, diretor do Instituto para o Estudo da Religião Americana, indicou a liberdade religiosa como uma variável que qualifica a liberdade humana no século XXI, considerando que o crescimento desta liberdade foi possível graças à separação das estruturas religiosas do controle do Estado e o favoritismo decorrente deste controle (Melton, 1995: V). Ademais, esse crescimento possibilitou a existência de um estado secular, que pode constituir um Estado de Direito, o qual, por sua vez, garante a coexistência de diferentes grupos religiosos. Em uma sociedade democrática, a pluralidade religiosa pode tornar-se uma ocasião para o diálogo e a consciência da heterogeneidade da vida humana, mas “tornou-se um pretexto para hostilidade ou um plano para a incompreensão e ódio irracional” (Melton, 1995: V).

As reflexões que realizamos nos autoriza afirmar que as contribuições da Sociologia das Religiões e os conceitos sobre diversidade, pluralismo, trânsito e múltiplo pertencimento religiosos são fundamentais para ampliar as interpretações e as compreensões do tema junto à agenda pública.

6. Considerações Finais

A intolerância religiosa no Brasil do século XXI é motivo de preocupação, ou deveria ser, para pesquisadores da área das Ciências Humanas e para as autoridades legalmente constituídas, tendo em vista que se coloca contra os Direitos Humanos, ou seja, o direito à liberdade religiosa, e dissemina a violência contra o que é diferente, particularmente, as religiões de matriz africana.

Desde o período colonial, evidenciamos uma trajetória de práticas de violência e intolerância religiosa contra os africanos, afro-brasileiros e indígenas. Foi possível identificar que o regime republicano “oficialmente” laico e democrático” não produziu processos sociais civilizatórios e que sanassem as contas com o nosso passado.

Os dados quantitativos, decorrentes da pesquisa do Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades com professores (LERR, 2017), apontaram que há a permanência e a incidência de violência e intolerância religiosa e que o ambiente

escolar público é o principal local de sua reprodução.

A matriz religiosa cristã brasileira possui grupos que reforçam discursos de ódio e intolerância, causando danos, dor e diferentes formas de violência, geralmente impostas às pessoas adeptas das religiões afro-brasileiras, dentre outras minorias religiosas.

O estímulo às práticas de intolerância e violência tornam-se importantes instrumentos na disputa do mercado religioso brasileiro, já que essas atitudes de violência vêm particularmente associadas a grupos ligados às igrejas pentecostais, neopentecostais e carismáticos católicos, os quais, incentivados pelos seus líderes, focam suas estratégias junto aos consumidores/público/fiéis com a intenção de ampliar seus adeptos. Contudo, é importante destacar que há líderes e grupos religiosos que condenam e combatem o desrespeito e a intolerância com as religiões de matriz africana, indígena e outras.

Frente ao contexto nacional do século XXI, também é relevante destacar o reconhecimento por parte dos pesquisadores das diferentes áreas do conhecimento – Sociologia, Antropologia, História - da diversidade e das diferentes identidades religiosas em diferentes *lôcus* (local, regional, nacional e internacional), com a realização de investigações e denúncias de práticas de violência contra grupos religiosos minoritários.

Os diferentes tipos de produtos, decorrentes das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, sobre as religiões e religiosidades podem alcançar distintos espaços de disseminação (escolas básicas, secundárias, superior; associações científicas; organizações da sociedade civil; canais das mídias, dentre outros) e contribuir para consolidação de uma maior qualidade na sociabilidade e liberdade humana.

Os órgãos públicos brasileiros possuem arcabouço legal e institucional, no século XXI, para exercerem e disseminarem conhecimentos e saberes que possam levar a combater as diferentes e usuais formas de preconceito, intolerância e violência religiosa, discursos de ódio e práticas correlatas.

A Constituição Federal de 1988 torna imprescindível posicionamentos contrários às práticas de violência e ódio que valorizam e justificam as ações dos grupos majoritários em suas ações de "combate" aos grupos minoritários. A concepção de Estado Laico no Brasil é uma forma de proteção de todos os cidadãos religiosos ou não, tendo em vista o reconhecimento da liberdade religiosa e seu exercício em todo o território.

Referências Bibliográficas

- ASSIS, Angelo Adriano Faria de; SANTOS, João Henrique dos; RAMOS, Frank dos Santos (2004), A figura do herege no Livro V das Ordenações Manuelinas e nas Ordenações Filipinas, *Revista Justiça & História*, v. 4, nº 7, Porto Alegre. [consult. a 07.12.2017]. Disponível em: https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucha/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v4n7/doc/02__Angelo_Assis_formatado.pdf.
- BECKFORD, James A. (1999), Managing Religious Diversity in England and Wales. *International Journal on Multicultural Societies (IJMS)*, vol. 1, n. 2, pp. 55-66 [consult. a 24.02.2019]. Disponível em: www.unesco.org/shs/ijms/vol1/issue2/art2.
- BOURDIEU, Pierre (2004). *A economia das trocas simbólicas*. 5 ed. São Paulo: Perspectiva.
- BRASIL, Decreto Lei nº 847, de 11 de outubro de 1890. [consult. a 14.10.2017]. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>.
- CARDOSO, Clodoaldo M. (2003), *Tolerância e seus limites: um olhar latino-americano sobre diversidade e desigualdade*. São Paulo: Editora UNESP.
- Concílio Vaticano I. MONTFORT Associação Cultural. [consult. a 24.10.2017]. Disponível em: <http://www.montfort.org.br/bra/documentos/concilio/vaticano1/>.
- COSTA, Hermisten Maia Pereira da (2006). O protestantismo no Brasil: aspectos jurídicos, culturais e sociais de sua implantação. *Ciências da religião - História e Sociedade*, v. 4, n. 1, pp. 93-121, [consult. a 24.10.2017]. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cr/article/view/550/348>.
- CUCHE, Denys (2002). *A noção de cultura nas ciências sociais*. 2 ed. Bauru: EDUSC.
- EISENBERG, José (2004). A escravidão voluntária dos índios do Brasil e o pensamento político moderno. *Análise Social*. vol. XXXIX, nº 170, pp. 7-35, [consult. a 05.06.2017]. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218704648R7vGO3gi9Rk66BF2.pdf>.
- FISCHMANN, Roseli (2001). Educação, Direitos Humanos, Tolerância e Paz. *Paidéia*, v.11, n 20, pp. 67-77, [consult. a 05.06.2017]. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paideia/article/view/46605>.
- FRIGERIO, Alejandro (2018). **¿Por qué no podemos ver la diversidad religiosa?: Cuestionando el paradigma católico-céntrico en el estudio de la religión en Latinoamérica**. *Cultura representaciones soc*, vol.12, n.24, pp.51-95. [consult. a 05.05.2019] Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2007-81102018000100051&lng=es&nrm=iso
- HERMANN, Jacqueline (2005). *As metamorfoses da espera: messianismo judaico, cristãos-novos e sebastianismo no Brasil colonial*, pp. 339-354. [consult. a 05.06.2017]. Disponível em: <file:///C:/Users/silva/Documents/Textos%20da%20internet%20-%20Religião/Intolerância/Intolerância%20-%20cristãos%20novos.pdf>
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2018). *População/Londrina*. [consult. a

- 02.05.2019]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/londrina/panorama>.
- MELTON, J. Gordon (1995). Prefácio. *Tolerância religiosa e Diversidade religiosa*. Instituto para o Estudo da Religião Americana, pp. V-VII. [consult. a 02.05.2017] Disponível em: <https://www.scientologyreligion.pt/religious-expertises/religious-toleration/page1.html>.
- NASCIMENTO, Abdias do (1978). *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ORO, Ari Pedro; CAMURÇA, Marcelo Ayres (2018). Da secularização ao espaço público: meandros e mediações frente ao esquema de separação entre secular e religioso. *Horizonte. antropológico*. Porto Alegre, ano 24, n. 52, pp. 7-20.
- SILVA, Vagner Gonçalves (2005). *Candomblé e Umbanda: caminhos da devoção brasileira*. 2 ed. São Paulo: Selo Negro.
- SILVA, Claudia Neves (2008). *As ações assistenciais promovidas pelas igrejas pentecostais no Município de Londrina (1970 – 1990)*. 181 p. Assis. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de História, Universidade Estadual Paulista.
- SILVA, Claudia Neves; LANZA, Fábio (2014). *Jovens universitários e pertencimento religioso: conciliando religião e laicidade!* Disponível em: http://historico.aps.pt/viii_congresso/VIII_ACTAS/VIII_COM0731.pdf
- SORIANO, Aldir Guedes (2002). *Liberdade religiosa no direito constitucional e internacional*. São Paulo: J. de Oliveira, pp.70-71.
- VILAÇA, Helena (2003). *Da torre de Babel às terras prometidas: Estratégias sociológicas para o estudo do pluralismo religioso na sociedade portuguesa*. 488 p. Porto. Dissertação de Doutoramento (Sociologia) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto. [consult. a 25.05.2019]. Disponível em: <file:///C:/Users/silva/Documents/2019/Artigo%20-%20Univ%20Porto/Tese%20-%20Helena%20Vila%C3%A7a.pdf>.
- WACHHOLZ, Wilhelm (2009). Identidades forjadas na interdependência: o caso católico e protestante no Brasil do século XIX. *Revista Mosaico*, v.2, n.2, p.117-124. [consult. a 07.07.2017] Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/viewFile/969/677>.
- WILSON, Bryan R (1995). *Tolerância religiosa e Diversidade religiosa*. Instituto para o Estudo da Religião Americana. [consult. a 07.05.2019]. Disponível em: <https://www.scientologyreligion.pt/religious-expertises/religious-toleration/page1.html>.

Claudia Neves da Silva (autora de correspondência). Doutora em História (UNESP – Assis SP). Professora Associada do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina/UEL (Londrina, Brasil). Morada de correspondência: Universidade Estadual de Londrina – CESA-SER, Rodovia Celso Garcia Cid, Pr. 445 Km 380, Campus Universitário, Cx. Postal 10.011, CEP 86.057-970, Londrina-Paraná, Brasil. Email: claudianeves@sercomtel.com.br

Fabio Lanza. Doutor em Ciências Sociais (PUC SP). Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO) da Universidade Estadual de Londrina/UEL (Londrina, Brasil). Morada de correspondência: Universidade Estadual de Londrina – CLCH-SOC, Rodovia Celso Garcia Cid, Pr. 445 Km 380, Campus Universitário, Cx. Postal 10.011, CEP 86.057-970, Londrina- Paraná, Brasil. Email: lanza1975@gmail.com

Artigo recebido em 15 de outubro de 2018 e aceite para publicação em 13 de maio de 2019

ESTATUTO EDITORIAL

SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO

ESTATUTO EDITORIAL

A *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, da responsabilidade do Departamento de Sociologia, iniciou a sua edição em 1991, na sequência da criação da Licenciatura em Sociologia, em 1985, e do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, três anos depois.

Na qualidade de revista científica, tem como objetivo principal a divulgação de trabalhos de natureza sociológica que primam pela qualidade e pela relevância, em termos teóricos e empíricos. É, igualmente, um espaço que inclui os contributos provenientes de outras áreas disciplinares das ciências sociais. Prossegue uma linha editorial alicerçada na diversidade teórica e metodológica, no confronto vivo e enriquecedor de perspetivas, no sentido de contribuir para o avanço e para a sedimentação em particular do conhecimento sociológico.

A Revista aceita trabalhos de diversa natureza – artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos – e em várias línguas como o português, francês, inglês e espanhol, o que visa alcançar um amplo campo de difusão e de internacionalização. Os trabalhos são avaliados por especialistas em regime de duplo anonimato. Publica-se semestralmente e com um número temático todos os anos.

A *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* está empenhada em assegurar a qualidade dos textos que publica e o cumprimento pelos intervenientes de uma postura que siga os princípios éticos exigidos para a edição de textos científicos. Serão respeitadas as normas do Committee on Publication Ethics (COPE) e da Associação Portuguesa de Sociologia (APS).

Responsabilidade dos autores:

- deverão garantir que os textos que submetem são originais, assumindo que não foram publicados – qualquer que tenha sido a sua forma de apresentação – e que não foram submetidos simultaneamente noutra publicação;
- deverão assegurar que o texto apresentado não é o resultado de uma prática de plágio ou de uma apropriação de criações intelectuais de outros autores sem o seu consentimento legal, sendo que ambos se constituem como práticas eticamente inaceitáveis;
- deverão assegurar previamente a permissão para a utilização de conteúdos provenientes de outras fontes;

- sempre que os artigos surjam como resultado de investigações, a metodologia deverá ser descrita de forma clara e inequívoca, para que as conclusões obtidas possam ser objeto de avaliação. Igualmente deverão indicar as referências usadas e os suportes de financiamento;
- nenhum dos dados ou resultados apresentados deverá ser alvo de falsificação ou distorção intencional, de forma a ir ao encontro de uma determinada linha orientadora do trabalho ou às hipóteses de investigação previamente delineadas;
- deverão indicar possíveis conflitos de interesses que poderão ocorrer no processo de avaliação;
- deverão participar ativamente no processo de revisão em colaboração com o editor;
- todas as informações curriculares prestadas deverão ser verdadeiras. Na autoria deverão ser incluídas todas as pessoas que deram o seu contributo tanto na conceção e planificação do trabalho, como na interpretação dos resultados e na elaboração do texto;
- no caso dos artigos escritos em coautoria, o autor de correspondência deverá garantir um consenso pleno na aprovação da versão final do texto e na sua submissão para publicação.

Responsabilidade dos avaliadores:

- assumir o compromisso de empreender uma avaliação crítica, construtiva, justa e imparcial, contribuindo para a qualidade científica do texto;
- não aceitar elaborar um parecer sobre um texto cujo tema ultrapassa as suas competências ou se verificar a existência de um conflito de interesses que impeça de realizar a avaliação;
- nos casos em que o avaliador considere que o texto deverá ser modificado, todas as alterações a implementar deverão ser devidamente apresentadas e justificadas;
- sempre que o avaliador detetar a existência de um texto que já tenha sido publicado, na íntegra ou em parte, ou que tenha sido submetido em simultâneo noutra publicação, ou então que não esteja de acordo com as normas éticas de publicação deverá comunicá-lo à Direção da revista.

Responsabilidade do editor:

- garantir uma posição de isenção e objetiva na avaliação dos textos, atendendo unicamente ao seu mérito científico. Respeitar a liberdade científica dos autores;
- garantir que todos os textos serão tratados de forma confidencial e que serão selecionados avaliadores o mais idóneos possível, que empreendam uma avaliação crítica e especializada dos textos submetidos para publicação;
- assegurar que o processo de avaliação decorrerá em regime de duplo anonimato e que os nomes e endereços apresentados na revista serão exclusivamente utilizados para os serviços por esta prestados, não sendo utilizados para outras finalidades ou fornecidos a terceiros;
- as alegações de plágio ou de uso indevido de textos publicados serão devidamente investigadas. Todos os textos submetidos para publicação serão sujeitos a uma verificação minuciosa para deteção de plágio. Nos casos em que o mesmo seja detetado ou em que se verifique a utilização de textos de outros autores sem autorização prévia dos mesmos, reserva-se o direito de tomar as medidas em conformidade.

SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES

N.º XXV, JANEIRO-JUNHO 2013

EDITORIAL

ARTIGOS

A mudança em Portugal, nos romances de Lídia Jorge: esboço de interpretação sociológica de uma interpretação literária

Augusto Santos Silva

Trabalho, Qualificação, Poder e Precariedade: uma abordagem dinâmica à estruturação dos modelos produtivos, a partir de um estudo de caso da profissão científica

Alfredo Campos

Desigualdades sociais e ação coletiva nas sociedades contemporâneas: a fecundidade teórica de Pierre Bourdieu e de Nicos Mouzelis

Nuno Nunes

Uma proposta multidisciplinar para o entendimento da centralidade urbana como facto social total

Adriano Zilhão

Propagandas e blogues como narrativas de políticas urbanas na cidade de Almada

Roselane Gomes Bezerra

A celebridade pós-moderna da solidão plural e da banalidade pública

Paulo Barroso

A política de *classe* na economia do Estado Novo: a burguesia como classe beneficiária

João Valente Aguiar

A inovação social como utopia renovada: o caso da Associação Humanitária Habitat

Vera Diogo e Paula Guerra

Para uma gramática museológica do (re)conhecimento: ideias e conceitos em torno do inventário participado

Lorena Sancho Querol

Incerteza e redefinições do trabalho médico: um estudo de caso sobre o aconselhamento genético no cancro hereditário

Hélder Raposo

RECENSÃO

Recensão crítica do livro *Des bons voisins. Enquête dans un quartier de la bourgeoisie progressiste*

Tiago Castro Lemos

N.º XXVI, JULHO-DEZEMBRO 2013

EDITORIAL

ARTIGOS

Toward a Sociology of Wealth: definitions and historical comparisons

Richard Lachmann

Principais estádios evolutivos da sociologia em Portugal

Hernâni Veloso Neto

Condomínios habitacionais fechados: (im)precisões conceptuais. Apontamentos para um debate sobre urbanidade e autonomia, segregação e qualidade de vida

Marta Martins

Análise comparativa dos divórcios em casais nacionais e binacionais em Portugal (2001-2010)

Sofia Gaspar, Madalena Ramos e Ana Cristina Ferreira

Carreira, arte feminista e mecenato: uma abordagem à dimensão económica do circuito artístico principal sob uma perspetiva de género

Rui Pedro Fonseca

Os movimentos sociais e a crítica epistemológica ao local de produção do conhecimento científico

Caetano De' Carli e Elizardo Scarpati Costa

As Paneleiras de Goiabeiras e a dinâmica da Cultura do Barro

Marcelo de Souza Marques e Vinicius de Aguiar Caloti

FÓRUM

The Vale do Amanhecer. Healing and spiritualism in a globalized brazilian new religious movement

Massimo Introvigne

Panoramas umbrais da modernidade: autoidentidade e o *dissensu* matrimonial em Anthony Giddens

Antônio Augusto Oliveira Gonçalves e Daniella Santos Alves

Implantação geográfica dos portugueses em França: evolução observada entre 1990 e 2009

Jorge Portugal Branco

RECENSÃO

Recensão crítica do livro *Portugal nas Transições – O Calendário Português desde 1950*

Miguel Quaresma Brandão

N.º XXVII, JANEIRO-JUNHO 2014

EDITORIAL

ARTIGOS

A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990

Ricardo Antunes

Trabalho e processos de marginalização social no século XXI: aproximações teóricas e dados estatísticos

Agostinho Rodrigues Silvestre e Luís Fernandes

Diplomados do ensino superior e posicionamentos avaliativos

Luísa Pinheiro

Participação associativa dos investigadores científicos em Portugal

Luís Junqueira, Ana Delicado, Raquel Rego e Cristina Palma Conceição

A economia social como setor empregador nos distritos de Viseu e da Guarda

Maria Teresa de Sousa e Ilona Kovács

Autonomia, autoridade e confiança em tempo de novas TIC: atitudes e práticas diferenciadas entre os alunos do secundário

Nuno Ferreira

Deambulações exploratórias no Centro Histórico de Guimarães – pontos de chegada sociológicos num estudo multidisciplinar

Natália Azevedo e Raquel Cadilhe Pereira

N.º XXVIII, JULHO-DEZEMBRO 2014

EDITORIAL

ARTIGOS

Política e Administração: em que medida a atividade política conta para o exercício de um cargo administrativo

João Bilhim

Para uma história operária do capital: classe, valor e conflito social

Ricardo Noronha

Da *Geração à Rasca* ao *Que se Lixe a Troika*. Portugal no novo ciclo internacional de protesto

José Soeiro

Rituais Familiares: Práticas e Representações Sociais na Construção da Família Contemporânea

Rosalina Costa

Padrões de mudança de casa e eventos de vida: uma análise das carreiras habitacionais

Magda Nico

A fotografia como retrato da sociedade

Ana Rita Bastos

Narrativas das relações entre o Estado e as organizações do terceiro setor: algumas pistas de análise

Paula Guerra e Mónica Santos

A Socialização Antecipatória para a Profissão Docente: estudo com Estudantes de Educação Física

Patrícia Gomes, Paula Queirós e Paula Batista

Fundos de conhecimento e egoredes: traduzindo uma abordagem teórico-metodológica

Filipa Ribeiro

TEXTOS

Contributos para a definição de uma visão estratégica na construção de um percurso profissional de sucesso

Rui Santos

N.º XIX, JANEIRO-JUNHO 2015

EDITORIAL

ARTIGOS

Uma etnografia das práticas e dos processos de produção de conhecimento em empresas e laboratórios

Luísa Veloso, Joana Lucas e Paula Rocha

Reverberações da medicalização: paisagens e trajetórias informacionais em consumos de performance

Telmo Costa Clamote

Pressupostos para a construção de uma sociologia das redes sociais

Joaquim Fialho

Redes sociais no recrutamento de imigrantes: fundamentos teóricos de uma proposta de explicação

Filipa Pinho

Das tensões entre desmistificar e reconhecer os discursos ao repensar o “social”: manifesto por uma sociologia eclética

Pedro dos Santos Boia

Espaços públicos: interações, apropriações e conflitos

Luciana Teixeira de Andrade e Luís Vicente Baptista

RSI, tolerância zero: o embrutecimento do estado

Ricardo Sá Ferreira

Os menores estrangeiros isolados ou não acompanhados em França e Portugal: a “batata quente”

Vítor Rosa

RECENSÃO

Recensão crítica da obra *De l’artification. Enquêtes sur le passage à l’art*

Natália Azevedo

EDITORIAL

ARTIGOS

Texturas, ou sobre os efeitos sociais das artes

Sara Melo

Palcos de inovação social: atores em movimento(s)

Ana Alves da Silva e Joana Almeida

O ensino público no olhar das elites escolares: representações sociais dos agentes educativos de dois colégios privados

Maria Luísa Quaresma

Da saúde e bem-estar/mal-estar ao termalismo

Maria Engrácia Leandro e Ana Sofia da Silva Leandro

Governança, participação e desenvolvimento local

Isabel Ferreira

Acidentes com tratores agrícolas e florestais: aprender para prevenir

Carlos Montemor, Luísa Veloso e João Areosa

A insustentável sustentabilidade das previsões económicas: reflexividade, etnoeconomia e neoliberalismo

Fernando Ampudia de Haro

EDITORIAL

ARTIGOS

Précarités: les effets de la rupture du lien social

Augusto Santos Silva

Políticas de reabilitação urbana e recomposição do tecido social no centro histórico do Porto: representações e discursos de moradores sobre a respetiva evolução recente

João Queirós

Conceitos e métodos para a avaliação de programas sociais e políticas públicas

Mauro Serapioni

Diferenças nas perceções dos valores organizacionais dos candidatos a cargos de direção superior na Administração Central do Estado

João Abreu de Faria Bilhim, Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia

O Catolicismo nos Contextos e Circunstâncias da Modernidade em Cabo Verde

Adilson Filomeno Carvalho Semedo

Comment les psychiatres se représentent-ils aujourd'hui "la" maladie mentale?

Caroline Guibet Lafaye

ENSAIO BIBLIOGRÁFICO

*Notas sobre a dominação social em António Gramsci e Pierre Bourdieu***Marcello Felisberto Morais de Assunção**

Carreiras e circuitos de músicos brasileiros: uma exploração etnográfica no Bairro Alto, Lisboa

Ricardo Bento, Graça Índias Cordeiro, Lígia Ferro

Consumo sustentável e ambiente: o papel do Estado e das políticas públicas na inculcação de disposições ambientalistas

Isabel Silva Cruz

A gestão de recursos humanos nas Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento portuguesas: uma análise interpretativa exploratória

Vanessa Marcos

Modèles de représentation sur la parentalité sociale du point de vue des jeunes portugais

Cristina Cunha Mocetão

Inserção profissional dos licenciados em Direito: da formação académica ao acesso às profissões reguladas

Mónica Santos

Narrativas acerca da formação de professores de Educação Física em contexto de prática supervisionada

Inês Cardoso, Paula Batista, Amândio Graça

A Ciência Biomédica e o Processo Civilizador

Bruna de Farias, Mari Cleise Sandalowski

RECENSÃO

Recensão da obra de FREIRE, André (Org.), (2015), *O Futuro da Representação Política Democrática*, Lisboa, Nova Vega.

Carolina Pimentel Corrêa

Dulce Magalhães: marcas de um percurso

Os primórdios da economia social em Portugal. Contributos de Ramón de la Sagra

(I Parte)

Jordi Estivill

A typology of professional situations in the analysis of graduate transition from higher education to the labor market

Madalena Ramos, Cristina Parente, Mónica Santos, Miguel Chaves

Atitudes sociais face ao trabalho por conta própria em tempos de crise: da valorização do trabalho por conta própria a um retraimento da iniciativa empresarial

Ana Isabel Couto

Proposta de modelo explicativo das perceções sobre gestão e políticas públicas em matéria de cibersegurança e cibercrime

Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia, Susana Isabel da Silva Santos, João Abreu de Faria Bilhim

A Vigilância Lateral e Participativa na Web 2.0

Rita Espanha, Tiago Estêvão

O Projeto *Orquestra Geração*. A duplicidade de um *evento* musical/social

Jorge Alexandre Costa, Graça Mota, Ana Isabel Cruz

Ciências sociais, arquivos e memórias: considerações a propósito das culturas musicais urbanas contemporâneas

Pedro Quintela, Paula Guerra

EDITORIAL

ARTIGOS

Os primórdios da economia social em Portugal. Contributos de Ramón de la Sagra (II Parte)

Jordi Estivill

Proletários ou profissionais? A condição do jornalista durante o Estado Novo (1934-1958)

José Nuno Matos

Comunicação interna e comprometimento organizacional: o caso da Autoridade para as Condições do Trabalho

Cátia Filipa Neto, Sofia Alexandra Cruz

As camadas internas da secularização: proposta de sistematização de um conceito essencialmente contestado

Jorge Botelho Moniz

O bem-estar das crianças e dos jovens em Portugal: contributos de uma pesquisa qualitativa

Magda Nico, Nuno de Almeida Alves

The Sámi Library, North of the North: colonialism, resistance and reading in a public library

Paula Sequeiros

RECENSÃO

MOTA, Graça e TEIXEIRA LOPES, João (Orgs.), (2017) *Crescer e tocar na Orquestra Geração*, Vila do Conde, Verso da História.

Irene Serafino

EDITORIAL

ARTIGOS

Perfis sociodemográficos da população sénior de Vila Nova de Gaia: de privilegiados, a remediados e excluídos

Hélder Alves; Idalina Machado; Sidalina Almeida; Joana Guedes; Adriano Zilhão; Óscar Ribeiro

Famílias em tempos de crise: a regulação judicial do exercício das responsabilidades parentais

Paula Casaleiro; Andreia Santos

As implicações dos indicadores de desempenho contratualizados na prática clínica da Medicina Geral e Familiar: um modelo profissional em mutação?

Hélder Raposo

A Composição Sociopolítica do Legislativo Brasileiro: uma análise da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (2004-2015)

Carolina Pimentel Corrêa

O impacto dos determinantes da inovação na geração de ideias no Ensino Superior: a perceção dos estudantes como evidência

Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia; Ireneu de Oliveira Mendes

Nas teias da construção identitária socioprofissional: práticas profissionais de trabalhadores sociais pós-graduados inseridos em organizações da economia social

Vera Diogo

Mundo do trabalho e pluralidade epistemológica: uma contribuição para o estudo da precariedade

Elizardo Scarpati Costa; Pablo Almada

EDITORIAL

ARTIGOS

Desvendando a praxe: desafios de uma incursão etnográfica

Inês Maia

Trabalho e educação de adultos em Portugal: uma perspetiva histórica de 1945 à Revolução dos Cravos

Rui Canário

A Igreja Universal do Reino de Deus no espaço público religioso global

Ari Pedro Oro e Marcelo Tadvald

Papel da Sociedade Civil em prol da Boa Governação – o caso de Moçambique

Pedrito Carlos Chiposse Cambrão

Ciência à medida: conflitos de interesse e interferência na investigação científica financiada

Rita Faria

Conhecer doença: os doentes em primeiro lugar

Paula Silva

Alianças e conflitos nos segmentos artísticos relativamente especializados: o caso do rock independente de Teresina no início do século XXI

Thiago Meneses Alves

**NÚMERO TEMÁTICO | 2016 - Famílias e Curso de Vida. Potencialidades,
limites e desafios metodológicos**

EDITORIAL

NOTA DE APRESENTAÇÃO

ARTIGOS

Conceptual foundations of qualitative life course research

Walter R. Heinz

A pluralização limitada de trajetórias familiares em Portugal

Vasco Ramos

O mundo aos nossos olhos: socialização familiar e reflexividade

Ana Caetano

A seu tempo: um estudo sobre transições familiares precoces em Portugal no
contexto

Europeu

Diana Carvalho

A família conta: ilustrações a partir do fado

Ana Gonçalves

Quantas vidas cabem numa vida? Da autobiografia de 52 trabalhadores ao
caso de um

funcionário administrativo

Pedro Abrantes

Redes pessoais em Portugal numa perspetiva do percurso de vida

Rita Gouveia

NÚMERO TEMÁTICO | 2017 - Processos sociais e questões sociológicas

EDITORIAL

NOTA DE APRESENTAÇÃO

Bruno Monteiro, Ester Silva e Idalina Machado

ARTIGOS

A religião na cidade: territórios, materialidades e comunicação

Helena Vilaça

Artes e inclusão social: projetos e ações enquanto experiências metodológicas

Natália Azevedo

Diplomados universitários e sobre-educação

Carlos Manuel Gonçalves

Ensino politécnico, empreendedorismo e transição para o trabalho

Luís Nuno Sousa

“Terceiro setor”, “economia social” e “economia solidária”: laboratório por excelência de inovação social

Naldeir dos Santos Vieira, Cristina Parente, Allan Claudius Queiroz Barbosa

Perfis de profissionalização: um contributo sociológico para a compreensão das ONGD portuguesas

Vanessa Marcos

EDITORIAL

NOTA DE APRESENTAÇÃO.

A ambivalência do turismo na transformação das cidades

João Teixeira Lopes; Helena Vilaça; Natália Azevedo

ARTIGOS

Mobilidade, Cidade e Turismo: pistas para analisar as transformações em curso

no centro histórico de Lisboa

Luís Vicente Baptista; Jordi Nofre; Maria do Rosário Jorge

A cidade imaginável: elementos para uma viagem visual e sensorial na cidade do Porto

Diogo Guedes Vidal

La ciudad y el turismo. Experiencias desde la gestión del *street art*

Ricardo Klein

The touristic Porto – gazing over the city

Tiago Miranda

Entre o fazer etnográfico e o fazer psicanalítico: reflexões sobre a “escuta” da população

sem-abrigo na rua de Cimo de Vila da Cidade do Porto

Julio Cesar Nicodemos; Lígia Ferro

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO – INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES –

1. Os autores devem indicar a natureza do seu texto: artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos.
2. Os textos devem incluir as respetivas autorias, indicando os seguintes aspetos: nome do autor; filiação institucional (departamento, faculdade e universidade/instituto a que pertence, bem como a cidade e o país onde se localiza a instituição); correio eletrónico; contacto telefónico; endereço de correspondência (preferencialmente endereço institucional; no caso dos artigos em coautoria, deve existir apenas um autor de correspondência).
3. Os textos devem ser redigidos em páginas A4 com margem normal, a espaço e meio, tipo de letra *Times New Roman* e corpo de letra 12, em formato *Word for Windows* ou compatível. As notas de rodapé devem ser redigidas com corpo de letra 10 e espaçamento de 1,15. O mesmo espaçamento deve ser utilizado nos quadros, os quais devem ser redigidos com corpo de letra 11.
4. O limite máximo de dimensão dos artigos é de 50.000 caracteres, incluindo resumos, palavras-chave, espaços, notas de rodapé, referências bibliográficas, quadros, gráficos, figuras e fotografias. As resenhas não devem ultrapassar os 8.000 caracteres, incluindo espaços; as notas de investigação e ensaios bibliográficos, os 20.000 caracteres, incluindo espaços.
5. O título completo do texto deve ser apresentado em português, francês, espanhol e inglês. O artigo deve ser acompanhado por um resumo de 600 caracteres (máximo), redigido em cada uma destas línguas, bem como por 3 palavras-chave.
6. Os quadros, gráficos, figuras e fotografias devem ser em número reduzido, identificados com numeração contínua e acompanhados dos respetivos títulos e fontes e apresentados a preto e branco ou em tons de cinzento. Estes elementos não podem ter uma largura superior à do corpo do texto. O Conselho de Redação reserva-se o direito de não aceitar elementos não textuais cuja realização implique excessivas dificuldades gráficas ou um aumento dos custos financeiros.
7. Os textos terão de indicar claramente as fontes e referências, de natureza diversa, respeitante aos elementos não originais. Se existirem direitos de propriedade intelectual, os autores terão de solicitar as correspondentes autorizações.

A *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* não se responsabiliza pelo incumprimento dos direitos de propriedade intelectual.

8. As referências bibliográficas e citações serão incluídas no corpo do texto, de acordo com a seguinte apresentação: Lima, 2005; Lima (2005); Lima (2005: 35); Lima *et al.* (2004).
9. Nas notas de rodapé devem utilizar-se apenas números. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do texto.
10. Nos artigos, sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, com numeração árabe.
11. As citações devem ser apresentadas em português, nos casos em que o texto original esteja nesta língua, e entre aspas. Os vocábulos noutras línguas, que não a portuguesa, devem ser formatados em itálico.
12. Apenas as referências citadas ou mencionadas ao longo do texto deverão ser incluídas na bibliografia final. As referências bibliográficas devem obedecer às seguintes orientações:
 - a) Livro com um autor: LUHMANN, Niklas (1990), *Essays on self-reference*, New York, Columbia University Press.
 - b) Livro com mais de um autor: BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (2004), *A construção social da realidade: um livro sobre sociologia do conhecimento*, Lisboa, Dinalivro.
 - c) Livro com mais de quatro autores: ALMEIDA, João Ferreira *et al.* (1992), *Exclusão social: Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
 - d) Capítulo em livro: GOFFMAN, Erving (1999), “A ordem da interação”, in Yves Winkin (org.), *Os momentos e seus homens*, Lisboa, Relógio d’Água, pp. 99-107.
 - e) Artigo em publicação periódica: FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66.
 - f) Artigo em publicação periódica *online*: FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3031.pdf>>.
 - g) Publicações *online*: PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2011), *Programa do XIX Governo Constitucional português*, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf>.

- h) Comunicações em eventos científicos: QUINTÃO, Carlota (2004), “Terceiro Sector – elementos para referenciação teórica e conceptual”, in *V Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Braga, Universidade do Minho, 12-15 Maio 2004.
 - i) Teses: CARVALHO, Paula (2006), *Percursos da construção em Lisboa. Do Cine-Teatro Monumental ao Edifício Monumental: Estudo de caso*, Tese de Licenciatura em Sociologia, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
 - j) Legislação: Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*.
13. As referências bibliográficas devem ser colocadas no fim do texto e ordenadas alfabeticamente pelo apelido do autor. Caso exista mais do que uma referência com a mesma autoria, estas devem ser ordenadas da mais antiga para a mais recente.
 14. Os textos devem obedecer ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Não obstante, as citações de textos anteriores ao acordo devem respeitar a ortografia original.
 15. Os originais devem ser enviados por correio eletrónico para:
revistasociologia@letras.up.pt

